

**Universidade Brasil
Campus de Fernandópolis**

KELMA PATRÍCIA DE SOUZA

**ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL
SANTA MÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG**

Study of sustainability in the Santa Monica Central Library of the Federal
University of Uberlândia/MG

Fernandópolis, SP

2017

KELMA PATRÍCIA DE SOUZA

**ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL SANTA MÔNICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG**

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Regina da Costa Aguiar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Fernandópolis, SP

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Kelma Patrícia de
S715e Estudo da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa
Mônica da Universidade Federal de Uberlândia/MG / Kel-
ma Patrícia de Souza – Fernandópolis, 2017.
141 f. : il. ; 29,5cm.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Regina da Costa Aguiar

1. Educação ambiental crítica. 2. Bibliotecas universitárias. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Bibliotecas públicas. I. Título.

CDD 027.78151

Termo de Autorização

Para Publicação de Dissertações e Teses no Formato Eletrônico na Página WWW do Respetivo Programa da Universidade Brasil e no Banco de Teses da CAPES

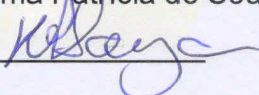
Na qualidade de titular(es) dos direitos de autor da publicação, e de acordo com a Portaria CAPES no. 13, de 15 de fevereiro de 2006, autorizo(amos) a Universidade Brasil a disponibilizar através do site <http://www.universidadebrasil.edu.br>, na página do respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, através do site <http://bancodeteses.capes.gov.br>, a versão digital do texto integral da Dissertação/Tese abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira.

A utilização do conteúdo deste texto, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, fica condicionada à citação da fonte.

Título do Trabalho: **“AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL SANTA MÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG”**

Autor(es):

Discente: Kelma Patrícia de Souza

Assinatura: 

Orientadora: Denise Regina da Costa Aguiar

Assinatura: 


Data: 26/junho/2017

TERMO DE APROVAÇÃO

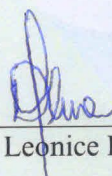
KELMA PATRÍCIA DE SOUZA

**AValiação DA SUSTENTABILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL SANTA
MÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG**

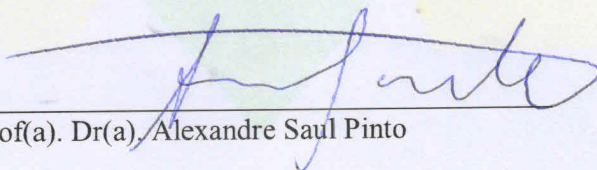
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, pela seguinte banca examinadora:



Prof(a). Dr(a) Denise Regina da Costa Aguiar (Presidente)



Prof(a). Dr(a). Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima



Prof(a). Dr(a). Alexandre Saul Pinto

São Paulo, 26 de junho de 2017.

Presidente da Banca Prof(a). Dr(a). Denise Regina da Costa Aguiar

Dedico,
Aos meus pais Ivone e João (*in memoriam*).
Aos meus irmãos Fabiano, João Batista e Samuel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha saúde e por colocar pessoas tão especiais na minha vida, que me deram oportunidade e confiaram na minha competência e dedicação, sempre me apoiando e incentivando na dura caminhada em busca do algo mais. Em particular agradeço:

Aos meus pais João José de Souza (*In memorian*) e Ivone Terra Souza, pelo apoio incondicional; aos meus irmãos Fabiano Henrique Souza, João Batista Terra de Souza e Samuel Terra Souza, pelo verdadeiro significado de família; a minha prima Solange, pela oportunidade do primeiro emprego; ao Sr. Rubens (*in memoriam*), pelo incentivo à graduação.

Às bibliotecárias e, principalmente, amigas Marta Maria Ribeiro Chagas, Gizele Cristine Nunes do Couto, Maira Nani França Moura Goulart e Patrícia de Oliveira Portela, por todo ensinamento e pela lealdade.

Aos familiares e amigos que me ajudaram a superar o momento mais difícil desta jornada: Cynthia de Castro Oliveira, José da Silva Oliveira, Maria Aparecida de Castro Oliveira, Aline Ferreira Pinto, Adriano de Jesus Carvalho, Lana Arantes, Tatiana Flores Rodrigues, Maria Lúcia de Souza, Enilton Queiroz, Maira Nani França Moura Goulart e Patrícia de Oliveira Portela (meu anjo da guarda) e Cibele Gonçalves Bastos (S2).

Às minhas colegas de quarto, a princípio, e hoje amigas Mairny Abadia Ferreira Antônio dos Santos e Thaís Nogueira Gonzaga: não podiam existir melhores companhias, afinal, rir é o melhor remédio.

Agradeço ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia e a todos os seus servidores, por me propiciarem crescimento pessoal e profissional.

À bibliotecária da Biblioteca Parque Estadual – RJ, que concordou em realizar a entrevista desde o primeiro momento em que foi contatada, mantendo a sua posição mesmo com o fechamento da biblioteca.

A minha orientadora prof^a Dr^a Denise Regina da Costa Aguiar, pela parceria, paciência e dedicação, e ao prof. Dr. Alexandre Saul Pinto e a prof^a Dr^a Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima, por aceitarem compor as minhas bancas de qualificação e de defesa e pelas relevantes contribuições.

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que
ninguém viu, mas, sim, pensar o que
ninguém ainda pensou sobre algo que
todo mundo vê.”*

Arthur Schopenhauer

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo.”*

Paulo Freire

ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE NA BIBLIOTECA CENTRAL SANTA MÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG

RESUMO

Bibliotecas são espaços para a organização do conhecimento, guarda da cultura e preservação histórica dos povos e nações, recebendo e prestando atendimento às demandas apresentadas *in loco* ou virtualmente, de forma democrática e imparcial. Diante de todo o contexto representativo no qual as bibliotecas estão envolvidas, pode-se dizer que elas são imprescindíveis para o desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades onde estão inseridas. Esta pesquisa objetivou investigar ações de sustentabilidade adotadas por uma biblioteca referência no país; comparar as ações de sustentabilidade da biblioteca referência com as ações já desenvolvidas pela Biblioteca Central Santa Mônica (BCMON) e propor ações para a BCMON que poderão proporcionar aos usuários e servidores da biblioteca um recinto de estudo e de trabalho adequado, inclusivo, participativo, acessível e ambientalmente engajado. A metodologia teve abordagem qualitativa, de natureza exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo (entrevista semiestruturada), análise de dados identificados em pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses entre outros, levantamento realizado nos *sites* das principais bibliotecas universitárias federais brasileiras a respeito de ações sustentáveis e da ênfase aplicada à sustentabilidade. Pôde-se constatar que a grande maioria das bibliotecas não aborda diretamente o desenvolvimento sustentável em suas atividades, e a sustentabilidade social e econômica é sutilmente aplicada, por meio do acesso à informação, da inclusão social e digital e do retorno aos investimentos recebidos, à sociedade na oferta de produtos e serviços. O cuidado com o meio ambiente e a prática da educação ambiental, porém, ainda são objetos de desatenção. O produto final foi a construção de uma proposta inicial com algumas indicações para a promoção da sustentabilidade na BCMOM, que terá como ponto de partida o diálogo em busca da conscientização ambiental e da participação de toda a equipe e das comunidades interna e externa de forma voluntária, democrática e autônoma.

Palavras-Chave: educação ambiental crítica, bibliotecas universitárias. desenvolvimento sustentável, bibliotecas públicas.

STUDY OF SUSTAINABILITY IN THE SANTA MONICA CENTRAL LIBRARY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF UBERLÂNDIA/MG

ABSTRACT

Libraries are spaces for the organization of knowledge, guardianship of culture and the historical preservation of people and nations, receiving and providing the demands presented locally or virtually, in a democratic and impartial way. Given all the representative context in which libraries are involved, we can say that they are vital to the social, cultural, and environmental development of the communities where they are located. This paper aimed: to investigate sustainable actions adopted by a reference library in the country; to compare those sustainable actions with actions already developed in Biblioteca Central Santa Mônica - BCMON (Santa Mônica Central Library); to propose actions and projects for BCMON which will possibly provide library users and staff with an all-embracing, participatory, accessible, environmentally-minded work and study center. The methodology was a qualitative approach, from exploratory nature, by means of bibliographic gathering, by field research (semi-structured interview), by the analysis of the data identified researching books, articles, theses, among others and by a survey conducted from the websites of the main Brazilian federal university libraries, regarding to sustainable actions and the emphasis on sustainability. It was possible to verify that the vast majority of the libraries does not directly address sustainable development in their activities; that social and economic sustainability is subtly applied through the access to information, social and digital inclusion and the return of the investments received to the society in the offer of products and services. However, the care for the environment and the practice of environmental education is still neglected. The final product was constructed by an initial proposal with some indications of initiatives to promote sustainability in BCMOM, which will be based on the dialogue in search of environmental awareness and the participation of the whole staff and internal and external communities in a voluntary, democratic and autonomous way.

Keywords: critical environmental education, university libraries. sustainable development, public libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ações em prol do meio ambiente.....	31
Figura 2 - Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.	31
Figura 3 – O que a Educação Ambiental pretende.....	43
Figura 4 - Trama conceitual.....	45
Figura 5 – Dados estatísticos do Sistema de Bibliotecas da UFU – 2015.....	59
Figura 6 - Produtos e serviços dos sistemas de bibliotecas da UFU e da UFSC.....	60
Figura 7 – Biblioteca Central Santa Mônica.	61
Quadro 1 - Universidades Federais Brasileiras – Bibliotecas – Abordagem ambiental.	65
Figura 8 - Valoração dos Serviços Informacionais a BCMON SISBI/UFU.....	72
Quadro 2 – Biblioteca Central Santa Mônica - Ações sustentáveis e seus objetivos	73
Figura 9 – Biblioteca Parque Estadual – Fachada frontal.....	85
Figura 10 – Biblioteca Parque Estadual – Piso em madeira com certificação ambiental.	97
Figura 11 – Biblioteca Parque Estadual – Pintura branca.	97
Figura 12 – Biblioteca Parque Estadual – Vidro duplo	98
Figura 13 – Biblioteca Parque Estadual – Chapas de ação cortén perfuradas.	98
Figura 14 – Biblioteca Parque Estadual - Telhado verde.	99
Figura 15 – Biblioteca Parque Estadual – Placas fotovoltaicas – telhado.....	100
Figura 16 – Biblioteca Parque Estadual – Placas fotovoltaicas.....	100
Figura 17 – Biblioteca Parque Estadual – Iluminação natural.	101
Figura 18 – Biblioteca Parque Estadual – Sistema de ar condicionado.	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Objetivos de Atividades Fim	93
Tabela 3 - Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Objetivos de Gestão.....	93
Tabela 4 – Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Atividades Culturais.....	93
Tabela 5 – Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Atividades educativas..	94
Tabela 6 – Biblioteca Parque Estadual – Valoração – Ano base 2015	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	<i>American Library Association</i>
ACRU	Catadores e Recicladores de Uberlândia
BCMON	Biblioteca Central Santa Mônica
BPE	Biblioteca Parque Estadual
BPM	Biblioteca Parque de Manguinhos
BPN	Biblioteca Pública de Niterói
BPR	Biblioteca Parque da Rocinha
BREEAM	Building Research Establishment Environmental Assessment Method
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CFB	O Conselho Federal de Biblioteconomia
Cius	Conselho Internacional das Uniões Científicas
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
COP-21	21ª Conferência das Partes
COP-22	22ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima
COPAD	Comissão Permanente de Análise Documental
CORU	Cooperativa dos Recicladores de Uberlândia
CSIC	Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha
CTI/UFU	Centro de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Uberlândia
DIRSU	Diretoria de Sustentabilidade Ambiental
DLA	<i>Digital Library Assistant</i>
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio

FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IHD	Índice de Desenvolvimento Humano
ISSO	<i>International Organization for Standardization</i>
LEED	<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBI	Programa Biológico Internacional
PIDE	Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
REBIUN	<i>Red de Bibliotecas Universitarias</i>
RFiD	<i>Radio Frequency Identification</i>
SESEL	Setor de Seleção e Aquisição
SIBI/UFOPA	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Oeste do Pará
SISBI/UFU	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia
SISTEBIB	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICASTELO	Universidade Camilo Castelo Branco
URL	Uniform Resource Locator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Fundamentação.....	18
1.1.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade em bibliotecas em uma perspectiva crítico-emancipatória.....	18
1.1.2 Contribuições de Paulo Freire para a educação ambiental crítica e emancipatória.....	44
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	52
2.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	52
2.2 Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia.....	54
2.3 Biblioteca Central Santa Mônica.....	62
2.4 Sustentabilidade e as bibliotecas universitárias federais brasileiras.....	65
2.5 Biblioteca Central Santa Mônica e suas ações sustentáveis.....	71
2.5.1 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade social.....	71
2.5.2 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade econômica	72
2.5.3 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade ambiental	73
2.6 Biblioteca Parque Estadual-RJ.....	78
2.6.1 Breve histórico da Biblioteca Parque Estadual	82
2.6.2 Biblioteca Parque Estadual – apresentação	85
2.6.3 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade social	89
2.6.4 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade econômica	92
2.6.5 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade ambiental	97
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	104
3.1 Propostas de intervenção de sustentabilidade para a BCMON.....	104
3.2 Análise comparativa entre as ações sustentáveis adotadas pela BCMON e a BPE.....	104
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A - Bibliotecas Universitárias Federais – Ações Sustentáveis.....	116
APÊNDICE B – Proposta de intervenção para aplicação da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa Mônica da UFU/MG.....	121

ANEXO A – Plataforma Brasil – Parecer Consubstanciado do CEP.....	133
ANEXO B – Certificação LEED no Brasil.....	135
ANEXO C – Biblioteca Parque Estadual – Certificação LEED.....	137
ANEXO D – Manifesto Contra o Fechamento das Bibliotecas.....	138
ANEXO E – Precificação dos Serviços Informacionais.....	140
RESENHA BIOGRÁFICA DO AUTOR.....	142

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia/MG (SISBI/UFU) foi criado em 1989, é composto por oito¹ bibliotecas distribuídas em 11.675,70m². Possui um quadro de pessoal de 124 servidores/colaboradores e um acervo de livros de 328.834 exemplares, recebendo, em 2015, um total de 1.113.060 usuários², média de 6.434 usuários/dia.

A Biblioteca Central Santa Mônica (BCMON), objeto de estudo deste trabalho, está entre as oito bibliotecas do sistema. Como o próprio nome a caracteriza, a BCMON é a biblioteca central que concentra toda a administração superior do SISBI/UFU, serviços de seleção, aquisição, catalogação e classificação de todo acervo das bibliotecas. Em 2017, a biblioteca apresentou algumas iniciativas direcionadas para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, porém, estas ações podem ser fortalecidas, ampliadas e divulgadas para conquistar o apoio de toda a comunidade.

Pensar o futuro das bibliotecas é um compromisso do bibliotecário que vai além da disseminação da informação: também é preciso comprometer-se com a sociedade e a sua realidade. Atualmente, uma das grandes inquietações humanas se refere ao meio ambiente, ao cuidado, à preservação e à análise dos impactos que a sociedade e o atual estilo de vida causam à natureza e ao próprio homem.

A pesquisa³ teve os seguintes objetivos:

- a) investigar ações de sustentabilidade adotadas por uma biblioteca referência no Brasil;
- b) comparar as ações de sustentabilidade da biblioteca referência com as ações já desenvolvidas pela Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia;
- c) propor ações e projetos que poderão proporcionar aos usuários e servidores da BCMON um ambiente de estudo e de trabalho participativo, inclusivo, acessível e ambientalmente engajado.

¹ Com o funcionamento do novo *campus* universitário, *campus* Glória, foi prevista a criação da nona biblioteca em agosto de 2016, a Biblioteca Setorial Glória.

² Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia – Estatística 2015. Cf. <http://www.bibliotecas.ufu.br/node/835>.

³ O projeto foi submetido na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Brasil sob o CAAE: 63136416.8.0000.5494, anexo A. A entrevistada foi esclarecida a respeito dos objetivos da pesquisa e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As ações de sustentabilidade devem ser implantadas na BCMON considerando o grande valor social e institucional que a mesma representa para a comunidade acadêmica e comunidade externa, de Uberlândia/MG e região.

Para apresentar o resultado desta pesquisa, o presente texto se estrutura da seguinte forma: na seção 1, a Introdução, é apresentado o referencial teórico que fundamenta o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade em bibliotecas em uma perspectiva crítico-emancipadora, bem como as contribuições de Paulo Freire para a Educação Ambiental.

Na seção 2, Materiais e Métodos, descreve-se o percurso metodológico da pesquisa, apresenta-se o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia e a Biblioteca Central Santa Mônica, objeto de estudo desta pesquisa. Apresentam-se, também, a sustentabilidade, as bibliotecas universitárias federais brasileiras, incluindo as ações sustentáveis adotadas pela Biblioteca Central Santa Mônica e a Biblioteca Parque Estadual, biblioteca referência em sustentabilidade no país, bem como as ações sustentáveis que ambas desenvolvem.

Na seção 3, apresenta-se a proposta inicial que será encaminhada à administração do Sistema de Bibliotecas da UFU com algumas indicações de promoção da sustentabilidade que podem ser aplicadas na Biblioteca Central Santa Mônica e demais bibliotecas da UFU. Nessa seção também são apresentados e discutidos os dados da pesquisa, análise dos resultados apurados na BCMON e na BPE e as informações extraídas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Na seção 4, Considerações Finais, são suscitadas algumas conclusões, buscando-se uma síntese de cada seção e dos objetivos propostos em relação aos dados constatados, evidenciando-se as contribuições da pesquisa.

1.1 Fundamentação

1.1.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade em bibliotecas em uma perspectiva crítico-emancipatória

O termo desenvolvimento está pautado constantemente no meio atual, apresenta significados como “aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, adiantamento” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 989), porém, para melhor definição, é necessário analisar o contexto do conhecimento científico em

que a palavra está empregada. Neste desenrolar, o desenvolvimento será conceituado em 3 elementos que estão presentes e se relacionam entre si, o econômico, o social e o ambiental, sendo que foi dada maior ênfase a esse último, considerando que o mesmo ganhou *status* de grande relevância, principalmente, a partir dos impactos que os dois elementos anteriores provocam ao meio ambiente e por estar relacionado diretamente ao objeto desta pesquisa. Santos e outros (2012, p. 48) afirmam que “o desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada”.

Os economistas Mahbub Ul Haq e Amartya Sen criaram, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1993, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴ adotou o índice como objetivo para chamar a atenção das pessoas, partindo do pressuposto de que não basta apenas o crescimento econômico para propiciar o desenvolvimento do ser humano. No IDH são analisados três critérios básicos: renda, educação e saúde.

O desenvolvimento econômico se tornou mais enfático na segunda metade do século XIX, com o surgimento de inovações tecnológicas que impulsionaram os processos produtivos e o progresso das grandes potências mundiais, corroborando o conceito de Bresser-Pereira (2014, p. 53) que define: “Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital incorporando conhecimento técnico que aumenta o padrão de vida da população”.

Quanto mais se consome mais se gastam recursos, gerando a necessidade de se modificar o meio ambiente em função do consumo, por isso, é imperioso inverter esta lógica, pela qual o consumo deve adaptar-se ao meio ambiente.

O desenvolvimento social é responsável pelo bem-estar, por proporcionar melhoria na qualidade de vida, oferecer dignidade à população. Para que o desenvolvimento social seja efetivo, é necessário que o estado seja eficiente.

Tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza (LAMPREIA, 1995, p. 33).

⁴ Cf. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.

A afirmação de Lampreia (1995) ratifica a amplitude de elementos que o desenvolvimento social aborda. Cabe, também, ressaltar a relevância da inclusão social por meio da acessibilidade, possibilitando o direito de acesso sem restrições, e a inclusão digital que proporciona, entre outras coisas, o alcance à educação e à informação de forma rápida e eficiente.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), acessibilidade é:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, 2015a, p. 2).

Eliminar obstáculos é a forma de integrar toda a sociedade, e as bibliotecas devem assumir o papel de agente que atrai e recebe toda uma comunidade sem barreiras; é por meio do acesso à informação que os considerados excluídos podem transformar a sua realidade, adentrando na sociedade e conquistando seu espaço.

O crescimento acelerado da produção para suprir as necessidades e o consumo humano não permite que o meio ambiente se recupere dos impactos gerados na produtividade e na emissão de resíduos gerados durante a produção e no ato do consumo, eis que, em muitas situações, provocam consequências irreversíveis.

Os impactos negativos causados ao ambiente e à população podem afetar a água, a fauna, a flora, o solo, o ar e a saúde do ser humano. Pelicioni e Philippi Jr. (2014, p. 10) afirmam que “[...] é ultrapassado acreditar que os impactos ambientais sejam exclusivamente causados pela explosão demográfica ou pela crescente urbanização e industrialização, sem analisar o contexto histórico e social, no qual esses fatores emergiram”.

Diante da deterioração que o meio ambiente vem sofrendo nas últimas centenas de anos, muitos países, órgãos, entidades, instituições, entre outros estão adotando iniciativas para amenizar os impactos ambientais. São iniciativas espontâneas ou motivadas por legislações de proteção ao meio ambiente e/ou acordos regulamentados como a Declaração de Estocolmo, a Conferência de Tbilisi, Rio 92 ou ECO 92, Agenda 21 Global, Protocolo de Kyoto, Declaração de

Joanesburgo, Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-21 e COP-22), ambas serão descritas a seguir.

Dentre as legislações brasileiras, destaca-se a Lei nº 6.938⁵, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação, aplicação, e dá outras providências. Tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. A lei define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa.

A Lei nº 9.433⁶, de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A lei apresenta, no seu art. 2º, três objetivos:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais (BRASIL, 1997, p. 1).

Recentemente (2014), a crise hídrica no Brasil foi um exemplo dos sinais da saturação dos recursos, ausência de políticas públicas e investimentos governamentais efetivos; toda essa problemática despertou na população certa consciência política e ambiental.

Em 1968, um grupo de estudiosos, aproximadamente 30 representantes de países diferentes, que, interessados em discutir a degradação do meio ambiente, a pobreza e o crescimento urbano acelerado, criaram o chamado *Clube de Roma*⁷; em 1972, publicaram um relatório, em parceria com Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), intitulado *Os limites do crescimento*⁸. O documento alertava para a necessidade de repensar a teoria do crescimento a qualquer preço e que os recursos naturais são findáveis e estavam chegando ao limite. O estudo analisou cinco

⁵ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm.

⁶ Cf. <http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/03/Politica-Nacional-de-Recursos-Hidricos.pdf>.

⁷ Cf. <https://www.clubofrome.org>.

⁸ Cf. <https://www.clubofrome.org/report/the-limits-to-growth>.

variáveis: tecnologia, população, nutrição, recursos naturais e meio ambiente, concluindo que o planeta entraria em colapso caso fossem mantidas as tendências de produção e consumo vigentes. A publicação foi considerada impactante e alarmante por apresentar, respaldada por sérios estudos, a real situação quanto à agressão já imposta ao meio ambiente. A mesma também foi referência para a Conferência de Estocolmo, porém, segundo Oliveira (2012, p. 81), em “Limites do Crescimento”, antecipa alguns debates que somente se consolidariam no decorrer da década de 80, na busca de uma suposta “sociedade ambientalmente sustentável”.

A primeira conferência mundial voltada para a preservação do meio ambiente ocorreu em Estocolmo, na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972 – a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo⁹, considerada um marco histórico por tratar de problemas ambientais. Teve a participação de 113 países e, aproximadamente, 250 instituições governamentais e não-governamentais. Na ocasião, foram estabelecidas políticas internacionais e diretrizes direcionadas aos temas ambientais. A Declaração de Estocolmo, produto da Conferência, tornou-se um guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano, e foi a partir deste evento que o conceito de sustentabilidade ganhou maior importância.

Prestre (2005, p. 174) cita 4 motivos que incentivaram a realização da Conferência de Estocolmo:

- a) o aumento da cooperação científica nos anos 1960 nos níveis internacional e não governamental. Em 1964, o CIUS¹⁰ tinha iniciado o PBI¹¹, que sensibilizou a comunidade científica no referente às ameaças à biosfera. Outros grandes programas lançados nos anos 1960 – o Decênio da Água, o Programa de Pesquisa da Atmosfera Mundial – atraíram a atenção para os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis e para as mudanças climáticas;
- b) a publicidade crescente dos problemas ambientais, em particular por motivo de certas catástrofes, cujos efeitos foram visíveis [...] O desaparecimento de territórios selvagens, a modificação da paisagem e, sobretudo, os acidentes, como as marés negras, mobilizaram os públicos [...]. Os governos endossam rapidamente estas novas inquietações a fim de obter o apoio das populações;
- c) o rápido crescimento econômico, o qual tem duas sequências: uma transformação profunda das sociedades e dos modos de vida tradicionais, em particular o êxodo rural, e uma regulamentação

⁹ Cf. <http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=97&articleid=1503>.

¹⁰ Conselho Internacional das Uniões Científicas (CIUS).

¹¹ Programa Biológico Internacional (PBI).

introduzida sem suficiente preocupação com questões de seu custo a longo prazo;

d) os cientistas e o governo sueco identificaram, no fim dos anos 1960, alguns problemas mais importantes, que não podiam ser resolvidos senão pela cooperação: chuvas ácidas, poluição do Mar Báltico, acumulação de metais pesados e de pesticidas impregnando peixes e aves.

A conferência considerou 7 tópicos e 26 princípios comuns para orientar a humanidade quanto à melhoria e preservação do meio ambiente.

Destaca-se o tópico 6 que trata da conscientização humana, o qual apresenta um alerta quanto à necessidade de urgência na tomada de providências no que se refere à recuperação e preservação ambiental:

6. Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às consequências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio ambiente e de criar uma vida satisfatória são grandes. É preciso entusiasmo, mas, por outro lado, serenidade de ânimo, trabalho duro e sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972, p. 2).

Dentre os princípios, destaca-se o princípio 1 que enfatiza a obrigação de todos os povos para com a preservação ambiental:

Princípio 1. O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972, p. 1).

Em 15 de dezembro de 1972, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. O objetivo do PNUMA é coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Outro marco importante para o desenvolvimento sustentável foi a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983, que produziu o Relatório *Brundtland*, denominado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum, tradução nossa). O Relatório foi publicado em 1987 e apresentou o significado de Desenvolvimento Sustentável: “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”¹² (UNITED NATIONS, [1987], p. 1), ressaltando a premência de se estabelecer uma nova ordem entre o ser humano e o meio ambiente. Philippi Jr. e Pelicioni (2014, p. 310) consideram que “essa definição deve ser entendida como um processo de mudança radical em que os recursos da natureza, a gestão dos investimentos, as diretrizes da evolução tecnológica e as mudanças institucionais tornem concreto o pleno atendimento das necessidades do hoje e do amanhã”.

Após 9 anos da criação da CMMAD, ocorreu outra grande ação em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável – evento que aconteceu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. Trata-se da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento¹³ (CNUMAD), também chamada de Eco-92, Rio-92 e/ou Cúpula da Terra. O objetivo foi fortalecer o conceito do desenvolvimento sustentável, parceria entre os estados, e a designar a responsabilidade dos mesmos em promover o desenvolvimento sem impactar as gerações futuras. Na oportunidade, foi realizada uma análise dos acontecimentos, da evolução e atualização da situação ambiental da época.

A adesão de chefes de Estado de muitos países foi maior do que na Conferência de Estocolmo, reforçando o aumento da preocupação em relação às questões ambientais. Foram criados relevantes documentos na Rio-92, um deles foi

¹² Definição do original em inglês: Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.

¹³ Cf. <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>.

a Agenda 21 Global¹⁴, assinada pelos 179 países participantes. O documento, que contém 40 capítulos e 2.500 recomendações distribuídos em 471 páginas, aborda dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel dos grupos principais e meios de implementação.

A Agenda 21 é instrumento para implantação da sustentabilidade, é um instrumento de planejamento para o desenvolvimento sustentável, com indicadores de sustentabilidade com padronização mundial em prol de uma sociedade sustentável e unida em um mesmo objetivo. Para alcançá-lo, é indispensável a participação de toda a comunidade, salvar o planeta não é responsabilidade única do Estado. A Agenda recomenda que todos os países elaborem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável – as chamadas Agenda 21 Local, instrumento de planejamento de políticas públicas que envolvem a sociedade civil e o governo em um processo participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas por meio da identificação e implementação de ações concretas que visem ao desenvolvimento sustentável local.

No Brasil, foi construída a Agenda 21 Brasileira¹⁵, que começou a ser desenvolvida em 1997 e foi lançada em julho de 2002. O instrumento foi construído de forma participativa com a população brasileira. A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS) selecionou seis áreas temáticas: Gestão de recursos naturais; Agricultura sustentável; Cidades sustentáveis; Redução das desigualdades sociais; Infraestrutura e integração regional e Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, e a participação popular ocorreu por meio de debates regionais, *workshops* e seminários abertos ao público e pelo envolvimento de setores que se relacionam com os seis temas.

Com base nas diretrizes da Agenda 21. A Agenda 21 Brasileira foi constituída de 21 objetivos divididos em cinco conjuntos:

- a) a economia da poupança na sociedade do conhecimento;
- b) inclusão social para uma sociedade solidária;
- c) estratégias para a sustentabilidade urbana e rural;
- d) recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas;

¹⁴ Cf. <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>.

¹⁵ Cf. http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoesprio.pdf.

e) governança e ética para a promoção da sustentabilidade.

Destaca-se a importância da participação popular na construção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Perez (2009, p. 62), “a participação aproxima a sociedade do Estado, fazendo com que o mesmo se abra para a busca de suas finalidades primordiais, ou seja, compelindo o Estado a dar efetividade aos direitos humanos”. A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional enfatiza que:

A Agenda 21 Brasileira não é um plano de governo, mas um compromisso da sociedade em termos de escolha de cenários futuros. Praticar a Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência individual dos cidadãos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade (COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL, 2005, p. 17).

O outro documento originário da Rio-92 foi A Carta da Terra¹⁶. Trata-se de uma declaração que apresenta princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade sustentável. Após oito anos de discussões em todos os continentes, a Carta foi ratificada em 14 de março de 2000, em Paris, pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O seu preâmbulo é muito claro ao apontar, novamente, a humanidade como centro responsável por providências para criação de uma sociedade justa, humana e sustentável.

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000, p. 1).

¹⁶ Cf. http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf.

Além da Agenda 21 e da Carta da Terra, a Rio-92 também disponibilizou a Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teve como objetivo estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, lar da humanidade. A Declaração estabeleceu 27 princípios.

Destaca-se o Princípio 1: “Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 1). Destaca que o ser humano deve ser o principal foco do desenvolvimento sustentável que proporcione uma vida digna a toda a sociedade. Essa afirmação corrobora o art. 225 da Constituição Federal Brasileira, de 1988, que normatiza: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2009a, p. 139). Ainda em relação ao artigo 255, é possível perceber que nele foi incluído o conceito de desenvolvimento sustentável definido pelo Relatório de *Brundtland*, publicado em 1987.

Posteriormente, no Japão, em 1997, ocorreu a Convenção de Quioto, em 11 de dezembro, em que foi assinado o Protocolo de Quioto¹⁷, ratificado em março de 1999 e vigorado somente em fevereiro de 2005, pois foi necessária a autenticação dos 55 países responsáveis por 55% das emissões de gases de efeito estufa, considerados responsáveis pelo aquecimento global. O Protocolo, que contém 28 artigos, definiu metas de redução de emissões para os países desenvolvidos que compõem as nações industrializadas - responsáveis históricas pela mudança atual do clima.

Um dos principais mecanismos apontados no Protocolo foi o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos mecanismos de flexibilização introduzidos pelo Protocolo de Quioto para reduzir emissões de gases de efeito estufa ou de

¹⁷ Cf. <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf> e http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf.

captura (ou sequestro) de carbono. Segundo Silva (2010, p. 54), até o presente momento, o Brasil é considerado pelo Protocolo de Quioto um país em desenvolvimento e, portanto, participa apenas de projetos de MDL não sendo obrigatória a redução da emissão de gases poluentes.

De 2 a 4 de setembro de 2002, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio+10 ou Cúpula da Terra II, considerada uma continuação da Rio-92, pois o objetivo foi analisar e discutir os avanços alcançados pela Agenda 21 e demais acordos estabelecidos em 92. Da referida Cúpula originaram dois documentos: a Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento sustentável¹⁸ e o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável¹⁹.

A Declaração de Joanesburgo enfatiza a reafirmação do comprometimento, pelos representantes de vários países do mundo, com o desenvolvimento sustentável, assumindo o compromisso de construir uma sociedade global humanitária, equitativa e solidária, ciente da necessidade de dignidade humana para todos.

O Plano de Implementação formaliza o compromisso de cumprir os objetivos internacionalmente acordados com relação ao desenvolvimento, inclusive os que constam da Declaração do Milênio das Nações Unidas²⁰, das deliberações das principais conferências das Nações Unidas e dos acordos internacionais assinados desde 1992.

O desenvolvimento sustentável não está relacionado somente ao meio ambiente, são inúmeras as suas facetas e abrangências. Os participantes da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável concluíram, em agosto de 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável²¹, que corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 apresenta 167 metas e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos:

¹⁸ Cf. http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/decpol.doc.

¹⁹ Cf. http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/plano_joanesburgo.pdf.

²⁰ Cf. <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.

²¹ Cf. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf.

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos²².

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2016, p. 1).

Na leitura dos objetivos, observa-se que o Desenvolvimento Sustentável (DS) existirá somente se houver consenso com os aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo estes os pilares, o tripé que fundamenta o desenvolvimento sustentável.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática²³ das Nações Unidas, organizada pela ONU, foi o mais recente evento voltado para

²² Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

²³ Cf. <http://www.cop21.gouv.fr/en>

questões ambientais. Ocorreu de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, em Paris, na França, também chamado de Conferência das Partes (COP-21) e Paris 2015. Juntamente ao evento, aconteceu a 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (MOP-11).

A COP-21 alcançou um acordo global sobre a mudança do clima, chamado de Acordo de Paris²⁴. O acordo foi firmado em função do conhecimento de todos os representantes de todas as partes de que: as mudanças climáticas são uma ameaça para as sociedades humanas e para o planeta; são necessárias reduções profundas nas emissões de gases de efeito estufa; a mudança climática é uma preocupação comum da humanidade; as Partes deverão tomar providências para combatê-la; os países em desenvolvimento também devem envolver-se na implantação de medidas de resposta; os países em desenvolvimento devem ser auxiliados financeira e tecnologicamente e receber capacitação pelos países desenvolvidos.

Para que fosse colocado em prática o Acordo de Paris, foi realizada, em novembro de 2016, a 22ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima²⁵ (COP-22), em Marrakech, no Marrocos.

A COP-22 foi concluída com o compromisso de conter o aquecimento global nos próximos anos por meio da assinatura da Proclamação de Marrakech²⁶, que, inicialmente, ressalta que o clima está aquecendo-se a uma taxa alarmante e sem precedentes e tem-se o dever urgente de responder.

A figura 1 apresenta um infográfico com a cronologia das iniciativas de proteção ao meio ambiente e seus respectivos produtos finais identificados nesta pesquisa.

A sociedade deve desenvolver-se econômica e socialmente em harmonia com o meio ambiente. Barbosa, em 2008, apresentou um desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme a figura 2.

²⁴ Cf. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>

²⁵ Cf. <http://www.cop22-morocco.com>.

²⁶ Cf. http://unfccc.int/files/meetings/marrakech_nov_2016/application/pdf/marrakech_action_proclamation.pdf



Figura 1 – Ações em prol do meio ambiente.
Fonte: A autora (2017).



Figura 2 - Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fonte: BARBOSA (2008, p. 5).

Kelly e Ratcliffe (2004) afirmam que, na essência, o desenvolvimento sustentável é multidimensional, ou seja, apresenta várias facetas e vários pontos de vista. O DS também incorpora diferentes aspectos da vida, buscando a proteção do ambiente e manutenção da sua capacidade natural para alcançar a prosperidade econômica e a equidade para as gerações atuais e futuras.

Existe uma distinção entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. O primeiro está relacionado à preservação do meio ambiente em equilíbrio com o desenvolvimento econômico e social; já a sustentabilidade objetiva identificar quais recursos naturais se podem extrair e o limite de utilização em consonância com o bem-estar da população. Entende-se que o desenvolvimento sustentável seja o caminho para a aplicação da sustentabilidade, de práticas sustentáveis, ratificando a posição de Sartori, Latrônico e Campos (2014, p.3):

O que hoje chamamos de DS tem evoluído como um conceito integrador, um guarda-chuva sob as quais um conjunto de questões inter-relacionadas podem ser organizadas de forma única. Trata-se de um processo variável de mudança que busca como objetivo final, a sustentabilidade em si.

A sustentabilidade também não está relacionada apenas ao meio ambiente e possui várias vertentes conforme os critérios definidos por Sachs que resultaram em oito dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, territorial, cultural, política nacional e política internacional:

- a) sustentabilidade social: alcançar um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com a qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
- b) sustentabilidade econômica: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional;
- c) sustentabilidade ecológica: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis e limitar o uso dos recursos não-renováveis;
- d) sustentabilidade ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- e) sustentabilidade territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas; melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis;

- f) sustentabilidade cultural: mudança no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
- g) sustentabilidade política (nacional): democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do estado para implantar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e nível razoável de coesão social;
- h) sustentabilidade política (internacional): eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote norte-sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade e sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do carácter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (SACHS, 2002, p. 85)

Todos os critérios de sustentabilidade apresentados por Sachs (2002) têm sua relevância na conjuntura, no momento histórico. Pode-se destacar o papel determinante da sustentabilidade política (internacional); as iniciativas, as normativas e conscientização devem partir de cima. As grandes nações, principalmente as desenvolvidas, têm o dever de liderar e promover o desenvolvimento sustentável em sua região e colaborar para que os países menores também consigam preservar o meio ambiente; agindo dessa forma, a tendência é que toda comunidade se mobilize, provocando uma comoção mundial em prol do desenvolvimento sustentável.

Catalisa (2016, p. 22) considera que a sustentabilidade ambiental envolve todos os aspectos citados por Sachs (2002): “conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos”. Barbosa (2008, p. 10) considera a sustentabilidade um desafio e observa que “a sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável”.

Veiga (2010, p. 171) considera que, no aspecto ambiental, a sustentabilidade possui três objetivos: “a) preservação do potencial da natureza para a preservação de recursos renováveis; b) limitação do uso de recursos não renováveis; e c) respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais”.

Dessa forma, as bibliotecas não podem ser consideradas em sua concepção restrita conforme a definição de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 48).

Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão 'material manuscrito ou impresso.

As bibliotecas não são instituições meramente responsáveis pela guarda e disponibilização de livros. Devem encarregar-se, também, pela formação da população por meio da disponibilização da informação em seus variados formatos, bem como, por estarem no centro educacional das instituições em que estão inseridas, devem agir de forma paradigmática. Para promover a formação de indivíduos informados, conscientes e participantes, as bibliotecas devem oferecer um ambiente propício e favorável para despertar o conhecimento.

Schutel, Moro e Wazlawick (2010, p. 1) alertam para essa necessidade:

O ser humano é fonte inesgotável de inovação, porém para que consiga acessar sua criatividade, seu potencial natural, necessita um ambiente adequado. Surge então o tema da sustentabilidade: não se pode avançar no desenvolvimento sem *preservar* e *desenvolver* o ambiente, entendido aqui como micro e macroambiente, isto é, o ambiente de contato imediato do sujeito (a empresa) e ambiente de contato social (o local onde a empresa está inserida).

De acordo com os conceitos de Sachs (2002) citados anteriormente e com Weber, "ao pensarmos a biblioteca como um organismo vivo, dinâmico e crescente, é possível pensá-la como alicerçada nas diretrizes que norteiam a sustentabilidade." (WEBER, 2012, p. 493). Assim, as bibliotecas são ambientes que abrangem, por meio de suas ações, vários setores da sustentabilidade, destacando-se:

- a) aspecto social: através da inclusão e da oferta de produtos e serviços para toda a comunidade universitária e a comunidade externa, de maneira acessível²⁷ e democrática;
- b) aspecto econômico: por meio do consumo consciente, pela democrática disponibilização de produtos e serviços e pela implantação de tecnologias

²⁷ Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possam ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa (ABNT, 2015a, p. 2).

da informação e comunicação em prol da agilidade e da qualidade do atendimento ao público e do desenvolvimento sustentável;

- c) aspecto cultural: mediante a preservação, a guarda e a difusão da cultura e do patrimônio histórico e cultural;
- d) aspecto político: as bibliotecas públicas ou que ofereçam acesso à comunidade retornam à sociedade o investimento público por meio da disponibilização do seu espaço físico e da oferta de produtos e serviços;
- e) aspecto ambiental: as bibliotecas, por meio de uma boa gestão, devem ser construídas e planejadas de acordo com as normas de certificação ambiental, de construções sustentáveis e de iniciativas de preservação do meio ambiente.

Corroborando as considerações anteriores, cita-se a atitude da *International Federation of Library Associations and Institutions*²⁸ (IFLA), que criou, em 2002, a *Statement on Libraries and Sustainable Development*²⁹, que afirma que as bibliotecas e serviços de informação podem promover o desenvolvimento sustentável, garantindo a liberdade de acesso à informação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA, 2002), ressaltando a relação e o envolvimento das bibliotecas em prol do desenvolvimento sustentável.

A *American Library Association* (ALA)³⁰, que é a mais antiga e maior associação de bibliotecas do mundo, fundada em outubro de 1876, com aproximadamente 65.000 membros, também é consciente do compromisso das bibliotecas para a sustentabilidade. A ALA possui vinte *Round Table*³¹ que discutem e tratam dos mais diversos e importantes temas das áreas biblioteconômicas e sociais. Dentre estas, destaca-se a *Sustainability Round Table*³², chamada de *SustainRT: Libraries Fostering Resilient Communities*³³, criada para que os membros possam realizar discussões sobre sustentabilidade, com o objetivo de caminhar na direção de uma sociedade mais justa, humana, saudável e economicamente viável.

²⁸ Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (tradução nossa).

²⁹ Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável (tradução nossa).

³⁰ Associação Americana de Bibliotecas (tradução nossa). Cf. <http://www.ala.org>.

³¹ Mesas Redondas (tradução nossa).

³² Mesa Redonda Sustentabilidade (tradução nossa). Cf. <http://www.ala.org/sustainrt>.

³³ Bibliotecas Promovendo Comunidades Resilientes (tradução nossa).

Silveira, Pfitscher e Uhlmann (2012) afirmam que a população vem tomando consciência de que a prevenção e a conservação do meio ambiente são as melhores maneiras de se ter um futuro promissor.

Conservar o meio em que se vive tornou-se uma das principais atribuições sociais de todo ser humano. Essa afirmação enfatiza o papel da humanidade em modificar, sustentavelmente, o ambiente em que se está inserido.

A Biblioteca e os profissionais da informação que nela trabalham passam a ter uma responsabilidade social, tanto geradores do conhecimento, como facilitadores e disseminadores da informação para que dela possam se beneficiar, percebida pela organização como um instrumento que dispõe para exercer sua função de cidadania e desenvolvimento social (SILVA et al., 2012, p. 5).

Crestana et al. (2013, p. 1) sustentam que

tornou-se pressuposto da qualidade para as bibliotecas universitárias, assim como para outras empresas públicas e privadas, a adoção de ações de responsabilidade socioambiental, para atender a demanda com padrões de excelência nos serviços oferecidos e no cumprimento da missão destas instituições.

No Brasil, já existem algumas ações de órgãos e representações da classe biblioteconômica em prol da sustentabilidade. Foi realizado, de 15 a 21 de outubro de 2016, em Manaus, no estado do Amazonas, o XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias³⁴ (SNBU) com a temática “A biblioteca universitária como agente de sustentabilidade institucional”. De acordo com a presidente do XIX SNBU, diante do cenário atual, é

oportuno promover reflexões sobre as práticas de sustentabilidade, a partir da visão defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a respeito do tema que envolve a vertente econômica, ambiental, social, político-institucional e cultural das bibliotecas universitárias com o olhar atencioso para o contexto da organização universitária como um todo e seus reflexos sobre a configuração de suas estruturas administrativas, na organização e oferta dos serviços aos seus usuários (BARBALHO, 2017).

³⁴ Cf. <http://www.snbu2016.com>.

A Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB), de 16 a 20 de outubro de 2017, em Fortaleza, no Ceará, realizará o XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB). O tema será “Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável: como as bibliotecas podem contribuir com sua implementação”. Relacionados ao relevante papel das bibliotecas no contexto informacional e de inclusão, destacam-se alguns objetivos da Agenda 2030, dos quais as bibliotecas podem participar diretamente:

objetivo 16.10³⁵: assegurar o **acesso público à informação** e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;
objetivo 9.c³⁶: aumentar significativamente o **acesso às tecnologias de informação e comunicação** e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020;
objetivo 12.8³⁷: até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham **informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável** e estilos de vida em harmonia com a natureza (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Os eventos citados anteriormente colocam em ênfase o tema sustentabilidade dentro do ambiente das bibliotecas, tema ainda pouco tratado. A International Federation of Library Associations and Institutions (2002) afirma que as bibliotecas, por meio das novas tecnologias, podem auxiliar no combate à desigualdade ocorrida pelas crescentes lacunas informacionais e digitais. Através da sua rede de serviços e informações, pesquisas e inovações, podem promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos povos em todo o mundo.

Bibliotecas devem praticar o desenvolvimento sustentável, oferecendo acesso à informação, produtos e serviços que causem os menores danos possíveis ao meio ambiente.

Por meio da orientação e informação, a educação ambiental é uma das formas de disseminar e difundir o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a consciência ambiental. As pessoas precisam ser alfabetizadas para viver e

³⁵ Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

³⁶ Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

³⁷ Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

sobreviver em um mundo que requer mais resiliência de todos e, principalmente, sabedoria para tratar e enfrentar os problemas de convivência e respeito ao próximo.

A Lei n. 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, influenciada pela Conferência de Tbilisi, cita, no art. 2º, inciso X, o princípio referente à educação ambiental, onde afirma que a educação ambiental é obrigatória em todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em 1979, um botânico escocês, Patrick Geddes, considerado o “pai da educação ambiental”, já apresentava preocupação com as consequências do impacto da industrialização e da urbanização no meio ambiente.

Uma demonstração da preocupação com a preservação da natureza, seus recursos, suas belezas e a vida selvagem foi a criação do primeiro Parque Nacional do Mundo, nos Estados Unidos e, nos estados de Wyoming, Idaho e Montana, em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone; o parque é, hoje, um patrimônio Mundial da UNESCO.

A consciência ambiental floresceu em meados do século XX diante da preocupação do crescimento da urbanização e do desenvolvimento econômico que se intensificaram após a segunda guerra mundial.

Em 1952, de 5 a 9 de dezembro, em Londres, na Inglaterra, aconteceu um dos piores impactos ambientais ocorrido no planeta, o Nevoeiro de 1952 ou *Big Smoke*, provocado pela poluição atmosférica; foi considerado a primeira catástrofe ambiental originada pelo crescimento desordenado e incontrolado da população.

É urgente e necessário que ocorram mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos sujeitos e da sociedade. A educação é um dos meios que pode alcançar esses objetivos, por isso, a Educação Ambiental é considerada como um novo processo educacional.

Em Belgrado, na Iugoslávia, em 1975, representantes de 65 países se reuniram para discutir as recomendações da Conferência de Estocolmo e formular princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental (EA). Foi estabelecido que a EA deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e orientada para os interesses nacionais.

Do Encontro de Belgrado originou-se a Carta de Belgrado³⁸, que estabeleceu uma estrutura global para a EA, fundamentos para um programa mundial de EA que possibilitará o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, de valores e atitudes, esforços direcionados a uma melhor qualidade do ambiente e, de fato, para uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. Foram estabelecidas as diretrizes básicas dos programas, metas e objetivos para a EA:

Meta da Educação Ambiental: Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos;

Objetivos da Educação Ambiental:

Tomada de consciência: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas;

Conhecimentos: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica;

Atitudes: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria;

Aptidões: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais;

Capacidade de avaliação: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos;

Participação: Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (UNESCO, 2017, p. 2).

Uma parceria entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) da ONU deu origem à realização da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Um dos principais eventos sobre educação ambiental do planeta, o evento aconteceu de 14 a 26 de outubro de 1977, em Tbilisi, na Geórgia, antiga União Soviética. Desse encontro, saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental.

Pelicioni e Philippi Jr. (2014, p. 5) consideram que a Conferência de Tbilisi mostrou para o mundo a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para o

³⁸ Cf. http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf.

aprofundado conhecimento e a compreensão em relação às questões ambientais por parte da sociedade como um todo. A conferência é a referência internacional para o desenvolvimento de atividades de EA.

Em 1987, em Moscou, na Rússia, aconteceu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, que reuniu aproximadamente 300 especialistas de todo o mundo. Foi um marco na organização dos currículos, e o meio ambiente foi incluído nos currículos educacionais.

O Congresso de Moscou reiterou os conceitos da Conferência de Tbilisi e também foram tratados os objetivos e os princípios da EA.

A EA deve preocupar-se com a conscientização, o conhecimento, o desenvolvimento de hábitos, a promoção de valores e o estabelecimento de critérios para a resolução de problemas. Lieber e Romano-Lieber (2014, p. 783) concordam que “educar para a responsabilidade também é refutar as palavras fáceis, as panaceias, e lutar para que os desejos de cada um não se reduzam ao denominador comum da ideologia”.

Em um evento paralelo à Rio-92, o Ministério da Educação (MEC) realizou, de 1 a 12 de julho de 1992, o Workshop sobre Educação Ambiental, em que foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental. A carta cita a necessidade que a incorporação da EA nos currículos se concretize, em todos os níveis e modalidades da educação.

Em dezembro de 1994, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)³⁹. O programa estabelece estratégias de ação, compila legislações e documentos e foi inspirado por cinco princípios.

- 1) Sendo a Educação ambiental um dever constitucional deferido ao Poder Público, ela constitui tarefa a integrar os esforços da União, dos Estados e dos Municípios;
- 2) A responsabilidade do Poder Público, não exclui a participação da comunidade nacional no processo. Ao contrário, além de ser globalmente objeto da Educação Ambiental, a Comunidade deve ser transformada em parceiro essencial do Poder Público na promoção da ação educativa e na formação da consciência da sociedade em favor da preservação ambiental para as presentes e futuras gerações;

³⁹ Cf. <http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea> (todas as edições).

3) O objetivo da educação ambiental deve estar concentrado no desenvolvimento de uma compreensão integrada ao meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, científicos e éticos;

4) A preservação ambiental contempla também a utilização dos recursos da natureza com sustentabilidade, de modo que o acesso a eles pelas gerações. Em resumo, o que se objetiva é que o uso dos bens naturais seja feito com responsabilidade e consciência dos direitos atuais e futuros da humanidade;

5) O estímulo à consciência solidária entre as Regiões dos países e do país com a comunidade internacional, visando a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada e socialmente justa (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL, 1994, p. 14).

Posteriormente foram publicadas a 2ª edição em 2003, a 3ª edição em 2005 e a 4ª edição em 2014. A quarta edição é resultante de um processo de consulta pública nacional, apresenta novos anexos como as deliberações relativas à educação ambiental da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, Carta da 4ª Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental, Carta da Terra, entre outros.

A Lei nº 9.795⁴⁰, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre educação ambiental, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e deu outras providências. Destaca que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A lei 9.795, no seu art. 4º, trata como princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999, p. 1).

⁴⁰ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm.

E, no art. 5º, apresenta os objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Todas as iniciativas que envolvem questões ambientais requerem mudanças. É necessário mudar hábitos e comportamentos por meio dos indivíduos e de toda a sociedade. A mudança é algo individual, interno, por isso, esse processo é muito difícil. Diante disso, é fundamental que o processo de reconstrução seja efetuado por meio da educação das crianças, e um relevante avanço alcançado neste sentido é a obrigatoriedade de disciplinas sobre educação ambiental nas escolas.

A UNESCO declarou, no período de 2005 a 2014, a Década da Educação para Desenvolvimento Sustentável⁴¹. A Década ratifica a importância da educação para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o Ministério da Educação estabeleceu, por meio da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Dentre outros, os art. 2º e 3º estabelecem que:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa

⁴¹ Cf. <http://en.unesco.org/themes/education-sustainable-development/what-is-esd/un-decade-of-esd>.

atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído (BRASIL, 2012, p. 2).

A educação ambiental é um dos caminhos para a mudança, para a conscientização e para tornar a sociedade melhor e mais comprometida em cuidar do mundo em que vive. Para incentivar essa ótica, é necessário o movimento das autoridades e educadores em prol da reforma dos processos e sistemas educacionais que estabeleçam diretrizes concretas, novos rumos para um desenvolvimento que seja sustentável.

Dias (2004, p. 100) acredita que “a Educação Ambiental seja um processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade”. O autor apresenta um fluxograma (figura 3) para demonstrar como ele compreende a intenção da EA:

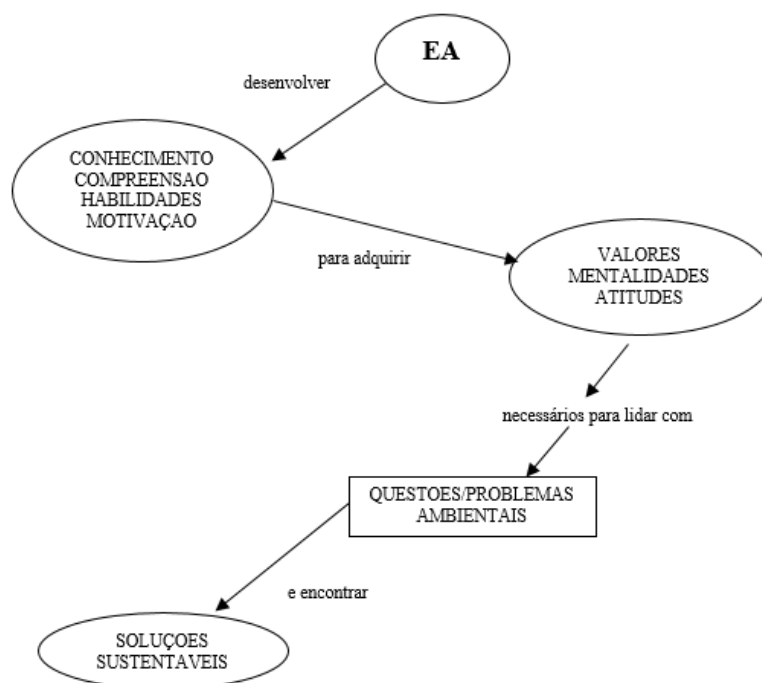


Figura 3 – O que a Educação Ambiental pretende.
Fonte: DIAS (2004, p. 100).

A compreensão do tema e da realidade é essencial para o sucesso durante um processo de intervenção. Este é um dos principais objetivos da EA: aprofundar no conhecimento e nos impactos do tema no cotidiano das pessoas e, dessa forma,

despertar para a ação para a prática de tornar o ambiente sustentável, harmônico e agradável para todos.

1.1.2 Contribuições de Paulo Freire para a educação ambiental crítica e emancipatória

O educador brasileiro Paulo Freire (Recife, 19 de setembro de 1921, e São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um grande visionário, contribuiu muito com a educação popular, formal e não-formal. Incentivava a implantação de currículos dinâmicos e críticos voltados para a realidade vivida e experienciada. Por esta vertente, pode-se incluir a educação ambiental, considerando toda a abordagem em que o tema tem sido tratado atualmente e com perspectivas de permanecer no contexto social e educacional ainda por um longo período.

Torres, Ferrari e Maestrelli (2014, p. 39) pressupõem que “o desenvolvimento da dinâmica da Abordagem Temática Freireana permite a efetivação dos principais atributos da Educação Ambiental escolar, em uma perspectiva crítico-transformadora”.

Ainda segundo estes autores, “[...] os educandos sejam ‘instrumentalizados’ no decorrer do seu processo de ensino e aprendizagem, cujo horizonte é a contribuição da educação escolar para a *conscientização* dos sujeitos com vista à *transformação cultural e social* [...]” (TORRES; FERRARI; MAESTRELLI, 2014, p. 32).

A formação do cidadão não se restringe apenas à educação formal e aos docentes; todos aqueles que trabalham com atendimento ao público, com diferentes públicos, nos âmbitos formais e não formais também devem compreender a importância do seu papel de formador, por meio de exemplos, do cuidado com o ambiente de trabalho e com a qualidade do atendimento.

A educação ambiental tornou-se disciplina obrigatória nos currículos educacionais, corroborando as bases teórico-metodológicas de Paulo Freire sobre a necessidade de se incluírem abordagens contemporâneas nos currículos.

Essa iniciativa remeteu às seguintes indagações: a educação ambiental tornou-se obrigatória nos espaços públicos, com qual intencionalidade? *A favor do quê e a favor de quem* se consolida uma proposta de educação ambiental em uma biblioteca e com qual paradigma?

Em uma perspectiva de humanização, de uma ética humana e ambiental, é que se desenvolve a presente pesquisa, com a possibilidade de construção de uma educação ambiental em uma biblioteca sustentável, fundamentada no pensamento e na obra de Paulo Freire.

Para isso, foi construída uma trama com os conceitos: conscientização, participação, autonomia e diálogo.

É importante destacar que:

[...] as tramas conceituais consistem em uma explicitação esquemática das articulações possíveis entre um conceito central (escolhido pelo pesquisador) como ponto de partida para a reflexão, relacionando outros conceitos a esse central. Todos esses conceitos são selecionados com base nos interesses e necessidades do autor da trama, devendo ser rigorosamente compreendidos no contexto da proposição da obra de Paulo Freire (SAUL, 2012).

Na direção desse pensamento, apresenta-se, na figura 4, a trama conceitual que orienta e fundamenta esta pesquisa:

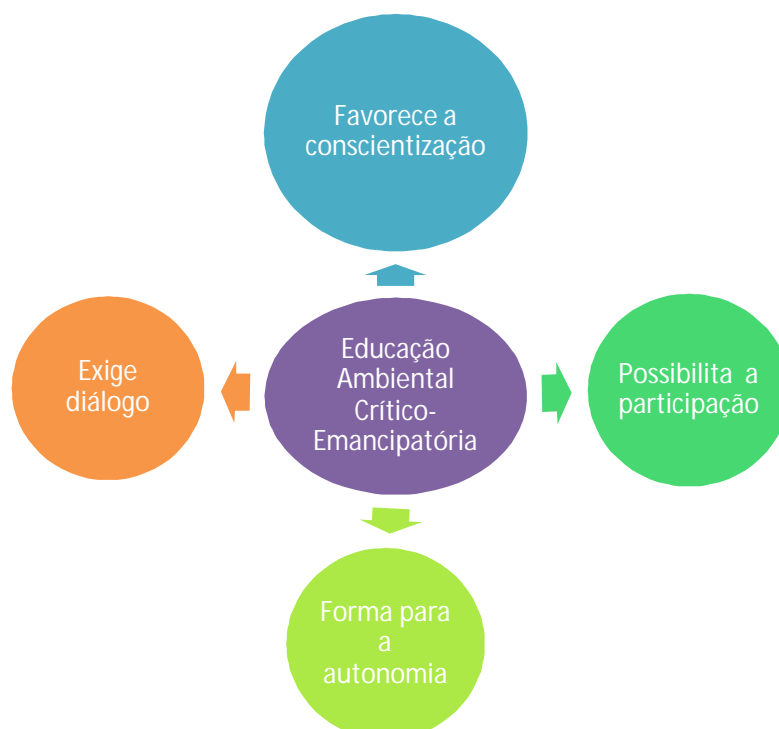


Figura 4 - Trama conceitual.
Fonte: A autora (2017).

Paulo Freire observa a profundidade do significado da palavra conscientização. Para ele, a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1980).

A definição de conscientização, para Freire (1980), se divide em duas situações: a consciência ingênua e a consciência crítica. Em relação à última, o autor destaca que esta representa a evolução do pensamento humano por instigar a indagação:

Num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1980, p. 26).

Dessa forma, a conscientização é provocação para se pensar sobre a existência, sobre as situações que circundam os seres humanos, uma reflexão crítica acerca de atos e ações. Sobre a conscientização, Freire (1980, p. 26) observa que:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por essa mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente a realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1980, p.26)

Nesse sentido, não basta apenas que os sujeitos se conscientizem do processo de opressão, que desvelem a realidade; é preciso, também, que a reflexão seja conduzida para uma prática, uma ação de superação, na unidade dialógica e dialética entre o desvelamento da realidade e uma prática de transformação, por um projeto de educação por meio de uma práxis libertadora.

A educação crítico-emancipatória implica o reconhecimento de si e do outro como oprimido, e do oprimido como ser humano, no reconhecimento de sua vocação ontológica para *ser mais*, de ser sujeito e não mero objeto.

Na educação crítico-emancipatória, o ser humano é sujeito do processo histórico, é sujeito do mundo, no mundo e com o outro. Não existe a dicotomia entre o conteúdo e a forma de ser histórica, entre consciência e mundo. O processo de conscientização não dicotomiza a consciência, de um lado, e o mundo, do outro.

O homem só pode ser compreendido em sua relação com o mundo, *um ser-em-situação*, o homem é um ser da práxis, da ação-reflexão-ação para a transformação da realidade.

O sujeito que passou por um processo educacional que fomentou a crítica ao pensamento é um sujeito que pode deixar de ser ingênuo e ter um pensar crítico do mundo. Neste processo, quando o educando e o educador optam pela mudança, pelo pensar certo, atuam em sincronia, educador e educando se conscientizam (FREIRE, 1979).

No processo da educação ambiental pode-se observar o quanto é fundamental conscientização, a consciência crítica do homem em relação à atual situação do meio ambiente. O ser humano deve tomar consciência da necessidade de mudança, da necessidade de compreender, estabelecer uma ação entre natureza e desenvolvimento; a preservação ambiental deve ser tratada como prioridade.

A relevância da conscientização para o enfrentamento dos problemas ambientais foi destacada em 1987, quando a CMMAD publicou o Relatório *Brundtland*, que lançou o *slogan* “Pensar globalmente, agir localmente”, sugerindo que se deveria pensar as questões ambientais mundiais, trazê-las para a realidade, na comunidade ou região. Dessa forma, pode-se agir pontualmente, com autoridade de conhecimento. Certamente as iniciativas terão impactos que irão refletir em maiores dimensões, atingindo uma amplitude cada vez maior à medida que todos tiverem a sua participação.

A conscientização requer diálogo e escuta, pois possibilita o exercício da tolerância, de se colocar no lugar do outro em determinadas situações, de ter uma escuta atenta considerando o ponto de vista e o conhecimento do outro e, desta forma, agir para mudar a realidade.

De acordo com Freire (1980, p. 28), “quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciados, graças

ao compromisso de transformação que assumimos”. Freire ainda destaca a importância da participação efetiva, da necessidade da tomada de iniciativa e do cumprimento dos compromissos assumidos, e ressalta que “esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à construção do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos” (FREIRE, 1980, p. 28). Somente o homem pode denunciar e mudar a realidade, para isso, é imprescindível conhecer, problematizar, romper e superar a situação-limite.

A conscientização gera a participação, a relevância do homem participativo que muda o ambiente em que vive. De acordo com Bordenave (1989, p. 22), “[...] a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte [...]”. É necessário observar a diferença dimensional nos termos “fazer parte” e “tomar parte”. Este último demonstra realmente o envolvimento do sujeito na situação que lhe é apresentada, havendo comprometimento; “fazer parte” não requer uma ação efetiva de participação, possui um significado mais superficial, pois se pode fazer parte de algo sem se ter voz ativa.

Freire afirma a importância da educação como forma de garantir a participação. Uma educação crítica e emancipatória possibilita aos sujeitos do processo debaterem suas experiências, problemas, situações-limites do cotidiano, emergindo de uma posição de submissão, de espectador para a participação, como sujeito crítico (FREIRE, 1967).

A participação é uma ação social de convivência, conflito e consenso, pois garantir a atuação de todos é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, mais justa e solidária. Quanto mais acesso à educação, maior construção de conhecimento e ações, pois a escola é um dos principais meios que motiva e possibilita acesso à participação.

Pode-se considerar o diálogo como uma porta de acesso à participação. Bordenave (1989, p. 50) considera que o diálogo é também uma força para a participação:

Ora, a maior força para a participação é o diálogo. Diálogo, aliás, não significa somente conversa. Significa se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar a opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; partilhar a informação disponível; tolerar longas discussões para chegar a um consenso satisfatório para todos.

A educação crítico-emancipatória considera a ação dialógica como exigência e como essência da práxis.

A palavra é um elemento constitutivo do diálogo e só pode ser verdadeira na práxis libertadora, ou seja, na ação e reflexão crítica sobre o mundo para transformá-lo.

Nas palavras de Freire (2004, p. 78), “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”.

Dizer a palavra para pronunciar o mundo é um direito de todo ser humano, é inerente à vida, não é um privilégio de uns sobre outros. Da mesma forma, não há palavra verdadeira de uns para os outros, mas o diálogo, numa comunidade discursiva intersubjetiva de um com o outro, numa relação horizontalizada e comprometida com a emancipação humana.

O diálogo é um encontro entre sujeitos, mediatizados pelo mundo, para transformá-lo; é um encontro de subjetividades, mediatizado pela objetividade da realidade concreta. É um ato de criação e recriação da realidade concreta. Para concretizar a pronúncia do mundo, segundo Freire (2004, p. 78), “o diálogo exige amorosidade, humildade e fé nos homens” – o diálogo na humildade, na amorosidade, na fé nos homens, no reconhecimento do outro como reconhecimento de si mesmo, numa relação horizontalizada entre sujeitos que, em comunhão, aprendem uns com os outros.

O diálogo é o ponto central destacado para a promoção da conscientização e da participação, provocadores de ações para melhoria da realidade. O diálogo também deve ser considerado o ponto de partida para a implantação da educação ambiental e da sustentabilidade: a realidade somente poderá ser melhorada se for, de fato, conhecida, interpretada e dialogada.

A consciência crítica é potencializada pelo diálogo sobre as condições da realidade, é força propulsora para refletir corretamente sobre as condições humanas no mundo. O diálogo promove o empoderamento do ser humano para ser o construtor de sua própria história. Implica a convicção de que mudar é possível, urgente e necessário para a transformação dos processos de desumanizações que cercam os seres humanos.

Em uma práxis transformadora do ambiente e das pessoas, é possível pensar alternativas com relações solidárias entre os seres humanos e deles com o planeta – engajar-se em uma educação para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O diálogo possui relação direta com o último conceito freireano aqui dissertado, a autonomia. O sujeito que dialoga e participa tem liberdade para tornar-se parte de algo, possui independência para expressar seus argumentos e suas ações.

É preciso formar sujeitos com autonomia para uma educação ambiental. Freire destaca que o ser humano deve ser respeitado, ser ouvido e de posse de autonomia para participar no seu grupo social. Freire (2005, p. 59) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” e que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 2005, p. 16).

O sujeito de posse de autonomia deve estar consciente do seu poder de modificar o ambiente em que vive, de reconhecer quão importante é a liberdade de participar de mudanças que promovam principalmente o bem-estar de todos, bem como assumir as consequências da autonomia que deve ser utilizada com responsabilidade. Devidamente compreendidos, os princípios e conceitos freireanos serão fundamentais para respaldar o tripé do desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

São apresentados nos itens desta seção os materiais e métodos utilizados na presente pesquisa.

2.1 Percurso metodológico da pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com natureza exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo (entrevista⁴² semiestruturada), análise de dados identificados em pesquisa bibliográfica referente à temática “sustentabilidade ambiental e bibliotecas sustentáveis”, publicadas em livros, artigos, teses, dissertações, entre outros, e levantamento realizado nas páginas eletrônicas das principais bibliotecas universitárias federais brasileiras a respeito de ações sustentáveis e da ênfase aplicada à sustentabilidade.

Nesta pesquisa também foi aplicado o método comparativo em que as informações coletadas foram confrontadas com a atual situação da Biblioteca Central Santa Mônica (BCMON) da Universidade Federal de Uberlândia. O resultado foi uma proposta inicial com algumas indicações de iniciativas para a promoção da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa Mônica, que será entregue à administração do SISBI/UFU.

Para a seleção da biblioteca referência em sustentabilidade, foram analisadas as páginas eletrônicas de sessenta e três bibliotecas universitárias federais. Esta pesquisa constatou que nenhuma delas apresentava ações sustentáveis concretas. Dessa forma, como objeto de estudo comparativo com a Biblioteca Central Santa Mônica da UFU, foi selecionada a Biblioteca Parque Estadual⁴³ (BPE) do governo do Rio de Janeiro. Optou-se pela BPE⁴⁴ por se tratar de uma biblioteca acessível, envolvida em ações sociais e culturais, que contempla, em uma de suas missões, a

⁴² “Trata-se de uma conversa entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista. Todas elas têm um objetivo, ou seja, a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 280).

⁴³ Cf. <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br>.

⁴⁴ Apesar de o SISBI/UFU fazer parte da esfera pública federal e a BPM, da estadual, entende-se que as ações de sustentabilidade independem das características das bibliotecas, bem como pela função de ambas as bibliotecas que é oferecer à comunidade na qual está inserida um atendimento eficiente e com qualidade em prol do desenvolvimento social, cultural e ambiental.

educação ambiental, contribuindo para a formação de uma população consciente, preocupada com o ambiente⁴⁵, iniciativa ainda pouco comum na realidade das bibliotecas brasileiras, e por ser a primeira e única biblioteca brasileira a alcançar a Certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) categoria *Gold*. O LEED é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações, utilizado em 143 países, e possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações, sempre com foco na sustentabilidade de suas atuações⁴⁶.

No Brasil, além da Biblioteca Pública Estadual do RJ, esta certificação foi atribuída somente a mais dois estabelecimentos culturais do país: Centro de Cultura Max Feffer e Museu de Arte do Rio de Janeiro (GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL, 2016), conforme anexo B.

A pesquisa previa, também, a visita à BPE, porém, a mesma, juntamente com seus usuários e colaboradores, foi vítima da violenta crise financeira instaurada no Estado do Rio de Janeiro culminando com o desligamento de 100% dos serviços em dezembro de 2016. Dessa forma, foi realizada uma entrevista *online* com uma bibliotecária que fazia parte da equipe da BPE, concedida via webconferência, por meio do *software* Skype⁴⁷, no dia 23 de fevereiro de 2017, com duração de 1h18min, de 11h12 às 12h30.

Durante a entrevista, foram abordados temas como: a inspiração para a criação da BPE, os produtos e serviços oferecidos, gestão da biblioteca e abordagens no tripé sustentável, a sustentabilidade social, a econômica e a ambiental, bem como os pontos positivos e negativos do processo.

Por ocasião do fechamento da BPE, não foi possível a realização da visita e, conseqüentemente, do registro fotográfico. Dessa forma, as imagens apresentadas na pesquisa são de publicações disponibilizadas pela internet, conforme informado na fonte e, também, de arquivos do SISBI/UFU, que conta com imagens efetuadas durante uma Visita Técnica realizada pelo bibliotecário do SISBI/UFU, Paulo de Assis Cunha, no dia 6 de outubro de 2015. Foi efetuada uma entrevista semiestruturada, via webconferência, com uma bibliotecária envolvida no processo, para apuração de sua experiência e registro dos investimentos e ações em sustentabilidade implementadas.

⁴⁵ Cf. <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/sample-page-2/sustentabilidade>.

⁴⁶ Cf. <http://www.gbcbrazil.org.br/sobre-certificado.php>.

⁴⁷ Cf. <https://www.skype.com/pt-br/about>.

Para a análise dos dados, foram confrontadas as informações coletadas no levantamento bibliográfico da literatura em questão, na pesquisa realizada nas páginas eletrônicas das bibliotecas e na entrevista.

2.2 Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia

Na cidade de Uberlândia⁴⁸, localizada na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, Brasil, em 24 de maio de 1978, por meio da sanção da lei nº 6.532⁴⁹, foi criada a Universidade Federal de Uberlândia (UFU)⁵⁰, após um longo período de formação e federalização que se iniciou em 1950. A UFU se tornou, então, uma instituição pública, integrante da Administração Federal Indireta vinculada ao MEC.

A universidade, como prestadora de serviços à população brasileira, agente formadora de cidadãos e de profissionais, tem como missão:

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU, 2016a).

Antenada em relação às questões ambientais e destacando a preocupação ambiental, a UFU evidencia esta temática na sua visão

Ser referência regional, nacional e internacional de universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os campi, comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável (UFU, 2016b).

Até o final do ano de 2015⁵¹, a UFU disponibilizava à comunidade de Uberlândia e região educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, cursos técnicos e educação a distância, bem como 90 (noventa) cursos de graduação, 6 (seis) cursos de especialização, 44 (quarenta e quatro) cursos de mestrado e 20 (vinte) cursos de doutorado.

⁴⁸ Cf. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317020>.

⁴⁹ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6532.htm.

⁵⁰ Cf. <http://www.ufu.br/universidade>.

⁵¹ Cf. http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario_2016_-_base_2015.pdf.

Os cursos oferecidos receberam 20.734 (vinte mil setecentos e trinta e quatro) matrículas nos cursos de graduação e 6.847 (seis mil oitocentos e quarenta e sete) matrículas na pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). A equipe gestora e acadêmica da universidade compreendia 3.256 (três mil duzentos e cinquenta e seis) servidores técnico-administrativos e 1.870 (mil oitocentos e setenta) docentes, distribuídos em 6 (seis) *campi* nas cidades, localizados nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, todas no estado de Minas Gerais.

As bibliotecas universitárias⁵² são instituições pontualmente responsáveis pelo sucesso e desenvolvimento da educação superior, oferecendo subsídio informacional e técnico a toda comunidade acadêmica e fortalecendo a produção do conhecimento. As universidades são organizações seculares, neste sentido devem ambicionar o crescimento contínuo, ampliando o nível de abrangência no ensino, na pesquisa e na extensão.

A primeira biblioteca da UFU foi criada em 1976 a partir de acervos existentes nas faculdades isoladas da cidade. Em 1979, foram criadas novas bibliotecas que dividiram o acervo até então existente, constituindo bibliotecas no *Campus* Umuarama, no *Campus* Santa Mônica, em sede da UFU na Rua Duque de Caxias e no *Campus* Educação Física.

Em 1989, a UFU submeteu ao MEC a demanda para construção de novas bibliotecas. O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia foi criado neste mesmo ano (1989) e conta, atualmente (2017), com 8⁵³ bibliotecas sendo 6 universitárias: Biblioteca Central Santa Mônica (BCMON), Biblioteca Setorial Umuarama (BSUMU), Biblioteca Setorial Educação Física (BSFIS), Biblioteca Setorial Ituiutaba (BSPON), Biblioteca Setorial Monte Carmelo (BSMTC) e Biblioteca Setorial Patos de Minas (BSPAT); 1 especializada: Biblioteca Setorial Hospital de Clínicas (BSHCU); e 1 escolar: Biblioteca Setorial Escola de Educação Básica (BSESB). O acervo das bibliotecas é formado por material informacional que atende às áreas do conhecimento referentes aos cursos oferecidos nos *campi* onde estão inseridas,

⁵² “A que é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53).

⁵³ A Biblioteca Setorial Glória será a nona biblioteca com previsão de criação em 2017. Ela atenderá o *Campus* Glória, e o atendimento inicial será na área das Ciências Agrárias.

atendendo às comunidades internas e externas por meio de produtos e serviços, espaço físico e de atendimento:

- a) Biblioteca Setorial de Educação Básica (Uberlândia, MG): criada em 1988 para atender a Escola de Educação Básica da UFU localizada no *campus* Educação Física, a BSESB atende às demandas da educação infantil e ensino fundamental;
- b) Biblioteca Setorial Educação Física (Uberlândia, MG): criada em 1990, a BSFIS atende à área das Ciências da Saúde, localizada no *Campus* Educação Física;
- c) Biblioteca Central Santa Mônica (Uberlândia, MG): a atual estrutura foi inaugurada em 1991 e, atualmente (2017), oferece atendimento às áreas das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. A BCMON também concentra a administração do SISBI/UFU, o gerenciamento de bibliotecas digitais, os serviços de seleção, aquisição, catalogação e classificação do material informacional de todas as bibliotecas. Está localizada no *campus* Santa Mônica;
- d) Biblioteca Setorial Umuarama (Uberlândia, MG): inaugurada também em 1991, a BSUMU oferece atendimento às áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde;
- e) Biblioteca Setorial Ituiutaba (Ituiutaba, MG): com a criação do *Campus* Pontal, primeiro *campus* fora de sede (Uberlândia), foi criada em 2007 a BSPON, com atendimento às áreas das Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Em 2011, foi inaugurado o atual espaço físico onde a biblioteca está alocada até o momento;
- f) Biblioteca Setorial Monte Carmelo (Monte Carmelo, MG): a BSMTTC foi criada em 2011 para atender a outro *campus* fora de sede (Uberlândia), o *Campus* Monte Carmelo; a biblioteca atende às áreas das Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra;
- g) Biblioteca Setorial Patos de Minas (Patos de Minas, MG): também em 2011 foi criada a BSPAT, localizada no, até então, terceiro e último *campus* fora de sede, o *campus* Patos de Minas; a biblioteca oferece atendimento às áreas das Ciências Biológicas e Engenharias;

- h) Biblioteca Setorial Hospital das Clínicas (Uberlândia, MG): a única biblioteca especializada do SISBI/UFU foi inaugurada em 2012 para atender às demandas do Hospital das Clínicas da UFU, oferecendo atendimento às áreas das Ciências Biológicas e da Saúde.

Toda a estrutura física do SISBI/UFU compreende uma área total de 11.675,70m², onde são recebidos aproximadamente 5.000 usuários por dia. Nessa área, estão disponibilizados produtos, serviços e atendimento aos usuários, bem como atividades administrativas e técnicas.

Dentre os produtos e serviços podem-se destacar: o acesso a material informacional em suporte físico e remoto, consulta ao catálogo *on-line*, empréstimo, reserva e renovação, solicitação de aquisição e oferta de doações de material informacional por meio do Sistema de Gerenciamento de Aquisição de Material Informacional (SIGAMI)⁵⁴, orientação em normalização e pesquisa bibliográfica, ilhas de pesquisa, comutação bibliográfica e catalogação na publicação. Os usuários ainda têm à sua disposição autogestão dos serviços de empréstimo, devolução e digitalização do material informacional, respeitando as leis de direitos autorais, salas de estudo em grupo, espaço para estudo em dupla e individual, empréstimo entre bibliotecas e interbibliotecas da UFU e acesso à internet sem fio.

O acervo das bibliotecas é composto por livros, periódicos, bases de dados, partituras, CDs, DVDs, VHS, normas técnicas, cartazes, gravuras, catálogos de arte, teses e dissertações, textos de teatro, livros eletrônicos, audiolivros, conjunto de peças, fitas cassete, discos de vinil e coleções especiais⁵⁵.

Os serviços considerados administrativos envolvem o atendimento às demandas dos servidores e gerenciamento do SISBI/UFU mediante as funções de secretaria, apoio administrativo, coordenações de informatização, atendimento ao usuário, seleção e aquisição, gerências e chefias.

As atividades técnicas compreendem o preparo do material informacional para liberação ao público por meio dos serviços de seleção, aquisição, catalogação, classificação, baixa e remanejamento do acervo, restauração, gestão de bibliotecas

⁵⁴ Cf. <http://www.sigami.ufu.br>.

⁵⁵ Coleção Especial Jacy de Assis, Coleção Especial Aricy Curvello, Coleção Especial Yan Michalski, Coleção Especial Antonio Mercado Neto, Coleção Especial Litto, Coleção Especial Jodacil Damaceno, Coleção Especial Dr. Kerr, Coleção Especial Homero Santos, Coleção Especial Hélio Benício, Coleção Especial Agropecuária, Coleção Especial Memória UFU, Coleção Especial Textos e Cartazes de Teatro, Coleção Especial de Arte e Coleção Especial de Obras Raras.

digitais, suporte técnico em informática e atendimento aos usuários por meio da circulação do material informacional e de serviços de referência.

A estrutura física do SISBI/UFU é formada por espaços para guarda-volumes, acervo, salas para estudo em grupo e cabines para estudo individual, assentos para estudo individual e dupla, estudo 24h, atendimento ao usuário, computadores para pesquisa, exposições culturais, sala multimídia, salas de recebimento de autodevoluções, estrutura para acesso à *internet* cabeada, salas para acervos especiais⁵⁶ e anfiteatro.

Por considerar a enorme dimensão do sistema e, com isso, uma significativa rotatividade de pessoal, o SISBI/UFU encerrou o ano de 2015 com 124 (cento e vinte e quatro) servidores entre efetivos e terceirizados que, em equipe, promovem a gestão, o funcionamento e atendimento à comunidade interna que compreende 39.415 membros, entre docentes, discentes e técnico-administrativos; destes, 5.363 (cinco mil trezentos e sessenta e três) estão inscritos nas bibliotecas.

As atividades anteriormente apresentadas estão representadas em números na figura 5.

⁵⁶ Coleção Especial, Coleção Especial Jacy de Assis, Coleção Especial Aricy Curvello, Coleção Especial Yan Michalski, Coleção Especial Antonio Mercado Neto, Coleção Especial Litto, Coleção Especial Jodacil Damaceno, Coleção Especial Dr. Kerr, Coleção Especial Homero Santos, Coleção Especial Dr. Hélio Benício, Coleção Especial Agropecuária, Coleção Especial Memória UFU, Coleção Especial Textos e Cartazes de Teatro, Coleção Especial de Arte e Coleção Especial de Obras Raras.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA													
DIRETORIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS													
Dados estatísticos: Infraestrutura, RH, Usuários, Serviços - Ano base: 2015													
DESCRIÇÃO/BIBLIOTECAS		BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS							BK	BK	TOTAL		
		MON	UMU	FIS	POR	MTC	PAT	Subtotal					
INFRA ESTRUTURA	Bibliotecas	Central	1	0	0	0	0	1	0	0	1		
		Setoriais	0	1	1	1	1	5	1	1	7		
		TOTAL	1	1	1	1	1	6	1	1	8		
	Dias úteis	163	161	147	165	152	203	-	241	156	-		
	Dimensão em m ²	5.735,00	3.988,00	267,00	580,00	648,02	173,28	11.391,30	34,40	250,00	11.675,70		
	Assentos para estudo	828	460	64	95	129	45	1.622	29	82	1.724		
	Tecnologias	Computadores para usuários	38	18	4	15	26	4	105	5	1	111	
		E-reader	40	26	15	80	15	15	150	0	0	150	
		Netbook	37	17	10	20	10	6	100	0	0	100	
		Tablet	18	11	5	6	5	5	50	0	0	50	
		Scanner planetário	2	1	0	1	0	0	4	0	0	4	
		Sistema de autoempréstimo	2	1	0	1	0	0	4	0	0	4	
		Sistema de autodevolução	1	1	0	0	0	0	2	0	0	2	
	RECURSOS HUMANOS	Efetivos	UFU	56	13	2	6	4	3	84	0	4	88
Afastamento judicial			1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Aposentados ¹			3	0	0	0	0	0	3	0	0	3	
CTI (vaga cedida)			1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
SUBTOTAL			61	13	2	6	4	3	89	0	4	93	
Terceirizados			RCA (Recepcionista)	6	3	0	0	0	0	9	0	1	10
		Ativa (Portaria)	2	2	1	2	2	2	11	0	1	12	
		Prefeitura	0	0	0	2	0	0	2	0	0	2	
		ESTAGIÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FAEPU ²		5	0	0	0	0	0	5	2	0	7		
SUBTOTAL	13	5	1	4	2	2	27	2	2	31			
TOTAL	74	18	3	10	6	5	116	2	6	124			
USUÁRIOS	Potenciais (UFU) ³ (ano base: 2014)										39.415		
	Potenciais (SISBI) ⁴										7.490		
	Reais ⁵										4.430		
SERVIÇOS	Frequência		588.464	308.791	14.443	100.292	16.887	24.203	1.053.080	8.008	51.972	1.113.050	
	Empréstimo	Material Informacional	Empréstimo	60.685	39.753	2.444	11.987	3.925	2.242	121.046	0	9.017	130.063
			Renovação	322.417	116.163	14.779	54.236	15.005	12.863	535.463	0	0	535.463
			Total	383.102	155.926	17.223	66.223	18.930	15.105	656.509	0	9.017	665.526
	Empréstimo	Dispositivos Móveis	Empréstimo	287	236	64	245	86	55	973	0	0	973
			Renovação	1.152	489	213	470	252	192	2.768	0	0	2.768
			Total	1.439	725	277	715	338	247	3.741	0	0	3.741
	Devolução	Balcão	16.013	5.791	5.918	3.537	2.086	4.122	37.467	0	0	37.467	
		Autodevolução	53.052	20.958	0	12.787	0	0	86.787	0	0	86.787	
	Total	69.075	26.749	5.918	16.304	2.086	4.122	124.254	0	0	124.254		
	Consultas		46.574	36.375	3.816	4.231	1.238	1.708	95.942	1.059	12.192	109.193	
	Capacitação de usuários	Visita orientada	Pesquisa bases dados	1.709	1.159	29	201	0	3.098	258	0	3.356	
			Normalização	260	706	33	10	3	0	1.012	0	1.012	
			Total	3.224	2.345	62	361	201	119	6.312	258	185	6.755
	Serviços cooperativos	Comutação	27	247	0	20	0	3	297	91	0	388	
		EEB	515	59	11	539	12	12	1.248	0	0	1.248	
	Obras restauradas			608	372	10	27	5	1.029	0	80	1.109	
	Catalogação na fonte											636	
	Periódicos - Permuta											138	

¹ Os servidores aposentados tiveram reposição

² Os servidores FAEPU lotados no HCU não são administrados pelo RH do SISBI

³ Compreende toda comunidade universitária - Dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Informações da PROPLAD (Anuário Estatístico)

⁴ Compreende o universo de todos os usuários cadastrados no SISBI

⁵ Compreende os usuários cadastrados no SISBI que movimentaram seu cadastro no ano em questão

⁶ Dados não coletados - Não oferece serviço de empréstimo

⁷ Dados não coletados - Devolução manual

⁸ Greve de 17/03 a 25/06

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA DIRETORIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DADOS ESTATÍSTICOS DE ACRÉVIO - 2015																						
MATERIAL INFORMACIONAL		BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS														BK. F.SP.		BK. F.SC.		TOTAL		
		MON		UMU		FIS		POW		MTC		PAT		SUBTOTAL		HCU		ESD				
		Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.	Til.	Ex.			
Bases de dados ¹		566	566	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	566	566	0	0	0	0	566	566
Cartazes - EPA ²		323	412	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	323	412	0	0	0	0	323	412
Catálogos de arte		1.734	2.187	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.734	2.187	0	0	0	0	1.734	2.187
Catálogos musicais - EPA		42	42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	42	0	0	0	0	42	42
CD		95	95	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	95	95	0	0	0	0	95	95
Disquete		3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	3	3
Fita Cassete		413	413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	413	413	0	0	0	0	413	413
Fita de Holo		14	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	14	0	0	0	0	14	14
Lanço		239	239	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	239	239	0	0	0	0	239	239
Partituras		1.423	1.423	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.423	1.423	0	0	0	0	1.423	1.423
Periódicos		182	182	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	182	182	0	0	0	0	182	182
VHS		8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8	0	0	0	0	8	8
Lanço - EPA		607	607	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	607	607	0	0	0	0	607	607
Teses e Dissertações		6.188	6.188	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.188	6.188	0	0	0	0	6.188	6.188
Coleções especiais		356	441	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	356	441	0	0	0	0	356	441
Conjuntos de peças		10	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	21	0	0	0	0	10	21
CD		53	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	50	0	0	0	0	53	50
EPA		500	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500	500	0	0	0	0	500	500
Disco de vinil - EPA		1.357	1.357	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.357	1.357	0	0	0	0	1.357	1.357
Gravuras - EPA		129	129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	129	129	0	0	0	0	129	129
Acervo geral		05.050	104.626	17.052	48.088	3.339	9.587	6.693	30.838	1.377	9.064	1.219	6.023	114.590	290.403	241	307	5.056	10.927	120.697	306.637	
Col. Exp. Antônio Mercado - EPA		316	316	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	316	316	0	0	0	0	316	316
Col. Exp. Nancy Curcio - EPA		544	544	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	544	544	0	0	0	0	544	544
Col. Exp. Homero Santos - EPA		229	229	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	229	229	0	0	0	0	229	229
Col. Exp. Jary de Azev - EPA		7.720	7.720	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.720	7.720	0	0	0	0	7.720	7.720
Referências		1.531	4.286	965	2.079	89	201	95	271	12	50	14	58	2.706	6.877	3	3	41	203	2.750	7.077	
Bala de remanejamento		0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	2	4
Bala de reposição		2	2	7	7	6	6	0	0	5	5	0	0	0	28	25	0	0	0	0	28	25
Livros eletrônicos																					1.375	1.375
Áudio books - Eletrônicos ³																					1	1
E-Book ⁴																					718	718
Multimídia		52	50	12	12	1	1	4	5	0	0	0	0	0	69	76	0	0	0	0	69	76
Normas técnicas		202	203	26	26	16	16	32	32	66	66	25	25	0	367	434	0	0	0	0	367	368
EPA		3.117	3.132	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.117	3.132	0	0	0	0	3.117	3.132
Partituras		5.233	6.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.233	6.413	0	0	0	0	5.233	6.413
EPA		677	693	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	677	693	0	0	0	0	677	693
Periódicos ⁵		3.131	6.247	0	99	0	52	0	0	0	2	0	0	0	5.751	6	0	0	4	0	5.755	8
Recursos eletrônicos (CD-ROM)		7	9	6	0	0	0	0	0	5	5	0	0	0	12	19	0	0	0	0	12	19
Referências eletrônicas		4	6	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	12	0	0	0	0	8	12
Teses e dissertações		867	936	396	336	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.173	1.272	0	0	0	0	1.173	1.272
EPA		962	962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	962	962	0	0	0	0	962	962
VÍDEOS		641	742	396	443	50	58	87	105	42	62	0	0	0	1.276	1.452	0	0	92	124	1.308	1.576
DVD - EPA		25	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25	0	0	0	0	25	25
VHS - EPA		186	186	603	603	0	0	0	0	0	0	0	0	0	689	689	0	0	0	0	689	689
TOTAL		124.678	225.756	21.690	52.344	3.000	9.803	1.425	31.251	1.507	9.252	1.240	6.394	193.689	306.045	244	310	5.065	16.266	167.948	304.625	

Fonte: DIAPT, SECAC, SEREC (NT em processo de automação), audiobooks - Naxos Spoken Word Library), BEREFF (em processo de automação), SECIU (VHS)

¹ Disponível para todo o SISBI

² Em processo de automação

³ Não foram coletados o número de exemplares/fascículos

Figura 5 – Dados estatísticos do Sistema de Bibliotecas da UFU – 2015.
Fonte: UFU (2015).

O compromisso social, a infraestrutura física e a expressiva estrutura de atendimento ao público justificam a necessidade de as bibliotecas também serem unidades engajadas com a causa da sustentabilidade e do desenvolvimento humano, social e ambiental, pois geram um alto volume de resíduos. Em 2015, o SISBI/UFU consumiu aproximadamente 36.500 copos descartáveis, 164.000 folhas de papel A4 e 71 *tonners* para impressoras, bem como gastos com energia elétrica, água, material de limpeza, entre outros, dando manutenção e suporte para que seja possibilitado um atendimento inclusivo e informativo a um expressivo número de pessoas.

O SISBI/UFU, em seus 28 anos, demonstra uma crescente evolução, principalmente na implantação de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que objetivam a agilidade e eficiência no atendimento aos usuários, bem como possibilitar e ampliar o acesso à informação.

França apresenta um quadro comparativo entre os produtos e serviços tecnológicos oferecidos pelos sistemas de bibliotecas da UFU e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como se pode ver no Figura 6:

Categories	UFU	UFSC
Produtos implementados nos últimos seis anos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ SIGAMI (software desenvolvido localmente) ✓ Sistema de auto devolução ✓ Empréstimo de <i>tablets</i> e <i>e-readers</i> ✓ Equipamentos de segurança (portal e dispositivos eletromagnéticos) ✓ Dispositivos de radiofrequência ✓ <i>Bookcheck</i> ✓ DLA (inventário) ✓ Equipamentos de videoconferência ✓ Laboratórios colaborativos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>QR Code</i> ✓ Laboratório de capacitação ✓ Mecanismo Online de Referências (MORE) ✓ Ficha catalográfica online
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistema de gerenciamento de bibliotecas com serviço de alerta (reserva, renovação, empréstimo, devolução); aplicativo para dispositivo móvel; sistemas de autoempréstimo; <i>scanner</i> planetário; empréstimo de <i>netbooks</i>; computadores com internet; rede sem fio; tecnologias assistivas; acervo virtual (<i>e-books</i>, bases de dados); iniciativas de acesso aberto à informação científica; Capes WebTV; FAQ e redes sociais. 	
Impacto de uma TIC no ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Servidores: maior adaptação e mudança de comportamento, diminuição das atividades rotineiras ✓ Usuários: maior independência e autonomia, atendimento mais personalizado 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Usuário: maior autonomia e diminuição do tempo de espera no atendimento

Figura 6 - Produtos e serviços dos sistemas de bibliotecas da UFU e da UFSC.
Fonte: FRANÇA (2015, p. 176).

Segundo França e Carvalho (2015, p. 15), “as unidades informacionais têm vivenciado uma revolução interna, com a implementação de tecnologias que visam facilitar o acesso e a disseminação da informação, tornando-as mais dinâmicas”.

A disponibilização de TICs pelas bibliotecas auxiliam a promoção do desenvolvimento sustentável, pois garantem a liberdade do acesso à informação (IFLA, 2002). O envolvimento das bibliotecas em prol do desenvolvimento sustentável também está relacionado diretamente à promoção da inclusão social, democratizando o acesso à informação a todos os usuários sem quaisquer distinções, bem como desenvolvimento e envolvimento em ações sustentáveis juntamente com a comunidade onde está inserida.

Com a democratização do acesso à informação, as bibliotecas contribuem diretamente para o desenvolvimento intelectual e cultural de toda a sociedade. O ambiente de biblioteca possibilita aos seus frequentadores o acesso ao material informacional e ambiente favorável à construção e disseminação do conhecimento.

A Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento afirma que o aumento do acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, amparada pela disponibilidade de TICS, apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a qualidade de vida das pessoas (IFLA, 2014).

As TICS são meios que colaboram para tornar a informação mais acessível, elevando o seu acesso. Toda tecnologia tem seu preço e, na maioria das vezes, ainda é um valor elevado para os padrões econômicos da maioria da população. Dessa

forma, compete às bibliotecas tornar possível que estas soluções estejam ao alcance dos seus usuários.

2.3 Biblioteca Central Santa Mônica

Em 1988, estudos realizados pela UFU demonstraram que a atual estrutura da biblioteca localizada no *Campus Santa Mônica*⁵⁷ não atendia às necessidades dos usuários em função do considerável crescimento do acervo e do número de alunos. Em 1989, a UFU formalizou a solicitação de projetos arquitetônicos para duas novas bibliotecas, a BSUMU e a BCMON. Os projetos foram desenvolvidos pelos arquitetos Paulo Zimbres e Luís Antônio Almeida Reis; os projetos foram similares, porém, a BSUMU possui dimensões menores e foi construída com espaço físico de 3.988m², enquanto a BCMON possui 5.735m²; a infraestrutura de ambas está distribuída em 3 pavimentos. Este aspecto caracterizou as bibliotecas como bibliotecas gêmeas.

A atual instalação (2017) da BCMON foi inaugurada em 7 de novembro de 1991, uma arquitetura imponente (figura 5), que ainda se destaca em meio aos demais edifícios do *campus*, demonstrando que a gestão da UFU, na época, representada pelo reitor Sr. Antonino Martins da Silva Júnior, buscou a modernização da instituição valorizando e dedicando cuidado e reconhecimento à importância das bibliotecas.



Figura 7 – Biblioteca Central Santa Mônica.
Fonte: Arquivos do SISBI/UFU (2015).

⁵⁷ O *Campus Santa Mônica* possui cerca de 116.144m², sendo o maior em número de alunos: em 2015 foram 24.027 alunos matriculados.

Cf. http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario_2016_-_base_2015.pdf.

Como o próprio nome a caracteriza, trata-se da biblioteca central do SISBI/UFU. Nela se concentram as atividades da administração do SISBI/UFU, secretaria e serviços internos de gerenciamento de bibliotecas digitais, seleção, aquisição, catalogação, classificação e preparo físico, como aplicação de carimbo e fixação de etiquetas, de todo material informacional de todas as bibliotecas da UFU.

A BCMOM, como a maior e principal biblioteca do SISBI/UFU, disponibiliza todos os produtos e serviços oferecidos pelo Sistema, pois é utilizada, na maioria das vezes, como projeto piloto e testes para implantação de novas tecnologias e novos projetos.

Todo o processo de segurança patrimonial é realizado por meio de etiquetas eletromagnéticas fixadas no material informacional que, ao serem retirados sem a realização do empréstimo, acionam o alarme do portal de segurança eletromagnético.

Nas obras também são fixados dispositivos de radiofrequência (RFID)⁵⁸, que agilizam o empréstimo e devolução realizados nos equipamentos de autoempréstimo e autodevolução e presencialmente no balcão de atendimento, possibilitando a leitura de múltiplas obras por meio da estação de trabalho eletrônica, *Bookcheck*. Outra utilidade da tecnologia RFID é a leitura do acervo por meio do *Digital Libry Assitent* (DLA), que viabiliza a organização das obras nas estantes e o inventário patrimonial.

Os equipamentos de autoempréstimo, autodevolução e *scanners* planetários possibilitam aos usuários a autogestão de serviços como empréstimo, devolução e digitalização de material informacional, respeitando a Lei de Direitos Autorais⁵⁹. Destaca-se que o serviço de autodevolução funciona durante 24h, possibilitando a devolução de obras em períodos em que a biblioteca esteja fechada ao público.

A BCMON possui, como proposta de inclusão digital, possibilitar aos usuários o empréstimo de *netbooks*, *tablets* e *e-readers*⁶⁰ para o acesso à informação e o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A aquisição de livros eletrônicos, como mais uma alternativa de acesso à informação, também pode ser visto como uma ação sustentável: o livro e os periódicos impressos são os materiais informacionais mais abrangentes na BCMON e continuarão presentes ainda por muitos anos, comprometendo o meio ambiente se

⁵⁸ Radio Frequency Identification.

⁵⁹ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm.

⁶⁰ Leitores de livros eletrônicos.

não for concedida uma correta destinação ao resíduo gerado. O uso de dispositivos eletrônicos para leitura é utilizado por uma minoria de usuários. A necessidade de investimento no livro impresso também é incentivada pelas políticas públicas, cujo Instrumento de Avaliação de Cursos do MEC⁶¹ privilegia que os títulos citados nas bibliografias dos projetos pedagógicos sejam no formato impresso.

Um dos desafios apontado pela gestão 2013-2016 do SISBI/UFU é a implantação de novas tecnologias nas bibliotecas que ainda não as possuem e a ampliação do quantitativo de produtos e serviços tecnológicos já existentes.

A grandeza da BCMON está demonstrada em números apresentados na tabela 1, designada como MON, que informa os dados estatísticos do SISBI/UFU do ano de 2015. Entre os dados, destaca-se que, durante este ano, a biblioteca recebeu uma frequência de 588.464 (quinhentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e quatro) acessos, em 227 (duzentos e vinte e sete) dias úteis, resultando em uma média de 3.610 (três mil e seiscentos e dez) usuários por dia.

A dimensão e a representatividade das bibliotecas da UFU são resultado do planejamento e da gestão continuada, para isso “[...] é primordial que as bibliotecas conheçam as particularidades de seus usuários e busquem soluções para atender suas demandas pontuais, de modo estruturado, possibilitando-lhes maior autonomia” (FRANÇA, 2015, p. 181).

2.4 Sustentabilidade e as bibliotecas universitárias federais brasileiras

Bibliotecas são espaços para organização do conhecimento, guarda da cultura e preservação histórica dos povos e nações. São ambientes que recebem e prestam atendimento às demandas apresentadas *in loco* ou virtualmente, de forma democrática e imparcial. Diante de todo o contexto representativo no qual as bibliotecas estão envolvidas, pode-se dizer que elas são imprescindíveis para o desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades onde estão inseridas.

As bibliotecas, por característica, incentivam a sustentabilidade social, por meio do estabelecimento de práticas de inclusão social e digital, às pessoas com deficiências e aos menos favorecidos economicamente, oferecendo, de forma

⁶¹ Cf.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf.

gratuita, orientada e acessível, o acesso ao seu espaço físico, aos conteúdos informacionais, democratizando a acesso à informação a toda a sociedade sem quaisquer restrições.

A responsabilidade social também está voltada para a dimensão ambiental. No dia 28 de outubro de 2010, a *International Organization for Standardization*⁶² (ISO) publicou a norma internacional ISO 26000 - *Guidance on social responsibility* – e, em 1º de novembro do mesmo ano, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), único representante da ISO no território brasileiro, publicou a versão em português NBR ISO 26000 - Diretrizes sobre responsabilidade social (ABNT, 2010). A NBR ISO 26000 define a responsabilidade social como a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente⁶³, por meio de um comportamento ético e transparente, e esta organização deve contribuir também para o DS. A abrangência ambiental da responsabilidade social exige que as bibliotecas, como organizações, cumpram seu papel de promotor do desenvolvimento social e ambiental.

Para aquisição e produção do conhecimento, é salutar que o ambiente, dentro de seus vários aspectos, esteja adequado e seja convidativo, harmônico, seguro e confortável. Para a constituição desses ambientes, é fundamental que os gestores e toda a equipe das bibliotecas conheçam a comunidade, os usuários e estejam atentos aos avanços tecnológicos, às novidades na área da biblioteconomia e às demandas, bem como estejam atualizados de acordo com os acontecimentos que envolvem a população no seu cotidiano. A sustentabilidade é um dos temas de grande abordagem na sociedade contemporânea. Dessa forma, a mesma precisa ser tratado com a seriedade e relevância que merece, considerando que um ambiente sustentável promove o bem-estar social, aumenta a qualidade de vida e contribui para a preservação do meio ambiente e da espécie humana.

A *Red de Bibliotecas Universitarias (Espanha)* (REBIUN)⁶⁴ (2012) destaca a importância da participação das bibliotecas para a promoção da responsabilidade social e a sustentabilidade universitária, destacando duas situações: em primeiro lugar, devem estabelecer parceria e conexão para áreas como a gestão de recursos

⁶² Entidade de padronização e normalização, criada em Genebra, na Suíça, em 23 de fevereiro de 1947.

⁶³ “Circunvizinhança em cuja área uma organização opera, abrangendo o ar, a água, o solo, recursos naturais, a flora, a fauna, seres humanos e suas inter-relações” (ABNT, 2015b, p. 2).

⁶⁴ Cf. <http://www.rebiun.org/Paginas/Inicio.aspx>.

humanos, gestão ambiental, programas sociais, entre outras e, em segundo lugar, incorporar profissionais bibliotecários em seus aspectos específicos, como serviços de biblioteca, gestão de coleções, acesso aberto, entre outros, além de estratégias e iniciativas relativas à responsabilidade e sustentabilidade para o desenvolvimento das universidades. A REBIUN reafirma a importância do papel que pensadores e gestores das bibliotecas, e neste contexto deve figurar o profissional bibliotecário, o mesmo deve assumir a responsabilidade e o compromisso de potencializar e modernizar as bibliotecas.

Durante o processo de pesquisa nas páginas eletrônicas das sessenta e três bibliotecas universitárias federais brasileiras, identificadas na página eletrônica do MEC⁶⁵, nos dias 27 a 30 de abril de 2016, consultaram-se a missão, a visão e demais conteúdos das páginas, e não foram localizadas, em nenhuma, ações sustentáveis concretas, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Universidades Federais Brasileiras – Bibliotecas – Abordagem ambiental.

UNIVERSIDADE		Aborda a questões ambientais?		
		SIM	NÃO	Sem dados
1	Universidade de Brasília		X	
2	Universidade Federal de Goiás		X	
3	Universidade Federal de Mato Grosso		X	
4	Universidade Federal da Grande Dourados		X	
5	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul		X	
6	Universidade Federal do Acre		X	
7	Universidade Federal do Amapá		X	
8	Universidade Federal do Amazonas	X		
9	Universidade Federal do Pará		X	
10	Universidade Federal Rural da Amazônia		X	
11	Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará			X
12	Universidade Federal do Oeste do Pará	X		
13	Fundação Universidade Federal de Rondônia		X	
14	Universidade Federal de Roraima		X	
15	Universidade Federal do Tocantins		X	
16	Universidade Federal de Alagoas		X	
17	Universidade Federal do Oeste da Bahia		X	
18	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia		X	
19	Universidade Federal do Sul da Bahia			X
20	Universidade Federal da Bahia		X	

⁶⁵ Cf. <http://emec.mec.gov.br>.

21	Universidade Federal do Ceará		X	
22	Universidade Federal do Cariri		X	
23	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira		X	
24	Universidade Federal do Maranhão		X	
25	Universidade Federal da Paraíba		X	
26	Universidade Federal de Campina Grande			X
27	Universidade Federal do Vale do São Francisco		X	
28	Universidade Federal de Pernambuco		X	
29	Universidade Federal Rural de Pernambuco		X	
30	Universidade Federal do Piauí		X	
31	Universidade Federal Rural do Semiárido			X
32	Universidade Federal do Rio Grande do Norte		X	
33	Universidade Federal do Sergipe		X	
34	Universidade Federal do Espírito Santo		X	
35	Universidade Federal de Alfenas		X	
36	Universidade Federal de Minas Gerais		X	
37	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		X	
38	Universidade Federal de Itajubá		X	
39	Universidade Federal de Juiz de Fora		X	
40	Universidade Federal de Lavras		X	
41	Universidade Federal de Ouro Preto		X	
42	Universidade Federal de São João Del Rey		X	
43	Universidade Federal do Triângulo Mineiro		X	
44	Universidade Federal de Uberlândia	X		
45	Universidade Federal de Viçosa		X	
46	Universidade Federal Fluminense		X	
47	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro		X	
48	Universidade Federal do Rio de Janeiro		X	
49	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro		X	
50	Universidade Federal de São Carlos		X	
51	Universidade Federal do ABC		X	
52	Universidade Federal de São Paulo		X	
53	Universidade Federal do Paraná		X	
54	Universidade Tecnológica Federal do Paraná		X	
55	Universidade Federal da Integração Latino-Americana		X	
56	Universidade Federal de Bagé		X	
57	Universidade Federal de Pelotas		X	
58	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre			X
59	Universidade Federal do Rio Grande do Sul		X	
60	Universidade Federal do Rio Grande		X	
61	Universidade Federal de Santa Maria		X	
62	Universidade Federal da Fronteira Sul		X	
63	Universidade Federal de Santa Catarina		X	

Fonte: A Autora (2016).

Podem-se observar algumas iniciativas, porém, em apenas 4,8% das bibliotecas pesquisadas, resultado aquém da expectativa considerando a relevância do tema. O Sistema de Bibliotecas⁶⁶ (SISTEBIB) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) apresenta, na sua missão: “Cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. SISTEMA DE BIBLIOTECAS, [2016?]), a intenção de contribuir com o desenvolvimento da Amazônia, considerada por alguns como o “pulmão do mundo” pela produção de oxigênio e por servir de equilíbrio ambiental em função da abundante cadeia ecológica, do ecossistema e dos recursos naturais, principalmente hídrico.

Outra menção de promoção do desenvolvimento da Amazônia foi enunciada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Oeste do Pará (SIBI/UFOPA), também na sua missão: “Atender a comunidade acadêmica com qualidade, prestando serviço eficiente e eficaz de acesso à informação, visando à produção e a disseminação do conhecimento técnico-científico e cultural para o desenvolvimento da Amazônia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, 2011).

Por fim, o SISBI/UFU apresentou, em sua visão⁶⁷: “Ser referência regional, nacional e internacional de universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os *campi*, comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável” (UFU, 2016b), a intencionalidade de promover o desenvolvimento sustentável. Essa visão foi construída pela equipe do SISBI/UFU durante o desenvolvimento do Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE) 2016-2020⁶⁸ da UFU. No PIDE devem constar as diretrizes, as metas, os programas e os planos de ação projetados em todas as áreas de atuação da universidade.

Disponibilizou-se a planilha completa, Apêndice A, com todas as informações apuradas, por região brasileira, sendo que a região Sudeste foi dividida em Sudeste I (Espírito Santo e Minas Gerais) e Sudeste II (Rio de Janeiro e São Paulo). Além da

⁶⁶ Cf. <http://biblioteca.ufam.edu.br>.

⁶⁷ Cf. <http://www.bibliotecas.ufu.br/institucional>.

⁶⁸ Cf. <http://www.proplad.ufu.br/pide>.

divisão por região, a planilha apresenta o estado, o local e a sigla da universidade/instituição. Durante a pesquisa, foi analisado se o sistema de bibliotecas/biblioteca exibe, em sua página eletrônica, a missão, a visão e, caso identificadas, outras ações ou iniciativas sustentáveis, bem como a identificação se foi localizada alguma questão ambiental ou não, a respectiva fonte, *Uniform Resource Locator* (URL)⁶⁹ e a data (dd/mm/ano) da pesquisa.

A ausência de iniciativas sustentáveis nas bibliotecas pesquisadas desperta a atenção para a relevância desta pesquisa no propósito de ser um motivador para que as bibliotecas e unidades de informação do país incluam, em suas políticas de atuação, procedimentos em benefício da preservação ambiental. Weber (2012) acrescenta que as bibliotecas precisam concretizar, em ações práticas, que o ambiente esteja desenvolvido pelo homem e para o homem, favorecendo a responsabilidade individual e coletiva.

Mediante a dificuldade de percepção de uma biblioteca universitária federal brasileira que fosse referência, o campo de busca foi ampliado para outros tipos de bibliotecas, porém, sempre com foco central em uma biblioteca sustentável. Durante a investigação, em abril de 2016, constatou-se que a primeira e única biblioteca brasileira a alcançar certificação ambiental era a Biblioteca Parque Estadual⁷⁰ (BPE), do governo do Rio de Janeiro. A certificação foi concedida pelo LEED (Estados Unidos), que se trata de um sistema internacional de certificação na área de construção sustentável.

Outros sistemas que são referências neste tipo de certificação são o *Building Research Establishment Environmental Assessment Method* (BREEAM)⁷¹, lançado em 1990, na Inglaterra, o *Haute Qualité Environnementale* (HQE)⁷², também apresentado no início dos anos 90, na França, e o *Green Star*⁷³, criado, em 2003, pelo *Green Building Council* da Austrália.

De acordo com Brasil (2009b), devem ser observados os 9 princípios que orientam as diretrizes de uma construção ambientalmente equilibrada.

a) planejamento sustentável da obra;

⁶⁹ “Sistema de endereço e localização utilizado pela Rede para identificar o computador ou servidor que armazena as informações, especificando as localizações do diretório e do nome do arquivo” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 371).

⁷⁰ Cf. <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br>.

⁷¹ Cf. <http://www.breem.com>.

⁷² Cf. <http://www.behqe.com>.

⁷³ Cf. <http://new.gbca.org.au>

- b) aproveitamento passivo dos recursos naturais;
- c) eficiência energética;
- d) gestão e economia de água;
- e) gestão dos resíduos na edificação;
- f) qualidade do ar e do ambiente interior;
- g) conforto termo-acústico;
- h) uso racional de materiais;
- i) uso de produtos e tecnologias ambientalmente amigáveis.

Esses princípios deveriam ser exigências em quaisquer construções. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua diretamente para que, em possíveis construções de novas bibliotecas da UFU, elas sejam ambientalmente corretas.

2.5 Biblioteca Central Santa Mônica e suas ações sustentáveis

Atualmente (2017), a BCMOM, na condição da principal biblioteca do sistema por ser a maior em dimensão, em acervo e em dados estatísticos de acesso e utilização de seus produtos e serviços, bem como por centralizar a administração do SISBI/UFU, adota todas as ações sustentáveis, analisadas na perspectiva do tripé sustentabilidade social, econômica e ambiental.

2.5.1 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade social

A BCMON oferece produtos e serviços de inclusão social, como acesso pela comunidade externa aos recursos informacionais e ambientes de estudo. Ao observar a mudança do perfil dos estudantes da universidade ocorrida nos últimos anos em função da democratização do acesso universitário por meio de cotas e processos seletivos pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), ocorreu a percepção da necessidade de atender ao público que não tem condições de possuir equipamentos próprios e até mesmo pagar pelo acesso à internet para efetuar suas pesquisas, a BCMON disponibilizou o empréstimo domiciliar de dispositivos móveis, tais como *netbooks*, *tablets* e *e-readers*, acesso às ilhas de pesquisa, internet sem fio, pontos de rede e de energia para os usuários efetuarem suas pesquisas, consulta em multimídias e *scanner* planetário, equipamento de autogestão para digitalização de documentos em alta resolução sem custos, pois o

material digitalizado pode ser enviado por *e-mail* ou salvo em dispositivos USB, oferecidos inclusive aos usuários que não fazem parte da comunidade acadêmica.

A BCMON também promove a inclusão com a disponibilização de alguns recursos de acesso à informação para as pessoas com deficiência como:

- a) *Dosvox* - sintetizador de voz: realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em vários idiomas;
- b) *DSpeech* - conversor de texto para áudio: lê em voz alta o texto escrito, com possibilidade de diálogos entre as diferentes vozes, bem como a configuração de velocidade, volume e frequência, entre outros;
- c) Lupa eletrônica: amplia textos e diminui as distorções, permitindo a visualização das palavras em linha. É indicada para pessoas com deficiências visuais graves e acuidade baixa;
- d) *Monitvox* - sintetizador de voz: utilitário do DOSVOX destinado a auxiliar pessoas com deficiência visual no acesso às janelas do sistema Windows. É capaz de exibir na forma de voz as informações que são apresentadas na tela com diversas possibilidades;
- e) *NonVisual Desktop Access (NVDA)*: programa leitor de tela livre, funcionando com o Microsoft Windows, faz a leitura do texto na tela em uma voz computadorizada. Fornece acesso a redes sociais, permite fazer compras *on-line*, serviços bancários e notícias, possibilitando, também, a conversão de textos em *braille*, com uso do dispositivo "display braille"; e
- f) *Winamp*: reprodutor de mídia para PCs baseados em Windows e aparelhos com Android, para leitura de arquivos/ficheiros em vários formatos de áudio e vídeo, permitindo, também, a criação de listas de músicas e acesso a informações sobre a música que está sendo ouvida ou diversos outros recursos *online*.

As ferramentas e equipamentos de inclusão social merecem atenção e devem estar em constante ampliação e atualização, democratizando, assim, o acesso à informação.

2.5.2 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade econômica

Na vertente da sustentabilidade econômica, analisou-se o atendimento à comunidade como retorno ao investimento financeiro aplicado à BCMON. França,

Souza e Portela (2017) apresentam uma tabela com a valoração dos serviços informacionais oferecidos pela BCMON, referente ao ano base 2015 (figura 8). Os valores ultrapassaram R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). As autoras ressaltaram que

os resultados apontam o quão valioso são os serviços oferecidos pela Biblioteca Central Santa Mônica. [...] constata-se que na maioria das vezes os valores dos serviços superam o valor investido na aquisição de produtos que se transformam em serviços. Como exemplo destaca-se que basta apenas uma modalidade de empréstimo para superar em mais de 10 vezes o orçamento destinado à aquisição de material informacional para todo o SISBI/UFU (FRANÇA; SOUZA; PORTELA, 2017, p. 278).

Serviço		Quantidade	Valor Referência	Valor do Serviço
Empréstimo	Livros	60.685	R\$ 176,15	R\$ 10.689.662,75
	DVD	796	R\$ 90,33	R\$ 71.902,68
	CD	31	R\$ 99,87	R\$ 3.095,97
	Partituras	339	R\$ 65,82	R\$ 22.312,98
	Empréstimo Interbibliotecas UFU (EIB)	627	R\$ 176,15	R\$ 110.446,05
	Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB)	39	R\$ 176,15	R\$ 6.869,85
	Dispositivos móveis	1.439	R\$ 762,94	R\$ 1.097.870,66
Consulta	Livros	69.075	R\$ 176,15	R\$ 12.167.561,25
	Revistas	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Jornais	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reprografia		73.205	R\$ 0,10	R\$ 7.320,50
Comutação bibliográfica		33	R\$ 6,60	R\$ 217,80
Acesso	Audio books	47	R\$ 2,18	R\$ 102,46
	Música	7.629	R\$ 3,49	R\$ 26.625,21
Download	E-books	12.949	R\$ 101,81	R\$ 1.318.337,69
	Documentos - Bases de Dados assinadas	27.582	R\$ 6,60	R\$ 182.041,20
	Artigos - Portal de Periódicos Capes/MEC	384.983	R\$ 6,60	R\$ 2.540.887,80
	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	0	R\$ 39,60	R\$ 0,00
Uso de salas de estudo em grupo, multimídia e de videoconferência		12.542	R\$ 35,00	R\$ 438.970,00
Capacitação	Visita orientada	1.255	R\$ 11,25	R\$ 14.118,75
	Bases de dados	1.709	R\$ 10,00	R\$ 17.090,00
	Normalização	260	R\$ 8,33	R\$ 2.165,80
Formação	Bibliotecários e assistentes	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Participação em eventos, reuniões	13	R\$ 1.303,57	R\$ 16.946,41
Uso de computadores para pesquisa acadêmica		50.204	R\$ 3,00	R\$ 150.612,00
Serviços de Referência		54.877	R\$ 22,92	R\$ 1.257.780,84
Catálogo na publicação		636	R\$ 132,00	R\$ 83.952,00
Informações por meio da página eletrônica		163	R\$ 22,92	R\$ 3.735,96
TOTAL				R\$ 30.230.626,61

Figura 8 - Valoração dos Serviços Informacionais a BCMON SISBI/UFU
Fonte: FRANÇA, SOUZA e PORTELA (2017, p. 277).

2.5.3 Biblioteca Central Santa Mônica e a sustentabilidade ambiental

Desde 2011, algumas ações de sustentabilidade ambiental objetivaram possibilitar a conscientização em relação à educação ambiental, o consumo sustentável entre os servidores e usuários, a humanização nas atividades de trabalho e a oferta de produtos e serviços com qualidade e eficiência. O quadro 2 apresenta, de forma sucinta, as ações adotadas, o ano de criação e seus objetivos diretos.

Quadro 2 – Biblioteca Central Santa Mônica - Ações sustentáveis e seus objetivos

AÇÃO	ANO	OBJETIVOS
Implantação do SIGAMI ⁷⁴ .	2011	Redução do consumo de papel em formato A4 e de tinta para impressão.
Publicação da resolução nº 05/2011 ⁷⁵ do CONDIR que disciplina as condições e as rotinas de recebimento e de desfazimento de material informacional no âmbito das Bibliotecas da UFU.	2011	Recebimento: evita o recebimento de material indesejado, minimizando o acúmulo de resíduos. Desfazimento: contribui, economicamente, com outras instituições por meio da disponibilização de doações e também evita o acúmulo de resíduos.
Recolhimento de lâmpadas fluorescentes.	2012	Descarte correto de lâmpadas inservíveis.
Distribuição de canecas.	2013	Redução do consumo e da despesa com aquisição de copos descartáveis.
Envio de recibos de empréstimo por e-mail.	2013	Redução do consumo de papel e do gasto na aquisição de bobinas.
Disponibilização de <i>scanners</i> para reprografia e envio das imagens por <i>e-mail</i> ou em <i>USB</i> ⁷⁶ .	2013	Redução do consumo de papel, economia financeira para o usuário e preservação do material informacional.
Disponibilização de papel para rascunho.	2013	Destinação correta para o resíduo, preservação do mobiliário, diminuição do consumo de material e do tempo gasto na limpeza.
Campanha “Asas do Silêncio”.	2013	Diminuição de ruído.
Coletores de pilhas e baterias.	2014	Descarte correto de pilhas e baterias.

Fonte: A autora (2016).

Em função da ausência de registros de informações, não foi possível apresentar dados estatísticos específicos da BCMON que ilustram o impacto na diminuição dos gastos com material de consumo, o quantitativo de resíduos que não

⁷⁴ Sistema de Gerenciamento e Aquisição de Material Informacional. Cf. <http://www.sigami.ufu.br>.

⁷⁵ Cf. http://www.bibliotecas.ufu.br/sites/bibliotecas.ufu.br/files/media/documento/resolucao_n05_2011_rotinas_recebimento_desfazimento_de_matinformacional.pdf.

⁷⁶ *Universal Serial Bus*. Sistema de conexão universal (Tradução nossa). USB. In: CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. p. 373.

foram descartados de maneira incorreta, entre outros, porém, a seguir, se contextualizou todo o processo referente às ações, possibilitando evidenciar a percepção desses impactos.

O SIGAMI foi desenvolvido pelo Sistema de Bibliotecas em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação da UFU (CTI/UFU). As atividades de aquisição de material informacional são desenvolvidas pelo Setor de Seleção e Aquisição (SESEL), localizado na BCMON, e o setor conta, atualmente (2017), com 9 servidores. O sistema foi desenvolvido para modernizar as atividades de aquisição que, entre 1996 a 2010, foram gerenciadas pelos 4 sistemas. Para iniciar o processo, porém, era necessário que os solicitantes, constituídos por docentes e por servidores autorizados, se dirigissem à biblioteca para efetuar o cadastro no sistema de Solicitação *Online*:

- a) Solicitação *Online*: sistema onde era efetuado o registro das solicitações. As chefias do SESEL e do Setor de Periódicos acessavam os pedidos, imprimia-os e os distribuía aos servidores que analisavam manualmente cada pedido. Esse formato não permitia o acompanhamento do fluxo pelos solicitantes que, para inteirar-se da situação, precisavam requisitar relatórios ao SESEL;
- b) Base Aquisição: após a análise das solicitações, as mesmas eram digitadas, uma a uma, na Base Aquisição;
- c) Pericon⁷⁷: sistema onde eram digitadas as solicitações de aquisição de periódicos, após a conclusão da análise; e
- d) Baixa e Transferência: sistema utilizado para gerenciar a baixa e a transferência de todo material informacional das bibliotecas da UFU.

Os 4 sistemas não eram integrados e, por estarem obsoletos, não atendiam às atuais demandas, considerando a necessidade de agilizar e dar transparência aos processos, melhorar a comunicação com os solicitantes e, principalmente, devido ao aumento expressivo da quantidade de aquisições. Este fator tornava o processo trabalhoso, oneroso, inacessível e ambientalmente inadequado, considerando, especialmente, a imensa quantidade de papel e tinta utilizada para imprimir todas as solicitações.

A aquisição de material informacional pode ocorrer por meio de 3 maneiras: compra, doações ou permuta. No SESEL, também ocorre o processo de recebimento

⁷⁷ Sistema que gerenciava a aquisição e o controle das coleções de periódicos das bibliotecas da UFU.

de doações de material que chegavam de maneira desordenada e, na grande maioria das vezes, inadequada ao acervo, gerando um enorme acúmulo de resíduos. Diante da problemática, a direção do SISBI/UFU, em parceria com a Comissão Permanente de Análise Documental (COPAD), aprovou a Resolução nº 05/2011 do Conselho Diretor (CONDIR), que disciplinou as condições e as rotinas de recebimento e desfazimento de material informacional no âmbito das bibliotecas da UFU. Esta resolução é considerada uma importante ação de sustentabilidade, pois evita o recebimento de material informacional indesejado, o acúmulo de resíduos, bem como, por meio do desfazimento, possibilita a outras instituições, devidamente credenciadas, o recebimento de obras, provocando a redução de gastos com aquisição.

Em 2012, por meio da parceria com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental (DIRSU), iniciou-se o recolhimento das lâmpadas inservíveis, que eram recolhidas e descartadas de maneira adequada e ambientalmente correta. Até 2012, na UFU, não havia logística reversa das lâmpadas fluorescentes. Os números foram significativos e, em 2016, foram recolhidas aproximadamente 80 mil lâmpadas em toda a universidade. O impacto ambiental dessas lâmpadas se dá em função do mercúrio alojado nelas. De acordo com Bacila, Fischer e Kolicheski (2014, p. 32),

A reciclagem das lâmpadas que apresentam mercúrio é o processo mais eficaz para a minimização dos impactos ambientais, pois estas são 99% recicláveis após o uso. Para que essa reciclagem possa acontecer em grande escala e para que sejam seguidas as legislações federais publicadas em 2010 no Brasil, deve-se utilizar do sistema de logística reversa, visando recapturar o valor dos materiais e oferecer um destino ecologicamente correto.

Em 2013, pode-se considerar que foi o ano com a maior incidência de ações sustentáveis, 5 no total, sendo essas:

- a) distribuição de canecas: a primeira entrega dos utensílios, em material acrílico, aos servidores ocorreu na oportunidade da festa de confraternização do SISBI/UFU, em dezembro de 2013; posteriormente, foi enviado um *e-mail* solicitando que utilizassem a caneca durante o horário de trabalho, com o objetivo da redução do consumo de copos descartáveis. Os copos descartáveis são produzidos a partir de matéria-prima não sustentável, o polipropileno, e, também, o poliestireno, subprodutos do

petróleo, que podem levar de 200 a 450 anos para se decompor na natureza⁷⁸;

- a) envio dos recibos dos empréstimos efetuados pelos usuários por *e-mail*: foi possibilitado por meio da implantação do equipamento de autoempréstimo de material informacional. Destaca-se a importância da participação das TICs como meio na promoção da sustentabilidade. Neste caso, pode proporcionar maior comodidade aos usuários, redução do consumo de papel e do gasto na aquisição de bobinas;
- b) disponibilização de *scanners* planetários: ocorreu no final do ano de 2013 e possibilitou aos usuários a digitalização de partes de obras de acordo com a lei de direitos autorais, com opções de envio por *e-mail* ou gravação em dispositivo USB. O projeto surgiu, inicialmente, com o objetivo de sanar os diversos problemas oriundos do serviço de reprografia que eram oferecidos no recinto da BCMON por uma empresa terceirizada. Os problemas envolviam a falta de qualidade e o alto valor cobrado do serviço, bem como a indisponibilidade de atendimento em alguns horários. A iniciativa, porém, proporcionou economia financeira ao usuário, liberação de espaço físico e, principalmente, a diminuição do impacto ambiental por meio da redução de cópias em papel;
- c) disponibilização de papel para rascunho para os usuários da BCMON: é um produto do projeto de *Preservação de obras e mobiliários das bibliotecas UFU: subprojeto disponibilização de rascunho*⁷⁹, que também foi implantado na biblioteca em 2013. A iniciativa promoveu melhor utilização dos mobiliários pelos usuários, a redução do gasto com produtos e do tempo despendido na limpeza, economia no gasto com papel pelos usuários e pela instituição, pois o papel utilizado pelas unidades administrativas da UFU é aproveitado como rascunho, provocando também a diminuição da geração de resíduos e a destinação correta do papel reutilizado às cooperativas de reciclagem contratadas, atualmente (2017), a Associações de Catadores e Recicladores de Uberlândia e Cooperativa dos Recicladores de Uberlândia;
- d) campanha “Asas do Silêncio”: um projeto que, a princípio, foi desenvolvido com o objetivo de minimizar o ruído gerado pelos usuários no recinto da

⁷⁸ Cf. http://www.deltasaneamento.com.br/noticia/8/tabela-de-decomposicao-de-residuos-na-natureza#.WLibX_nyvIU.

⁷⁹ Projeto desenvolvido no SISBI/UFU: PORTELA, P. O.; RODRIGUES, A. P. O. (Coord.) **Preservação de obras e mobiliários das bibliotecas UFU: subprojeto disponibilização de rascunho**. Uberlândia, 2013.

biblioteca. O problema foi diagnosticado por meio da percepção dos servidores e das reclamações registradas pelos usuários, por meio da ouvidoria da universidade, da autoavaliação institucional promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e *e-mails*, que destacaram o barulho excessivo nas bibliotecas.

Por fim, em 2014, foi instalado na BCMON um coletor de pilhas e baterias colaborando com o descarte de maneira adequada, amenizando a poluição e contaminação do meio ambiente.

A Secretaria de Saúde e Segurança no Trabalho (BRASIL, 1994) classifica os ruídos como um dos riscos ambientais. A ABNT (1987) estipula o nível de ruído para bibliotecas na faixa de 35 a 45 dB.

As iniciativas citadas estão bastante aquém das possibilidades e das necessidades de tornar a BCMON um ambiente de convívio sustentável, com o oferecimento de produtos e serviços que evitem o impacto ambiental no presente e no futuro. Embora conscientes do seu compromisso social, cultural, econômico e ambiental, nem todas as bibliotecas estão preparadas para assumir tal responsabilidade. O conhecimento das melhores práticas e ações em prol da sustentabilidade é relevante instrumento de apoio para os servidores.

2.6 Biblioteca Parque Estadual-RJ

Em função da dificuldade de seleção de uma biblioteca universitária federal brasileira devido à ausência de iniciativas sustentáveis concretas, a Biblioteca Parque Estadual do Estado do Rio de Janeiro foi selecionada como biblioteca referência para esta pesquisa, por possuir a certificação LEED(ver anexo C) e por ser uma biblioteca acessível e envolvida em ações sociais e culturais, contemplando, em uma de suas missões, a educação ambiental e contribuindo para a formação de uma população consciente, preocupada com o ambiente⁸⁰, iniciativa ainda pouco comum na realidade das bibliotecas brasileiras.

A BPE é quarta biblioteca integrante do Programa de Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro⁸¹, criado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, em 2010. Em 28 de março de 2014, por meio do

⁸⁰ Cf. <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/sample-page-2/sustentabilidade>.

⁸¹ Cf. <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br>.

Decreto nº 44.694, foi criada a Rede de Bibliotecas Parque, constituída por mais três bibliotecas:

- a) Biblioteca Parque de Manguinhos (BPM): foi a primeira Biblioteca Parque construída no país, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, inaugurada em abril de 2010, em edifício de 2.300m². A BPM foi um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸² e equipada com os recursos do Programa Mais Cultura, em entrevista ao *Blog Acesso*. No *blog* da democratização cultural, a então Coordenadora do Programa Mais Cultura, Silvana Meirelles, relata como se deu a seleção do local para construção da BPM:

A escolha do Programa Mais Cultura é federativa, o que significa que o acordo acontece entre agentes federais e estaduais. Dessa forma, só aderem ao programa os Estados que realmente têm interesse. Já a territorialização é definida a partir de critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) e taxas de violência. O governo do Rio de Janeiro escolheu Manguinhos por constatar que o bairro respondia aos critérios estabelecidos pelo Mais Cultura. Além disso, a região congrega outras ações do governo federal, relacionadas à habitação, esporte, e atendimento à mulher. Manguinhos faz parte do PAC 1 – Programa de Aceleração de Crescimento, o que facilitou a resolução de questões técnicas e burocráticas como a própria legalização do terreno que sediará a biblioteca (MEIRELLES, 2010).

- b) Biblioteca Pública de Niterói (BPN): a segunda biblioteca da Rede está localizada na Praça da República, em Niterói/RJ, sendo inaugurada em julho de 2011, com destaque para seu edifício de 1.812m². O edifício é considerado um marco arquitetônico da cidade;
- c) Biblioteca Parque da Rocinha (BPR): a terceira biblioteca da Rede foi criada na comunidade da Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, inaugurada em junho de 2012, em um edifício de 1.600m²;
- d) Biblioteca Parque Estadual (BPE): foi reinaugurada em março de 2014 para ser a quarta e a biblioteca matriz (coordenadora) da Rede, localizada no Centro do Rio de Janeiro; possui uma área de 15.000m².

A arquiteta María Camila Peña destaca a importância do investimento para construção de edifícios que valorizem e destaquem o papel das bibliotecas Parque:

⁸² Cf. <http://www.pac.gov.br>.

Os projetos de parques bibliotecas devem projetar uma imagem arquitetônica gerando identidade urbana e reconhecimento da comunidade, uma imagem de democracia, abertura e disposição de encontro urbano, e tornam-se relacionados com o cidadão para a interação social. Sócios e o encontro da comunidade devem tornar-se uma relação física, de serviços, visual, arquitetônico, urbanístico e paisagístico para a região, a comunidade e a cidade (Tradução nossa) (PEÑA, 2014, p. 143).

Segundo a entrevistada, esse modelo de biblioteca foi inspirado na *Bibliothèque Publique D'Information*⁸³, localizada no prédio *Pompidou*⁸⁴, em Paris, na França, e no modelo de sucesso do projeto de Parques Biblioteca de Bogotá e Medellín, na Colômbia, que foram constituídas a partir das demandas da sociedade. À época, foram realizadas visitas pelos representantes da Superintendência de Leitura e Conhecimento e da Secretaria de Cultura do Governo do Rio de Janeiro, administradas pela Sra. Adriana Rattes⁸⁵ e pela Sra. Vera Saboya⁸⁶, consideradas pela entrevistada como as idealizadoras do projeto. A realidade de Medellín e os seus desafios são muito próximos da situação vivida pelo Rio de Janeiro e suas comunidades.

Medellín já foi apontada como uma das cidades mais violentas do mundo. Daí surgiu a necessidade de acolher as pessoas que viviam em áreas mais fragilizadas, com alta vulnerabilidade social, oferecendo, por meio das bibliotecas, a oportunidade de acesso à leitura, à cultura, à educação, ao conhecimento e a espaços para convivência, sendo um espaço de construção da cidadania.

O projeto de implantação das Parques Biblioteca foi desenvolvido entre 2004 e 2007 e envolveu a criação de 5 bibliotecas, a saber:

- a) Parque Biblioteca José Luís Arroyave Restrepo (San Javier): localizada no centro ocidental de Medellín, foi inaugurada em dezembro de 2006 em um edifício de 5.632m²;
- b) Parque Biblioteca León de Greiff (La Ladera): construída no centro oriental de Medellín, com área de 3.784m², foi inaugurada em fevereiro de 2007;

⁸³ Cf. <http://www.bpi.fr/home.html>.

⁸⁴ Cf. <https://www.centrepompidou.fr>.

⁸⁵ Secretaria de Cultura do Governo do Rio de Janeiro, de 2007 a 2014.

⁸⁶ Superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria de Cultura do Governo do Rio de Janeiro, de 2009 a 2014. Cf. <http://www.verasaboya.com.br/vera-saboya-1>.

- c) Parque Biblioteca Tomás Carrasquilla (La Quintana): situada no norte ocidental de Medellín, foi inaugurada em março de 2007, com área de 3.703m²;
- d) Parque Biblioteca España (Santo Domingo Savio): localizada na região norte oriental de Medellín, em área de 3.727m², foi inaugurada em março de 2007;
- e) Parque Biblioteca Belen: na região sul ocidental de Medellín, foi inaugurada em dezembro de 2007, em edifício de 5.223m².

O projeto Parques Bibliotecas foi idealizado pela bibliotecária Silvia Castrillón⁸⁷, uma das maiores especialistas mundiais em políticas de acesso à leitura. A entrevistada informou que, após a construção das bibliotecas parque no Rio, a Sra. Silvia Castrillón passou a ser uma figura sempre presente, visitando o projeto com certa frequência.

Esta iniciativa é considerada um exemplo para todo o mundo. Deve-se ressaltar que não é papel das bibliotecas combater a violência, mas democratizar o acesso à informação e à cultura, melhorando as condições e a qualidade de vida da comunidade.

Essas ações em comunidades vulneráveis têm a finalidade de servir à comunidade e intensificar as seguintes atividades:

- incrementar processos de comunicação e colaboração entre os membros da comunidade;
- gerar o desenvolvimento de atividades econômicas associadas aos novos espaços comunitários;
- integrar mão de obra e materiais locais, tem promovido a participação líderes, vinculando-os a programas locais e de gestão (Tradução nossa) (GIRALDO, 2010, p. 54).

O Programa de Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro foi constituído com o objetivo de integrar educação, cultura e cidadania em comunidades consideradas de alta vulnerabilidade social. As bibliotecas oferecem acesso ao material informacional, cursos, apresentações teatrais, concertos, leitura, exposições, entre outros, em um espaço físico diferenciado e mobiliário adequado para melhor oferecer seus produtos e serviços.

⁸⁷ Cf. <http://pionerosbibliotecologia.blogspot.com.br/2009/01/silvia-castrilln-zapata.html>.

2.6.1 Breve histórico da Biblioteca Parque Estadual

A Biblioteca Parque do Rio de Janeiro (BPE) tem uma longa história que se iniciou há mais de um século. A Biblioteca, que já mudou de nome e de localização algumas vezes, iniciou sua trajetória em 15 de março de 1873, quando o presidente da Câmara Municipal, Tenente-Coronel Antônio Barroso Pereira, apresentou uma proposta de criação da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo inaugurada um ano e nove meses depois, no dia 2 de dezembro de 1874, por Dom Pedro II, no anexo do então Arquivo da Câmara Municipal, situado no Campo da Aclamação ou Campo de Santana⁸⁸, atualmente Praça da República.

A BPE também mudou de endereço algumas vezes. Em 1882, foi transferida para o Palácio da Prefeitura, também na Praça da República; posteriormente, foi, provisoriamente, para a Escola Municipal Orsina da Fonseca⁸⁹, sendo novamente transferida para a mesma rua, a antiga General Câmara, e ganhou instalações próprias.

Finalmente, em 1943, a BPE se transferiu para a recém-inaugurada Avenida Presidente Vargas, nº 1261, onde permanece até os dias atuais (2017). Após a Proclamação da República e com a nomeação do Rio de Janeiro como Distrito Federal, em 1891, a BPE foi denominada como Biblioteca Municipal do Distrito Federal, no entanto, em 1960, com a mudança do Distrito Federal para Brasília, ocorreu mais uma mudança de nome para Biblioteca Estadual da Guanabara e, em 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, o nome se modificou para Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro.

A BPE recebeu nova denominação, cinco anos depois, em 1980, passando a chamar-se Biblioteca Estadual Celso Kelly.

Em 20 de janeiro de 1984, aconteceu uma tragédia: um incêndio destruiu parte do prédio e do acervo da biblioteca, porém, esse fato não provocou uma nova mudança, e a biblioteca continuou no mesmo lugar e seguindo os objetivos de seu idealizador, Darcy Ribeiro⁹⁰. Um novo edifício de 10.000m² foi inaugurado em 12 de março de 1987, coincidentemente, no dia 12 de março é comemorado o dia do

⁸⁸ Cf. <http://www.oriodejaneiro.com/campo-de-santana>.

⁸⁹ Cf. <http://emofonseca.blogspot.com.br>.

⁹⁰ Antropólogo, sociólogo, educador, escritor e político, sendo vice-governador do Rio de Janeiro de 1983 a 1987. Cf. https://www.ebiografia.com/darcy_ribeiro.

Bibliotecário⁹¹. A inauguração do novo espaço provocou outra mudança de nome para Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, denominação que permaneceu por três anos, pois, em 1990, voltou a se chamar Biblioteca Estadual Celso Kelly. No entanto, a biblioteca passou a ser conhecida por esses dois nomes.

Em 2008, a biblioteca fechou as portas para uma reforma. Foi submetida a um projeto de modernização, qualificação e informatização das bibliotecas públicas do estado, desenvolvido pelo arquiteto Glauco Campello⁹². O desenvolvimento do projeto de interiores foi responsabilidade da arquiteta Bel Lobo⁹³, o paisagismo dos jardins foi atribuído ao arquiteto paisagista Haruyoshi Ono⁹⁴ e a consultoria em sustentabilidade pela Casa do Futuro⁹⁵; o início da construção ocorreu em 2010.

Ao edifício reformado foram mantidas a estrutura de concreto e a claraboia; as principais mudanças foram a implementação de um pórtico envidraçado junto a fachada principal e a substituição da antiga rampa por uma escada e elevador panorâmico. Junto ao antigo edifício, foi anexado um novo prédio para abrigar funções complementares como o setor infantil e as instalações de teatro, gerando um conjunto arquitetônico de 15.000m².

A reforma aconteceu de 2010 a 2014, ano em que foi reinaugurada, no dia 29 de março, como Biblioteca Parque Estadual. Durante a reforma, foi localizado um sítio arqueológico no terreno que pertencia à Igreja de São Gonçalo e Garcia e São Jorge, vizinhas à biblioteca.

A biblioteca trouxe uma nova concepção direcionada para a inclusão social, ao acesso à informação e cultura e ao atendimento às demandas da comunidade.

No dia 24 de novembro de 2015⁹⁶, a BPE suspendeu suas atividades temporariamente em função da falta de repasses de verba do governo ao Instituto de Desenvolvimento e Gestão⁹⁷ (IDG), órgão que administra as Bibliotecas e a Secretaria de Estado de Cultura. Esse acontecimento ligou o sinal de alerta, e algumas áreas ligadas à biblioteconomia, à cultura e às artes começaram a se mobilizar criando o

⁹¹ Cf. <https://www.calendarr.com/brasil/dia-do-bibliotecario>.

⁹² Cf. <http://www.glaucocampello.com.br>.

⁹³ Cf. <http://bebo.net.br>.

⁹⁴ Cf. <http://burlemarx.com.br/perfil/haruyoshi-ono>.

⁹⁵ Cf. <http://www.casadofuturo.com>.

⁹⁶ Cf. <http://oglobo.globo.com/rio/duas-bibliotecas-parque-fecham-as-portas-por-falta-de-repasses-do-estado-18130880>.

⁹⁷ Cf. <http://www.idg.org.br>.

Movimento Abre Biblioteca Rio⁹⁸ pelo não fechamento das bibliotecas Parque do Rio de Janeiro.

A continuidade do projeto foi possível em função de um acordo entre o governo do estado, governador Luiz Fernando Pezão, com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Prefeito Eduardo Paes. A Prefeitura assumiu um aporte financeiro para manter as Bibliotecas Parque Estadual (Centro), Manguinhos e Rocinha. O convênio teve a participação, também, da Prefeitura de Niterói, por meio do prefeito Rodrigo Neves, que repassou recursos complementares para a Biblioteca Parque de Niterói. Os convênios previram o reforço financeiro por um período de treze meses, que se encerraria em dezembro de 2016⁹⁹.

Em dezembro de 2016, os funcionários da BPE e das demais bibliotecas parque começaram a trabalhar sob aviso prévio, pois não havia previsão de continuidade do convênio que as prefeituras do Rio e de Niterói firmaram com o governo do estado.

Com a iminência de mais um fechamento da biblioteca, no dia 6 de dezembro de 2016 ocorreu uma manifestação¹⁰⁰ social, organizada pelos frequentadores da biblioteca, que pedia a continuação das atividades.

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) também liderou um manifesto, Anexo D, assinado por outras entidades de classe, contra o fechamento das bibliotecas parque e demais bibliotecas públicas do estado do Rio de Janeiro. O documento destaca a importância social das bibliotecas.

As manifestações não surtiram o efeito esperado e, mediante o agravamento da crise financeira do estado do Rio, os governantes decidiram pelo fechamento das bibliotecas (BPE, BPM e BPR) no dia 30 de dezembro de 2016. O governo não renovou o contrato com o IDG, que esteve à frente da gestão das três unidades durante três anos, de 2013 a 2016. A Prefeitura de Niterói, por meio do prefeito Rodrigo Neves, ciente da relevância da BPN, renovou o contrato de manutenção que garante o funcionamento da biblioteca até dezembro de 2017¹⁰¹.

⁹⁸ Cf. <https://abrebibliotecarj.wordpress.com>.

⁹⁹ Cf. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/prefeitura-vai-auxiliar-governo-do-rio-manter-bibliotecas-parque.html>.

¹⁰⁰ Cf. <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-12-06/manifestantes-abracam-biblioteca-parque-estadual.html>.

¹⁰¹ Cf. <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/prefeito-de-niteroi-rodri-go-neves-renova-contrato-para-manutencao-de-biblioteca-parque-do-municipio>.

A crise financeira do estado do Rio é reflexo da crise financeira que ganhou evidência em 2014 e que assola o país até os dias atuais (2017).

As quatro bibliotecas custam aproximadamente R\$1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil reais) por mês. A BPE, especificamente, tem um custeio estimado de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), um valor considerável, porém, é importante ressaltar o custo benefício destas bibliotecas, o poder que exercem perante a sociedade no auxílio ao combate à violência, à desigualdade, ao desconhecimento e à incultura.

De acordo com a entrevistada, o desejo da Secretaria de Cultura e da Superintendência de Leitura e Conhecimento era justamente ter outras tantas dessas bibliotecas pelo estado do Rio de Janeiro e, quem sabe, pelo país. Atualmente (2017), porém, a atual Superintendente da Leitura e do Conhecimento, a Sra. Vera Schroeder, luta pela de sobrevivência, pela reabertura das três bibliotecas parque que estão fechadas, sendo BPM, BPR e BPE.

Enquanto o poder público tenta sanar essa problemática, as bibliotecas continuam fechadas até a data da entrevista, ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2017, causando comoção e expectativa para a população.

2.6.2 Biblioteca Parque Estadual – apresentação

A BPE (figura 6), objeto de estudo desta pesquisa, foi a quarta biblioteca parque criada no Rio de Janeiro.



Figura 9 – Biblioteca Parque Estadual – Fachada frontal.
Fonte: SAYEGH e BRANDO (2014, p. 31).

Não foi localizada uma definição para o tipo de biblioteca parque no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia dos autores Cunha e Cavalcanti. Dessa forma, decidiu-se classificar a BPE como uma biblioteca estadual¹⁰² e pública¹⁰³. A UNESCO e a IFLA publicaram um manifesto sobre as bibliotecas públicas, afirmando que

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica,

¹⁰² “Biblioteca pública mantida por um estado ou província” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 51).

¹⁰³ “A que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 52).

política ou religiosa e de pressões comerciais (UNESCO; IFLA, 1994, p. 1).

Definem também como missões da Biblioteca Pública,

As missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura são as seguintes: 1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; 2. Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis; 3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; 4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; 7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; 10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; 11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; 12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (UNESCO; IFLA, 1994, p. 2).

Com características modernas de uma biblioteca pública e com objetivo de oferecer informação e cultura às comunidades com menor oportunidade social, a PBE oferece, além de um espaço físico amplo, moderno, seguro, confortável e adequado, de 15.000m², um acervo diversificado, livros, periódicos, audiolivros, livros digitais, livros em Braille, auditório, teatro para apresentação de peças teatrais, músicas digitalizadas, cursos, palestras, oficinas, restaurante, seminários, cozinha-escola, estúdio de som, de gravação e de edição audiovisual, além de tecnologias assistivas com variados recursos para atender a pessoas com deficiência, entre outros. A entrevistada informa que todos os produtos e serviços previstos foram contemplados, porém, ressalta a necessidade de ter sido projetado um ambiente de convivência para os funcionários, que têm que improvisar esse espaço.

A BPE possui uma frequência média diária de 2.000 pessoas. Esses usuários compreendem pessoas em situação de rua, crianças, estudantes que terminavam a aula e ficavam o dia todo na biblioteca. Segundo a entrevistada, a biblioteca ficava lotada. A área mais procurada é a de Humanidades, setor bastante silencioso; dessa forma, os pesquisadores e estudantes preferiam permanecer nesse local. Há uma grande demanda pelo acervo das literaturas nacional e estrangeira, que, a partir de 2016, é constituído de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções,

seguindo as diretrizes estabelecidas e o equilíbrio no atendimento às áreas do conhecimento. O mantenedor da BPE é o governo do estado do Rio de Janeiro, que faz o repasse financeiro para o IDG, uma Organização Social (OS) que administra as bibliotecas parque.

A entrevistada destaca que um dos pontos positivos da BPE é a representatividade do seu acervo. A Secretaria de Cultura entregou à gestão da biblioteca um acervo muito precioso, uma coleção bem selecionada e atualizada, com uma biblioteca infantil com obras consideradas preciosidades, dessa forma, manter o nível do acervo chega a ser um desafio para os responsáveis.

Outro ponto positivo citado foi a entrega e a dedicação da equipe, que fazia constantes análises em relação ao que poderia melhorar para tornar o acesso e permanência na biblioteca mais prazeroso, bem como proporcionar e aprimorar a oferta de produtos e serviços. Todas as reclamações e sugestões efetuadas pelos usuários são consideradas, analisadas e atendidas na medida do possível. Ainda em função da ambição da equipe, era necessária a ampliação do quadro de pessoal, pois, com uma equipe maior, é possível desenvolver mais projetos.

Como ponto negativo, a entrevistada mencionou as oscilações de descontinuidade, como ocorreu em 2015, e o fechamento em dezembro de 2016. O projeto apresentava retorno afirmativo pelos usuários diante do objetivo que se propõe, porém, em pleno auge do trabalho, pela incapacidade de gestão financeira do Estado, o projeto foi abortado.

Ao ser questionada, como funcionária, o que ela considera como maior desafio da BPE, a mesma respondeu que é ampliar a equipe de trabalho que se encontra absolutamente reduzida. Para a entrevistada, há muito o que se fazer em uma biblioteca de 15.000m² e com acervo aproximado de 175.000 itens, as possibilidades são muitas, o céu é o limite.

A seguir, serão destacadas as características abrangentes no tripé sustentável, sustentabilidade social, econômica e ambiental.

2.6.3 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade social

As bibliotecas parque, cumpridoras do seu papel social, propõem ofertar às comunidades em que estão inseridas o acesso à informação, à cultura, à convivência

e à arte. Segundo a entrevistada, a BPE, por meio dos seus projetos, produtos e serviços oferecidos à comunidade, configura uma maior ênfase para sustentabilidade social, porque é vocação, não se pode ignorar o entorno que entra e, com isso, os projetos surgem.

Dentre os moradores da comunidade ou do entorno, devem-se considerar e destacar as pessoas em situação de rua que se estabelecem na região. A entrevistada relatou o tratamento que essas pessoas recebem como frequentadoras da BPE, bem como os projetos que promovem a inclusão social.

Às pessoas em situação de rua que utilizavam a biblioteca é atribuída uma ficha social – essas pessoas não têm endereço. Diante disso, é informado o endereço do abrigo, e as que não vivem em abrigos são encaminhadas a um mediador social. O mediador realiza uma entrevista e preenche um cadastro complementar ao disponível pelo sistema Alexandria¹⁰⁴, *software* de gerenciamento das bibliotecas. No cadastro complementar, é possível inserir mais informações como: onde elas estavam, em que região viviam, entre outros, destacando-se que não é necessário ter comprovante de residência para fazer o cadastro na BPE.

Ainda segundo a entrevistada, os usuários em situação de rua, inicialmente, apresentavam maior demanda pela seção de filmes e multimídia e, à medida que o relacionamento com os mesmos aumentava, a equipe da BPE começou a refletir sobre o que mais lhes seria possível fazer e oferecer. Assim, surgiu o projeto Uma Só Voz¹⁰⁵, que consistia em um coro que passou a se concentrar na BPE. O projeto era para todos os interessados, porém, a grande maioria dos participantes eram usuários em situação de rua. Posteriormente, o projeto se desdobrou para aulas de teatro que atingiram esse mesmo público. Outro projeto de destaque foi um curso com formação em gastronomia, em parceria com a Calouste Gulbenkian.

Outro público de destaque que compõe o entorno da BPE são os estudantes das escolas públicas municipais. A entrevistada destacou que há um relacionamento bem intenso com as turmas da Escola Municipal Rivadavia Correa e da Escola Municipal Tiradentes, e a BPE tornou-se como um quintal dessas escolas e, aos sábados, oferece ações especiais para o público infantil.

¹⁰⁴ Cf. <http://www.alexandria.com.br>.

¹⁰⁵ Projeto de intercâmbio e capacitação internacional de Arte e População de Rua. Nasceu nas olimpíadas de 2012 em Londres, no evento *With One Voice*. Cf. <https://www.facebook.com/umasovoz.withonevoice>.

A participação de estudantes das escolas municipais na BPE demonstra o quanto o projeto é relevante para a comunidade; significa que a biblioteca está atuando diretamente na formação dessas crianças, na formação de leitores e futuros profissionais e, principalmente, cidadãos.

Quando se consideram a sustentabilidade social e a inclusão social, não se podem ignorar as pessoas com deficiência. Para atender a essa categoria de usuários, o acervo é constituído de audiolivros, livros digitais e livros em Braille. Neste contexto, a BPE está localizada em um edifício totalmente acessível, com rampa, elevador, piso e sinalização tátil, bem como cabines para deficientes visuais e ledores, adaptadas para cadeiras de rodas. A entrevistada exemplificou e confirmou que a biblioteca é fisicamente acessível, narrando a passagem da tocha paraolímpica pela BPE, cujo revezamento foi efetuado por três ou quatro pessoas, trazendo a tocha pelo Campo de Santana e saindo pela Avenida Presidente Vargas.

No entanto, a entrevistada destacou que há restrição de acesso no entorno, por exemplo, para sair do metrô e conseguir chegar até a biblioteca é algo desafiador. Dessa forma, a equipe da BPE estudava a possibilidade de oferecer, na página eletrônica da biblioteca, algum tipo de orientação sobre a melhor maneira de se chegar até ela, por exemplo, informar que a melhor saída do metrô é pelo Campo de Santana e não pela Avenida Presidente Vargas.

Os funcionários da BPE acompanham os usuários com deficiência visual até o metrô e os entregam ao guarda do metrô. Dessa forma, tornou-se frequente a presença de funcionários da biblioteca, identificados pelo uniforme, acompanhando e direcionando esses usuários.

As tecnologias assistivas, dispositivos, equipamentos, técnicas e processos são necessárias para que as pessoas com deficiência tenham acesso à informação, proporcionando um atendimento adequado e inclusivo. A entrevistada cita algumas tecnologias disponibilizadas pela BPE: *scanner* Sarah CE, utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. O equipamento digitaliza o material impresso e lê para o usuário. Um exemplo de utilização é o uso pelos usuários que estudam para concurso, entre outros e, neste caso, os bibliotecários do setor digitalizam o material e salvam em dispositivo para o usuário.

Podem-se descrever mais alguns equipamentos de leitura para portadores de necessidades especiais, como teclados especiais em Braille; lente de aumento eletrônica para livros; *Page turner*, que vira as páginas para os leitores com

deficiências físicas; máquina fusora, que aquece ilustrações de carbono, gerando o efeito de alto-relevo e permitindo às crianças com deficiência visual “verem” os desenhos.

A entrevistada citou que a equipe identificou a necessidade de intensificar a relação com a comunidade surda que manifesta outros desafios, inclusive este era um dos objetivos para o ano de 2017.

Para que o atendimento seja qualitativo, a equipe deve estar devidamente formada e envolvida no propósito de atender ao cidadão. Neste sentido, a entrevistada descreveu um importante projeto de formação dos funcionários que foi possibilitado por meio de parceria privada.

O projeto de acessibilidade da PBE¹⁰⁶, patrocinado pela Cielo¹⁰⁷, cujo valor foi de aproximadamente R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), foi executado no ano de 2016. O projeto teve significativa abrangência na formação de agentes culturais, bibliotecários, auxiliares e equipe de educação da biblioteca parque e de outras instituições, que participaram de cursos como curso de acessibilidade em bibliotecas e curso de introdução em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A entrevistada salienta que o projeto foi transformador e gratificante e citou elogios ao atendimento da equipe da BPE para com as pessoas com deficiência, que são imediatamente abordados quando adentram no recinto da biblioteca, orientados e encaminhados para o atendimento às suas demandas. Essas iniciativas são resultado da formação dos profissionais. Este sentimento também contagiou o patrocinador – Cielo - que demonstrou interesse em renovar esse apoio, e o projeto previa continuidade¹⁰⁸.

O projeto de acessibilidade com a parceria da Cielo também proporcionou a aquisição do *software Browsealoud*¹⁰⁹, que tem a função de ler o conteúdo da página eletrônica da biblioteca e até traduzir para outros idiomas.

A formação continuada da equipe é um processo que deve ser previsto nas bibliotecas, principalmente a capacitação em acessibilidade, considerando que são várias as demandas para cada um dos diferentes tipos de deficiência. Ainda se tem muito a fazer e aprender, porém, essa crescente demanda acontece graças aos

¹⁰⁶ Cf. <http://www.reschdesign.com/bbp/estadual/a-biblioteca/acessibilidade>.

¹⁰⁷ Cf. <https://www.cielo.com.br>.

¹⁰⁸ A continuidade do projeto não pôde ser concretizada em razão da situação de fechamento da BPE, em 31 de dezembro de 2016, devido à crise financeira do governo do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Cf. <http://www.ibdd.org.br/acessibilidade.asp?t>.

projetos e políticas de inclusão que permitem o acesso de todos sem qualquer restrição, democratizando o acesso aos produtos e serviços oferecidos aos cidadãos.

De acordo com a entrevistada, as categorias de pessoas com deficiência que são mais aparentes na BPE são usuários com deficiência visual. A entrevistada destaca a delicadeza com que as pessoas devem ser tratadas e como algumas deficiências não notadas. A equipe já repensava o cadastro, para que fosse mais representativo e conseguisse traçar um perfil melhor dos usuários. Nesse cadastro, os usuários seriam questionados sobre como a biblioteca poderia proporcionar-lhes melhor atendimento para que sua experiência fosse mais confortável, conhecer o que o outro precisa e, dessa forma, preparar-se para que a demanda fosse atendida.

Uma atitude da equipe e dos gestores da BPE, que demonstram a preocupação e o comprometimento com a acessibilidade, foi a inclusão de uma diretriz dentro da Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo, que estabelece que 2,5% do orçamento para aquisição de material informacional deve ser direcionado para a aquisição de material acessível, conforme salientado pela entrevistada. A Política foi criada em 2016 e, a partir de então, a aquisição começou a seguir as diretrizes definidas.

2.6.4 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade econômica

O mantenedor da BPE é o governo do estado do Rio de Janeiro, que repassa aproximadamente R\$ 1.750.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta mil reais) por mês para a IDG, Organização Social responsável pela gestão, manutenção e funcionamento da Rede Bibliotecas Parque; destes, cerca de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) são investidos na BPE.

Havia outras situações de entrada de orçamento, porém, insignificantes em relação à demanda financeira da biblioteca. Segundo a entrevista, surgiam algumas possibilidades de locação do espaço como, por exemplo, quando ocorreu a gravação de capítulos de uma novela da emissora Rede Globo de Televisão¹¹⁰ dentro da biblioteca. O recurso financeiro obtido, que não foi nada extraordinário, era utilizado para manutenção de equipamentos e mobiliários.

Ainda de acordo com a entrevistada, praticamente todos os serviços eram gratuitos e, quando se cobrava por algum serviço como ingresso de evento, por

¹¹⁰ Cf. <http://redeglobo.globo.com>.

exemplo, quem portasse a carteirinha da biblioteca pagava meia entrada. Mas nem todos as locações eram cobradas. Fazia-se uma análise do evento: se ele tivesse finalidade comercial, era solicitado uma contrapartida para a biblioteca, mas se fosse identificado que o evento tinha convergência com o conceito da biblioteca, a BPE entrava como parceira na cessão do espaço.

Para efeitos de análise da sustentabilidade econômica da BPE, nada melhor do que averiguar os números. Desta forma, foi consultado o Relatório de Gestão Anual, do ano de 2015¹¹¹, do IDG frente às Bibliotecas Parque. Neste documento, foram identificados os dados estatísticos da BPE. A entrevistada destacou que existiam metas a serem cumpridas em relação à oferta de produtos e serviços, o que exigia uma grande dedicação e comprometimento da equipe. O acervo é composto por aproximadamente 175.000 itens e seu horário de funcionamento, em 2015, foi de terça a sábado, das 11h às 19h.

Em 2015, o IDG recebeu R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para gerir as Bibliotecas Parque e seus 141 funcionários.

Os dados estatísticos foram reunidos e apresentados conforme a disponibilização no Relatório, respeitando a sua finalidade, ordem e nomenclatura, exceto os dados cujos indicadores não se aplicam (N/A) à BPE.

Primeiramente, na tabela 1, foram compilados os indicadores referentes aos Objetivos de Atividades Fim, que são as metas que medem a capacidade de alcançar índices adequados na prestação de serviços.

Na tabela 2, são demonstrados os indicadores correspondentes aos Objetivos de Cidadania que promovem a difusão e o acesso democrático aos serviços públicos executados pela PBE às diferentes parcelas da população.

Os Objetivos de Gestão aparecem na tabela 3 e medem a eficiência de suas ações da organização, sendo, dessa forma, importantes para a profissionalização dos serviços prestados. Trata-se de indicadores econômico-financeiros, de organização interna e as metas de capacitação de recursos próprios. Para finalizar, a tabela 4 apresenta as Atividades Culturais e a tabela 7, as Atividades Educativas.

¹¹¹ Cf. <http://www.idg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Gestao-anual-2015-Bibliotecas.pdf>.

Tabela 1 - Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Objetivos de Atividades Fim

Item	Indicador	Quantidade
1	Usuários cadastrados no ano (Carteirinhas)	22.356
2	Empréstimos do acervo	69.156
3	Visitantes (frequência)	423.438
4	Alunos atendidos em visitas guiadas	5.491
5	Escolas atendidas em visitas guiadas	202
6	Percentual de visitantes satisfeitos em relação a acervo, programações, instalações e serviços	73%
7	Acervo adquirido (sem periódicos)	165
8	Política de acervo cumprida	66%
9	Rede (internet sem fio) disponível ao público	98,39%

Fonte: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO – IDG (2015).

Tabela 2 – Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Objetivos de Cidadania

Item	Indicador	Quantidade
1	Itens de acervo especial para Pessoa com Deficiência	760
2	Funcionários habilitados na linguagem de sinais	1

Fonte: IDG (2015).

Tabela 2 - Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Objetivos de Gestão

Item	Indicador	Quantidade
1	Tempo médio entre o recebimento de itens novos e a disponibilização final para uso	7 dias úteis
2	Número de dias de funcionamento ao público	256
3	Inventariar acervo anualmente	1

Fonte: IDG (2015).

Tabela 3 – Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Atividades Culturais

Item	Indicador	Quantidade
1	Exposições	6
2	Ciclos	3
3	Seminários, debates e palestras	9
4	Palavra Lab	2
5	Curso de literatura	1
6	Saraus e leituras dramatizadas	7
7	Sarauzinho e encontro com autor (infantil)	6
8	Lançamentos literários	4
9	Era uma vez	91
10	Programação musical	17
11	Mostras de filmes	8
12	Programa editorial	2
13	Programa biblioteca infantil	1
14	Circulação teatral	42

Fonte: IDG (2015).

Destaca-se que as Atividades Educativas são atividades regulares oferecidas pela PBE.

Tabela 4 – Biblioteca Parque Estadual – Estatística 2015 – Atividades educativas

Item	Indicador	Quantidade
1	Visitas mediadas para escolas	202
2	Visitas mediadas para públicos específicos	70
3	Bibliolab (curso de extensão, palestras, workshops, oficinas, aulas-espetáculo, master-classes)	16
4	Atividades de apoio escolar / Encontros com professores	5

Fonte: IDG (2015).

Os dados estatísticos, que poderiam ter valores superiores se não fosse a crise financeira que provocou a diminuição e até a ausência do repasse de verbas para a biblioteca, enfatizam que a BPE cumpre com seu objetivo de construção da cidadania por meio da democratização do acesso à informação e ao conhecimento, promovendo e incentivando o hábito pela leitura e oferecendo espaços acessíveis para convivência e socialização da comunidade, do seu entorno

Para elucidar ainda mais esses números e ampliar a compreensão do impacto que a sustentabilidade econômica da BPE produz, identificaram-se os indicadores apresentados nas tabelas 3 a 7 que são compatíveis com os serviços citados na calculadora de atribuição de valores aos produtos e serviços oferecidos por uma unidade informacional, proposta por França; Souza e Portela (2017). Após a identificação, foi efetuada a referida contabilidade, mesmo concordando com o posicionamento das autoras que consideram que atribuir e medir valor a cada um dos serviços informacionais oferecidos é uma das tarefas gerenciais mais desafiadoras e menos aplicadas nos ambientes informacionais. A calculadora foi adaptada à ferramenta desenvolvida pela Rede de Bibliotecas do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha (CSIC), criada em 2012.

A precificação dos indicadores (tabela 8) foi atribuída de acordo com os valores propostos pelas autoras (Anexo E). Considerando que a calculadora utilizada foi desenvolvida de acordo com os serviços oferecidos por uma biblioteca universitária, muitos indicadores da BPE não foram contemplados na planilha, o que poderá ser futuramente adaptado caso seja de interesse dos gestores da BPE.

Tabela 5 – Biblioteca Parque Estadual – Valoração – Ano base 2015

Objetivos	Indicadores	Qtidade	Valor referência	Valor do serviço
Objetivos de atividades fim	Empréstimos do acervo	69.156	R\$ 176,15	R\$ 12.181.829,40
	Visitantes (frequência)	423.438	R\$ 35,00	R\$ 14.820.330,00
	Alunos atendidos em visitas guiadas	5.491	R\$ 11,25	R\$ 61.773,75
	Escolas atendidas em visitas guiadas	202	R\$ 11,25	R\$ 2.272,50
	Acervo adquirido (sem periódicos)	165	R\$ 176,15	R\$ 29.064,75
Objetivos de cidadania	Itens de acervo especial para pessoa com deficiência	760	R\$ 176,15	R\$ 133.874,00
	Funcionários habilitados na linguagem de sinais	1	R\$ 1.303,57	R\$ 1.303,57
TOTAL				R\$ 27.230.447,97

Fonte: A autora (2017).

Para atribuir os valores de referência, foi parametrizado por analogia entre os indicadores da BPE apresentados no relatório e os serviços apresentados na planilha de precificação apresentados no Anexo E:

- a) Empréstimos do acervo: mediante a ausência de detalhamento do tipo de matéria, foi aplicado o valor de referência estabelecido para Livros;
- b) Visitantes (frequência): foi atribuído valor de referência de Uso de salas de estudo em grupo, multimídia e videoconferência;
- c) Alunos e escolas atendidas em visitas guiadas: foi atribuído valor de referência para Capacitação - Visita orientada;
- d) Acervo adquirido (sem periódicos): foi atribuído valor de referência estabelecido para Livros;
- e) Funcionários habilitados na linguagem de sinais: foi atribuído valor de referência de Participação em eventos, reuniões.

O valor total dos 7 indicadores da BPE foi de R\$ 27.230.447,97 (vinte e sete milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos), um valor representativo considerando que é necessário um investimento anual de R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais) para manutenção da BPE. Também se deve considerar que vários outros indicadores não foram

contemplados na planilha. A maioria de indicadores que não foram citados é inerente à Objetivos de gestão, Atividades culturais e Atividades educativas.

2.6.5 Biblioteca Parque Estadual - sustentabilidade ambiental

A principal particularidade da BPE é a ênfase na sustentabilidade, cujo objetivo pode ser comprovado pelo fato de o projeto ter sido desenvolvido com a preocupação com o meio ambiente. Esta iniciativa colheu frutos, pois a construção recebeu a certificação ambiental pelo *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) categoria *Gold*. O LEED é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações, utilizado em 143 países, e possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações sempre com foco na sustentabilidade de suas atuações. O Selo atesta a sustentabilidade da construção e assegura que todo o processo foi realizado sob a qualidade dos sistemas implantados, como a redução dos resíduos e da poluição, do consumo de água e de energia, a utilização de materiais regionais e a qualidade ambiental interna.

A certificação é tão mais significativa, porquanto foi a primeira e única biblioteca no Brasil a receber o título. No país, essa certificação foi atribuída somente a mais dois segmentos culturais: o Centro de Cultura Max Feffer Cultura e Sustentabilidade¹¹², situado em Pardinho/SP, e o Museu de Arte do Rio/RJ¹¹³.

O projeto de construção eficiente atribuiu ao prédio as seguintes características sustentáveis:

- a) madeira certificada: todo piso é revestido de madeira certificada *Forest Stewardship Council* (FSC)¹¹⁴ (figura 7), que assegura o manejo responsável das florestas;

¹¹² Cf. <http://www.centromaxfeffer.com.br>.

¹¹³ Cf. <http://www.museudeartedorio.org.br>.

¹¹⁴ O Conselho de Manejo Florestal (tradução nossa) é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, criada para promover o manejo florestal responsável ao redor do mundo. Cf. <https://br.fsc.org/pt-br>.



Figura 10 – Biblioteca Parque Estadual – Piso em madeira com certificação ambiental.
Fonte: Arquivo SISBI/UFU (2015).

b) conforto térmico: para ampliar o conforto térmico foram conferidos os procedimentos:

- ✓ toda a estrutura foi pintada de branco (figura 8);



Figura 11 – Biblioteca Parque Estadual – Pintura branca.
Fonte: Arquivo SISBI/UF (2015).

- ✓ vidros duplos de proteção solar (figura 9), com alto fator de sombra, reduzem em até 52% a entrada de calor e minimizam o barulho;



Figura 12 – Biblioteca Parque Estadual – Vidro duplo
Fonte: Arquivo SISBI/UFU (2015).

- ✓ substituição dos cobogós por chapas de aço cortén perfuradas (figura 10), material mais leve e moderno;

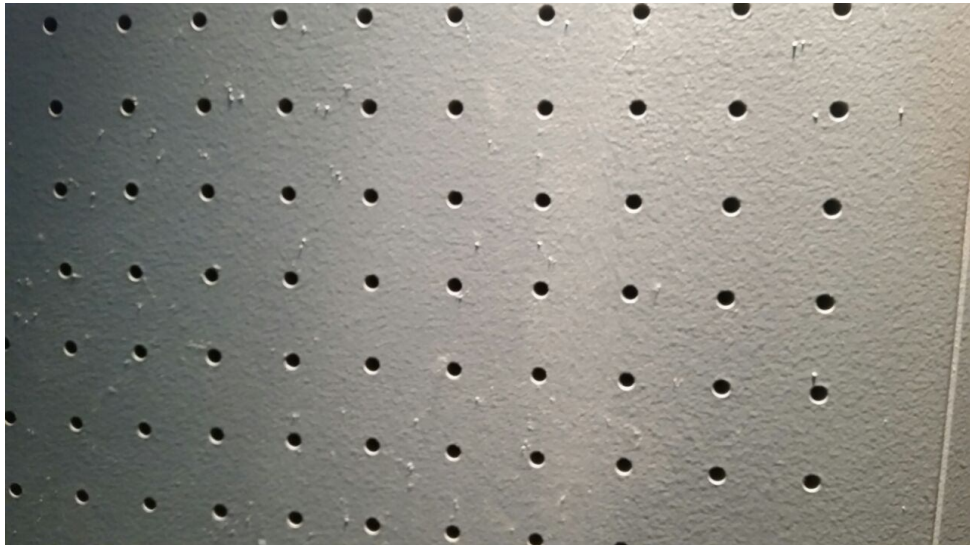


Figura 13 – Biblioteca Parque Estadual – Chapas de aço cortén perfuradas.
Fonte: Arquivo SISBI/UFU (2015).

- ✓ telhado verde que abrange aproximadamente 2.000m² (figura 11), atenua a temperatura interior e evita a formação de ilhas de calor;

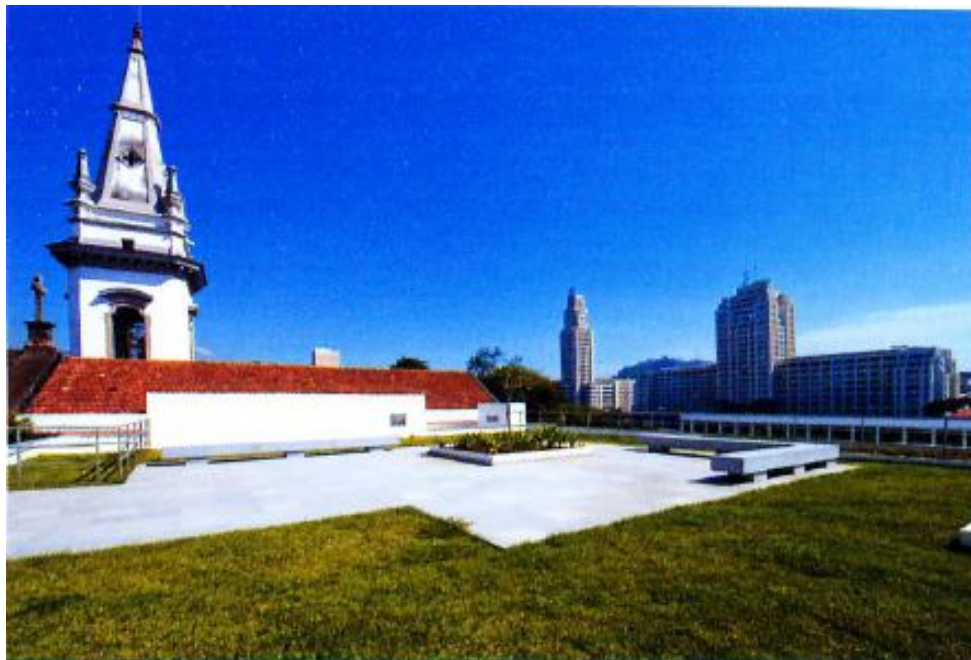


Figura 14 – Biblioteca Parque Estadual - Telhado verde.
Fonte: SAYEGH e BRANDO, (2014, p. 30).

- A entrevistada destacou um projeto que já estava pronto para ser executado: tratava-se da construção de uma horta no telhado. Foram avaliados os custos, a manutenção e a possibilidade de capitação de apoio;
- c) utilização de energia solar para produção de energia elétrica: o teto inclinado da claraboia recebeu placas fotovoltaicas em toda extensão (figuras 12 e 13) para produção de 20% da energia consumida, cerca de 50 mil megawatts por ano. O projeto foi viabilizado pela Light Serviços de Eletricidade S. A. por meio do programa estadual Rio Capital da Energia. O custo total do equipamento é de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais);



Figura 15 – Biblioteca Parque Estadual – Placas fotovoltaicas – telhado.
Fonte: RIO DE JANEIRO, RJ (2016).



Figura 16 – Biblioteca Parque Estadual – Placas fotovoltaicas.
Fonte: RIO DE JANEIRO, RJ (2016).

- d) aproveitamento da iluminação natural: o edifício possui luz natural abundante (figura 14), com a luz controlada pela claraboia e pelas frestas entre os elementos cortantes, destinada a suprir a área da biblioteca;

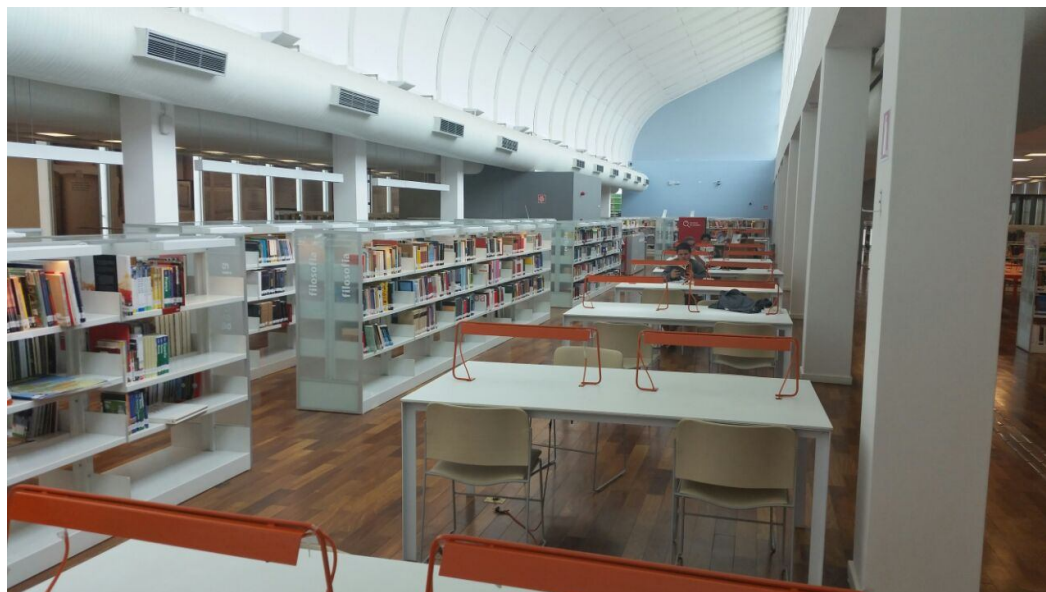


Figura 17 – Biblioteca Parque Estadual – Iluminação natural.
Fonte: Arquivo SISBI/UFU (2015).

De acordo com a entrevistada a iluminação natural atendia muito bem, considerando ainda que o Rio tem muita luz. A iluminação só não atende totalmente no inverno, período em que, por volta das 17h, é necessário acender as lâmpadas. No restante do período a iluminação natural supria toda demanda;

- e) Economia de água por meio de:
 - ✓ reaproveitamento de água pluvial: as águas das chuvas são aproveitadas para uso na irrigação de jardins e serviços gerais, proporcionando uma economia de aproximadamente 45% de água;
 - ✓ implantação de torneiras com controle automático de tempo e vazão de água;
- f) ar condicionado balanceado: o sistema foi balanceado (figura 15), com os demais dispositivos de controle térmico para evitar desperdícios; conta, também, com uma central de água gelada com tanque de reserva, somente utilizado nos momentos de pique de energia.



Figura 18 – Biblioteca Parque Estadual – Sistema de ar condicionado.
Fonte: Fonte: Arquivo SISBI/UFU (2015).

Todas as iniciativas e ações sustentáveis são divulgadas aos frequentadores, com o objetivo de divulgação e conscientização, sendo que esta é um dos processos da educação ambiental.

A entrevistada destacou que um dos pontos negativos do mobiliário sustentável era a manutenção. O mobiliário é coberto por uma película que sai com muita facilidade e, a partir do momento em que se solta, ela deve ser trocada por inteiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas subseções a seguir serão apresentados os resultados da pesquisa e as respectivas discussões.

3.1 Propostas de intervenção de sustentabilidade para a BCMON

Após a realização da pesquisa, será apresentada à gestão do SISBI/UFU uma proposta inicial com algumas indicações para a promoção da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa Mônica. As sugestões iniciais serão dialogadas com a equipe do SISBI/UFU, parceiros institucionais, e poderão ser ajustadas, excluídas ou ampliadas (Apêndice B).

3.2 Análise comparativa entre as ações sustentáveis adotadas pela BCMON e a BPE

Será apresentada a análise comparativa entre as ações sustentáveis adotadas pela BCMON e pela BPE, biblioteca referência, segundo o tripé do desenvolvimento sustentável: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica e sustentabilidade ambiental.

A BCMON é uma biblioteca universitária inaugurada em 1991 para constituir o SISBI/UFU. Atualmente (2017), é a biblioteca central da instituição. Possui um espaço físico de aproximadamente 8.000m² e, em 2015, recebeu uma frequência média de 3.610 usuários por dia. Destaca-se pelos investimentos em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sendo a primeira biblioteca universitária federal do país a implantar o sistema de autodevolução.

Ações de sustentabilidade social oferecem aos seus usuários produtos e serviços que promovem a inclusão social, como o acesso a recursos informacionais e ambientes de estudo, empréstimo domiciliar de dispositivos móveis, tais como *netbook*, *tablets* e *e-readers*, ilhas de pesquisa, internet sem fio, pontos de rede e de energia e *scanner* planetário para digitalização de documentos sem custos, disponibilização de algumas tecnologias assistivas para acesso à informação às

peças com deficiência como: *Dosvox*, *DSpeech*, Lupa eletrônica, *Monitvox*, *NonVisual Desktop Access (NVDA)*, *Winamp*.

Pode-se observar que, por se tratar de um edifício inaugurado em 1991, a estrutura física possui algumas barreiras arquitetônicas, não sendo favorável à acessibilidade. O acesso aos pavimentos superiores por pessoas com deficiência é possibilitado apenas por meio de um elevador que, na impossibilidade de seu uso, a circulação é prejudicada, pois a biblioteca não possui rampas. Outro dificultador de circulação é a ausência de sinalização tátil e visual. Observaram-se, igualmente, outras iniciativas necessárias como a formação continuada de servidores para o atendimento às pessoas com deficiência, a disponibilização dos recursos de acesso à informação em maior quantidade e os *softwares* instalados em todos os computadores, e a disponibilização de um local específico para melhor acolher e ampliar a possibilidade de novos serviços.

O investimento financeiro aplicado diretamente para manutenção das necessidades essenciais da biblioteca é compensado mediante a concessão de produtos e serviços à comunidade interna e externa. Dessa maneira, foram identificadas as características da sustentabilidade econômica exercida pela BCMON. Deve-se considerar que quanto maior o investimento maior a possibilidade de ampliação e criação de produtos e serviços, aumentando sua abrangência e a qualidade.

As ações de sustentabilidade ambiental até então adotadas (2017) foram criadas para promover a conscientização ambiental, o consumo sustentável e a diminuição de gastos com materiais de manutenção e escritório. Essas ações envolveram a implantação do SIGAMI, a normatização do recebimento e do desfazimento de material informacional, o recolhimento de lâmpadas inservíveis, a distribuição de canecas, o envio de recibos de empréstimo por *e-mail*, a disponibilização de equipamentos de reprografia sem custos, distribuição de papel para rascunho, a campanha “Asas do Silêncio” nas dependências da BCMON e a coleta de pilhas e baterias. Não é possível implantar projetos de sustentabilidade ambiental sem o envolvimento da equipe e o estabelecimento de parcerias com os demais órgãos da instituição, pois o resultado final será sempre satisfatório com a dedicação e o conhecimento que são pertinentes a cada um em sua respectiva competência.

A BPE, inaugurada a em 2014, é caracteristicamente uma biblioteca pública, que atende aproximadamente 2.000 pessoas dia em um espaço de 15.000m². A grande maioria de usuários é formada pela população que convive e vive nos arredores da biblioteca, incluindo três categorias em especial: as pessoas em situação de rua, o público infantil e as pessoas com deficiência, formada principalmente por estudantes das escolas públicas municipais. Essas condutas caracterizam a importância da biblioteca no processo de inclusão social e na formação do leitor e do cidadão. Não há restrições de acesso, destacando-se que não é necessário ter comprovante de residência para fazer o cadastro na BPE e alguns projetos específicos como o projeto “Uma Só Voz”, que se trata de um coral que se concentra na biblioteca, a princípio aberto a todos os interessados, porém, a grande maioria dos participantes é de pessoas em situação de rua.

As pessoas com deficiência são contempladas com um acervo de audiolivros, livros digitais e livros em Braille, além de tecnologias assistivas como o *scanner* Sarah CE, teclados especiais em Braille, lente de aumento eletrônica para livros, *page turner* e máquina fusora. Tudo isso é disponibilizado em um edifício totalmente acessível, com rampa, elevador, piso e sinalização tátil, com cabines para deficientes visuais e ledores, adaptadas para cadeiras de rodas. O atendimento é oferecido por uma equipe comprometida e capacitada.

A falta de reconhecimento e de investimento financeiro em instituições educacionais e culturais é um problema peculiar do Brasil, principalmente pelas instituições que são mantidas pelo poder público. A subseção 1.1.1 apresenta os dados estatísticos dos indicadores, produtos e serviços oferecidos: tais números confirmam que a BPE colabora com a sustentabilidade econômica, e o valor investido é retornado na forma da prestação de serviços à comunidade, na inclusão social e na formação de cidadãos leitores.

A sustentabilidade ambiental é destaque na BPE. A preocupação ambiental foi um dos critérios de peso analisados durante sua seleção como biblioteca referência, com destaque para a conquista da certificação ambiental pelo LEED categoria *Gold*, sendo essa a primeira e única biblioteca no Brasil a receber esse selo. Foram citadas, também, demais iniciativas como uso de madeira certificada, estrutura pintada em branco, vidros duplos de proteção solar, substituição dos cobogós por chapas de aço cortén perfuradas, telhado verde, possibilidade de construção de uma horta, utilização de energia solar para produção de energia elétrica, aproveitamento

da iluminação natural, reaproveitamento de água pluvial para uso na irrigação de jardins e serviços gerais, utilização de torneiras com controle automático de tempo e vazão de água, ar condicionado balanceado com dispositivos de controle térmico para evitar desperdícios e mobiliários construídos com materiais reciclados. Esses últimos apresentam um aspecto negativo que é a dificuldade de manutenção. Todos esses projetos e ações são divulgados aos frequentadores, com o objetivo de popularização e conscientização ambiental.

Todos os resultados apresentados demonstram a importância das bibliotecas para o contexto da construção de uma sociedade cidadã, participativa e consciente. Neste papel de formação, devem ser incluídas as ações de sustentabilidade social, econômica e ambiental para inclusão do desenvolvimento sustentável como premissa de uma sociedade que pensa no futuro de suas gerações. Para o desenvolvimento das bibliotecas e a eficiência de suas atividades é imprescindível que elas sejam reconhecidas como mecanismos transformadores e, assim, que sejam produzidos os investimentos necessários tanto pela iniciativa pública quanto pela privada.

4 CONCLUSÕES

Bibliotecas são ambientes que promovem a preservação histórica e cultural de uma comunidade local ou global, oferecem acesso à informação *in loco* ou à distância, participam da formação de profissionais e cidadãos e, dessa maneira, colaboram diretamente para o desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades onde estão inseridas, proporcionando, assim, a sustentabilidade.

Este trabalho investigou as práticas sustentáveis de uma biblioteca referência em sustentabilidade no país e confrontou com as ações sustentáveis adotadas na Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia.

No desenvolvimento da pesquisa, foi possível verificar que a grande maioria das bibliotecas universitárias federais brasileiras não aborda diretamente o desenvolvimento sustentável em suas atividades. A sustentabilidade social e econômica é sutilmente aplicada por meio do acesso à informação, da inclusão social e digital e do retorno, aos investimentos recebidos, à sociedade por intermédio da oferta gratuita de produtos e serviços. Contudo a sustentabilidade ambiental não recebe a devida importância que o tema merece: o cuidado com o meio ambiente e a prática da educação ambiental ainda são objetos de desatenção.

O produto final desta pesquisa será a entrega à administração do SISBI/UFU de uma proposta inicial com algumas indicações de sugestões para a promoção da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa Mônica, que terá como ponto de partida o diálogo em busca da conscientização ambiental, por meio da participação de toda a equipe e comunidades interna e externa de forma voluntária, democrática e autônoma.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10152**: níveis de ruído para conforto acústico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. Acesso em: 9 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**: sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000**: 2010: diretrizes sobre responsabilidade social = guidance on social responsibility. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BACILA, D. M.; FISCHE, K.; KOLICHESKI, M. B. Estudo sobre reciclagem de lâmpadas fluorescentes. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, n. esp., p. 21–30, 2014.

BARBALHO, C. R. S. **XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias: mensagem da comissão organizadora**. Manaus: UFAM, 2016. Disponível em: <<http://www.snbu2016.com>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, p. 1–11, jun. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2009a.

BRASIL. **Lei nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: [s.n.], 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: MMA, 2009b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P_.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Portaria nº 25**, de dezembro de 1994. Aprova o texto da Norma Regulamentadora nº 9: riscos ambientais. Brasília: MTE, 1994, p. 6.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: cultura e política**, v. 93, p. 33–60, 2014.

CATALISA. REDE DE COOPERAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE. **O Conceito de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.catalisa.org.br/textoteca-154/30-o-conceito-de-sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentl.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **A carta da terra**. [S.l.: s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2016.

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoesprio.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1992, Rio de Janeiro. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano: 1972. 1972, Estocolmo. **Anais...** In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. Estocolmo: ONU, 1972. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

CRESTANA, M. F. et al. Programa de sustentabilidade como estratégia na biblioteca universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1591/1592>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DÍAZ BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOLHA DE SÃO PAULO. **RUF**: Ranking das Universidades do Brasil. São Paulo: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2016/>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

FRANÇA, M. N. **Gestão em bibliotecas universitárias públicas: um enfoque tecnológico**. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

FRANÇA, M. N.; CARVALHO, A. M. G. Sociedade da informação e biblioteca universitária: contribuições para a democratização do acesso ao conhecimento. **Anais...** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3012/1120>>. Acesso em: 2 maio. 2017.

FRANÇA, M. N.; SOUZA, K. P.; PORTELA, P. O. Quanto vale a informação? Calculando o valor econômico dos serviços de uma biblioteca. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n.1, p. 265–281, jan. 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIRALDO, H. Parques biblioteca de Medellín-Colombia: um exemplo de rehabilitación urbana y recuperación de tejido social. **La Ciudad Viva**, v. 4, p. 53–55, 2010.

GREEN BUILDING COUNCIL BRASIL. **Certificação LEED no Brasil**. [S.l.: GBC, 2016. Disponível em: <https://www.mail.ufu.br/?_task=mail&_caps=pdf%3D1%2Cflash%3D0%2Ctif%3D0&_uid=3&_mbox=INBOX.Recebidos+-+Importante&_safe=1&_action=show>. Acesso em: 23 abr. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Relatório de prestação de constas anual**: 2015: Bibliotecas Parque. Rio de Janeiro: IDG, 2015. Disponível em: <<http://www.idg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Gestao-anual-2015-Bibliotecas.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement on libraries and sustainable development**. [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/eb/sust-dev02.html>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Lyon declaration on access to information and development**. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.lyondeclaration.org/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

KELLY, R.; RATCLIFFE, J. Futures Thinking to Achieve Sustainable Development at Local Level in Ireland. **Foresight**, v. 6, n. 2, p. 80–90, 2004.

LAMPREIA, L. F. Relatório brasileiro sobre o desenvolvimento social. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 9–74, 1995.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. A sustentabilidade é sustentável? educando com o conceito de risco. In: PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014. p. 765–786.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, S. **Primeira biblioteca parque do Brasil**. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.blogacesso.com.br/?p=2448>>. Acesso em: 19 fev. 2017

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1994. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4educacao_web-1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: ONU, 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “Futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes**, ano 1, n. 1, p. 72–96, 2012.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014. Cap. 1, p. 3–14.

PEÑA, M. C. Parques biblioteca como estruturadores del espacio público de la ciudad colombiana bajo los conceptos del desarrollo sostenible. **Módulo Arquitectura CUC**, v. 12, p. 129–145, 2014.

PEREZ, M. A. **A administração pública democrática**: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. C. F. A dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2014. p. 310.

PRESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: SENAC, 2005.

RED DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS (ESPANHA). **Contribución de las bibliotecas en materia de responsabilidad social y sostenibilidad universitarias**. In: CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERSIDADES ESPAÑOLAS. Madrid: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.rebiun.org/documentos/Documents/IIPE_2020_LINEA1/Contribucion_bi_bibliotecas%20universitarias_responsabilidad_social_y_sostenibilidad_REBIUN.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Governo. **Biblioteca Pública do Estado do Rio já conta com usina de energia solar**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Governo, 2016. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1535942>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd. Desenvolvimento Regional em Debate**, ano 2, n. 1, p. 44–61, jul. 2012.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1–22, mar. 2014.

SAUL, A.M. **Tramas conceituais freireanas**: uma prática de ensino e pesquisa construída na Cátedra Paulo Freire da PUC/SP. São Paulo: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://redefreireana.com.br/portal/tramas>>. Acesso em: 24 maio 2017.

SAYEGH, S.; BRANDO, C. (fotos). Biblioteca verde. **Arquitetura e Urbanismo**, v. 29, n. 245, p. 30–36, ago 2014.

SCHUTEL, S.; MORO, A. M. M.; WAZLAWICK, P. A sustentabilidade como resultado da gestão empresarial fundamentada na responsabilidade social. **Revista INGEPRO**, v. 2, n. 3, p. 1–11, mar. 2010.

SILVA, A. M. N. H. et al. Educando para práticas sustentáveis em uma biblioteca universitária: o caso da biblioteca do UNIPÊ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 17., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: UFRGS,

2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9654921-Educando-para-praticas-sustentaveis-em-uma-biblioteca-universitaria-o-caso-da-biblioteca-do-unipe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

SILVA, F. M. O desenvolvimento sustentável e os projetos de MDL no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 16, p. 51–67, jul. 2010.

SILVEIRA, E.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O. Análise de sustentabilidade ambiental em biblioteca universitária. **Pretexto**, v. 13, p. 51–65, out./dez 2012.

TORRES, J. R.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (Org.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13–80.

UNESCO. **Carta de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf>. Acesso em: 9 maio. 2017.

UNESCO; INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas** IFLA. [S.l.: s.n.], 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

UNITED NATIONS. **Our Common Future, Chapter 2: towards sustainable development**. [S.l.: s.n.], [1987]. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#l>>. Acesso em: 8 maio. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Universidade Federal de Uberlândia: conheça a UFU**. Uberlândia: UFU, 2016a. Disponível em: <<http://www.ufu.br/institucional>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistema de Bibliotecas. **Estatística 2015**. Uberlândia: SISBI/UFU, 2015. Disponível em: <<http://www.antigo.bibliotecas.ufu.br/node/835>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Sistema de Bibliotecas. **Sistema de Bibliotecas: visão**. Uberlândia: UFU, 2016b. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.ufu.br/institucional>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sistema de Bibliotecas. **Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas: missão e visão**. Manaus: UFAM, [2016?]. Disponível em: <<http://biblioteca.ufam.edu.br/sobre-sistebib/missao>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Sistema de Bibliotecas. **Sistema de Bibliotecas: nossa missão**. Belém: UFOPA, 2011. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/institucional/suplementares/sistema-de-biblioteca-da-ufopa/biblioteca>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável e o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2010.

WEBER, C. As bibliotecas e o aporte para o desenvolvimento sustentável. **Responsabilidade e Reciprocidade**, v. 1, n. 1, p. 491–496, 2012.

APÊNDICE A – Bibliotecas Universitárias Federais – Ações Sustentáveis

Região	Estado	Local	Item	Universidade	Sigla	Sistema/Biblioteca	Página eletrônica do Sistema/Biblioteca	Missão	Visão/Outros	Questões ambientais	Página eletrônica Missão/Visão/Outros	Data da consulta
Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasília	1	Universidade de Brasília	UNB	Biblioteca Central	http://www.bce.unb.br/	Promover e garantir à comunidade universitária o acesso à informação científica e o compartilhamento do conhecimento científico no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UnB, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ser referência de biblioteca acadêmica no Brasil e na América Latina e Caribe pelo padrão de excelência na gestão da informação e do conhecimento.	Não	http://www.bce.unb.br/sobre-a-bce/	30/04/2016
	Goiás		2	Universidade Federal de Goiás	UFG	Sistema de Bibliotecas	https://bc.ufg.br/	Promover o acesso a serviços e produtos em informação com excelência, que acompanhem as transformações tecnológicas, sociais e culturais, para atender as necessidades e expectativas da UFG em sua estrutura multicampi.	Ser um sistema de bibliotecas consolidado regionalmente até 2017.	Não	https://bc.ufg.br/p/990-missao-visao	27/04/2016
	Mato Grosso	Cuiabá	3	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	Biblioteca Central	http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=biblioteca	Não localizado	A Biblioteca Central da UFMT tem como objetivo principal servir como suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição, mantendo serviços de consulta e empréstimo de livros, orientação aos usuários no uso dos recursos informacionais internos e externos, além de levantamentos bibliográficos, entre outros.	Não	http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/?l=BIBLIOTECA	27/04/2016
	Mato Grosso do Sul	Dourados	4	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Biblioteca Central da UFGD	http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca	Não localizado	A Biblioteca Central da UFGD tem por finalidade promover o acesso a materiais bibliográficos e audiovisuais, contribuindo para a geração da informação, constituindo-se no órgão que atua diretamente no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. É de livre acesso e destina-se à comunidade universitária e ao público em geral para consulta no local.	Não	http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/BIBLIOTECA/Regulamento%20Biblioteca%20Central%20da%20UFGD.pdf	27/04/2016
		Campo Grande		5	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	Biblioteca Central	http://biblioteca.sites.ufms.br/	Não localizado	Não localizado	Não	

Região	Estado	Local	Item	Universidade	Sigla	Sistema/Biblioteca	Página eletrônica do Sistema/Biblioteca	Missão	Visão/Outros	Questões ambientais	Página eletrônica Missão/Visão/Outros	Data da consulta	
Norte	Acre	Rio Branco	6	Universidade Federal do Acre	UFAC	Biblioteca Central	http://www.ufac.br/porta/unidades-administrativas/orgaos-complementares/biblioteca-central	Não localizado	Compete solicitar, registrar, selecionar, tratar tecnicamente, organizar e disponibilizar a informação e serviços para atender às necessidades das atividades dos programas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. É Dirigida por profissional credenciado na área de Biblioteconomia e Documentação.	Não	http://www.ufac.br/porta/unidades-administrativas/orgaos-complementares/biblioteca-central	28/04/2016	
	Amapá	Macapá	7	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	Biblioteca	http://www2.unifap.br/biblioteca/	Não localizado	Não localizado	Não		28/04/2016	
	Amazonas	Manaus	8	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Sistema de Bibliotecas	http://biblioteca.ufam.edu.br/	Cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.	Reconhecimento da excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social; Servidores capacitados, valorizados e comprometidos com a missão; Infra estrutura adequada para missão; Gerenciamento eficaz apoiado por informações dos processos administrativos, acadêmicos e técnicos.	Sim	http://biblioteca.ufam.edu.br/index.php/sobre-sistebib/missao	28/04/2016	
	Pará	Belém	Belém	9	Universidade Federal do Pará	UFPA	Sistema de Bibliotecas	http://bc.ufpa.br/site/	Prover e disseminar informação à comunidade universitária de modo presencial e em meio a rede, contribuir para a formação profissional e para o espírito de cidadania.	Referência em gestão da informação e disseminação do conhecimento na Região Amazônica.	Não	http://bc.ufpa.br/site/index.php/historico	30/04/2016
				10	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	Biblioteca Central	http://www.portalbiblioteca.ufra.edu.br/	Não localizado	Não localizado	Não		30/04/2016
		Santarém	Santarém	11	Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará	UNIFESSPA	Não foram encontradas informações sobre biblioteca						01/05/2016
				12	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	Sistema de Bibliotecas	http://www.ufopa.edu.br/institucional/suplementares/sistema-de-biblioteca-da-ufopa/biblioteca	Atender a comunidade acadêmica com qualidade, prestando serviço eficiente e eficaz de acesso à informação, visando à produção e a disseminação do conhecimento técnico-científico e cultural para o desenvolvimento da Amazônia.	Ser referência no gerenciamento e disseminação da informação técnico-científica e cultural para o desenvolvimento da sociedade.	Sim	http://www.ufopa.edu.br/institucional/suplementares/sistema-de-biblioteca-da-ufopa/biblioteca	28/04/2016
	Rondônia	Porto Velho	13	Fundação Universidade Federal de Rondônia	FUFRR	Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires	http://www.bibliotecacentral.unir.br/	Não localizado	Não localizado	Não		27/04/2016	
	Roraima	Boa Vista	14	Universidade Federal de Roraima	UFRR	Bibliotecas	http://www.bc.ufrr.br/	Não localizado	Não localizado	Não		27/04/2016	
	Tocantins	Palmas	15	Universidade Federal do Tocantins	UFT	Sistema de Bibliotecas	http://www1.uft.edu.br/index.php/sistema-de-bibliotecas-sisbib	Não localizado	A finalidade do Sisbib é oferecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade à comunidade acadêmica e ao público em geral.	Não	http://www1.uft.edu.br/index.php/sistema-de-bibliotecas-sisbib	30/04/2016	

Região	Estado	Local	Item	Universidade	Sigla	Sistema/Biblioteca	Página eletrônica do Sistema/Biblioteca	Missão	Visão/Outros	Questões ambientais	Página eletrônica Missão/Visão/Outros	Data da consulta	
Nordeste	Alagoas	Maceió	16	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Sistema de Bibliotecas	http://www.sibi.ufal.br/	Não localizado	O SIBI/UFAL objetiva a integração de suas bibliotecas à política educacional, científica e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação que atendem às exigências de relevância e rapidez.	Não	http://www.sibi.ufal.br/regimento_interno_sibi_ufal.pdf	27/04/2016	
	Bahia	Barreiras	17	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	Biblioteca	http://www.ufob.edu.br/index.php/servicos/biblioteca	Não localizado	Não localizado	Não		28/04/2016	
		Cruz das Almas	18	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	Biblioteca Universitária de Cruz das Almas	http://www1.ufpb.edu.br/biblioteca/	Não localizado	Não localizado	Não		30/04/2016	
		Itabuna	19	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	Não foram encontradas informações sobre biblioteca							
		Salvador	20	Universidade Federal da Bahia	UFB	Sistema Universitário de Bibliotecas	http://www.sibi.ufba.br	Promover e disseminar o acesso à informação, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade universitária da Universidade Federal da Bahia.		Não	http://www.sibi.ufba.br/apresentacao	27/04/2016	
	Ceará	Fortaleza	21	Universidade Federal do Ceará	UFC	Biblioteca Universitária	http://www.biblioteca.ufc.br/	Organizar, preservar e disseminar a informação para a produção do conhecimento, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da Universidade Federal do Ceará, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento da Instituição e da sociedade.	Ser reconhecida como biblioteca de excelência na gestão da informação e na prestação de serviços para a comunidade universitária e sociedade em geral, tornando-se referência no Estado do Ceará, na Região Nordeste e no Brasil até 2016.	Não	http://www.biblioteca.ufc.br/sobre-a-bu/1088-missao-visao-e-valores	28/04/2016	
		Juazeiro do Norte	22	Universidade Federal do Cariri	UFCA	Sistema de Bibliotecas	https://www.ufca.edu.br/portais/sibi	Oferecer suporte informacional à comunidade acadêmica da UFCA, promovendo o acesso, recuperação e disseminação da informação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, colaborando para o desenvolvimento da sociedade.	Não localizado	Não	https://www.ufca.edu.br/portais/sibi	28/04/2016	
		Redenção	23	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	Sistema de Bibliotecas	http://www.unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab	Não localizado	Não localizado	Não		30/04/2016	
	Maranhão	São Luiz	24	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Núcleo Integrado de Bibliotecas	http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/biblioteca.jsf	Promover o acesso ao conhecimento através da preservação, recuperação e difusão da informação, oferecendo suporte ao ensino, pesquisa e extensão.	Não localizado	Não	http://portais.ufma.br/PortalUnidade/nib/paginas/pagina_estatica.jsf?id=125	28/04/2016	
	Paraíba	João Pessoa	25	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Biblioteca Central	http://www.biblioteca.ufpb.br/	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.		Não	http://www.biblioteca.ufpb.br/?a=apresentacao	27/04/2016	
		Campina Grande	26	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG		http://biblioteca.ufcg.edu.br/acervo/						
	Pernambuco	Petrolina	27	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	Sistema Integrado de Bibliotecas	http://www.graduacao.univasf.edu.br/sibi/	Não localizado	São objetivos do SIBI: I. coordenar e supervisionar suas atividades técnicas; II. padronizar os serviços oferecidos à comunidade acadêmica da Universidade; III. auxiliar no processo de aquisição dos recursos de informação disponíveis na Universidade, bem como sua organização e divulgação; V. manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, visando enriquecimento e diversidade do acervo.	Não	http://www.graduacao.univasf.edu.br/sibi/arquivos/Regulamento%20SIBI.pdf	30/04/2016	
		Recife	28	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Sistema Integrado de Bibliotecas	https://www.ufpe.br/sib/	Contribuir para a construção e preservação do conhecimento científico, tecnológico e cultural, promovendo o acesso e ampla disseminação da informação em seus diversos suportes, em apoio ao ensino, pesquisa e extensão da UFPE.	Ser referência nacional em serviços informacionais no âmbito das bibliotecas universitárias federais até 2016.	Não	http://estudante.ufpe.br/biblioteca/	27/04/2016	
		Recife	29	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Sistema Integrado de Bibliotecas	http://www.br.ufpe.br/	Não localizado	Não localizado	Não		30/04/2016	
	Piauí	Teresina	30	Universidade Federal do Piauí	UFPI	Biblioteca	http://leg.ufpi.br/bccbf/	Não localizado	Não localizado	Não		30/04/2016	
	Rio Grande do Norte	Mossoró	31	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	Não foi possível acessar o site	https://bibliotecas.ufersa.edu.br/httpsufersa-by2-digitalpages-com-bruserssign_in/					30/04/2016	
Natal		32	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Sistema de Bibliotecas	http://www.sistemas.ufrrn.br/portais/PT/servicos/bibliotecas/8_VySvniArJdg	Promover acesso à informação e oferecer suporte necessário ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFRN	Não localizado	Não	http://www.sistemas.ufrrn.br/portais/PT/servicos/bibliotecas/8_VySvniArJdg	30/04/2016		
				Universidade	UFS	Bibliotecas	http://bibliotecas.ufs.br/	Gerenciar e disponibilizar informações	Não localizado	Não	http://bibliotecas.ufs.br/pagina/miss-736.html	28/04/2016	

Região	Estado	Local	Item	Universidade	Sigla	Sistema/Biblioteca	Página eletrônica do Sistema/Biblioteca	Missão	Visão/Outros	Questões ambientais	Página eletrônica Missão/Visão/Outros	Data da consulta
Sudeste I	Espírito Santo	Vitória	34	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Sistema Integrado de Bibliotecas	http://www.ufes.br/sistema-integrado-de-bibliotecas	Não localizado	Não localizado	Não		28/04/2016
	Minas Gerais	Alfenas	35	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	Bibliotecas	http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/	Não localizado	Não localizado	Não		27/04/2016
		Belo Horizonte	36	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Sistema de Bibliotecas	https://www.ufmg.br/biblioteca/	Prestar serviços de informação técnico-científica que ultrapassem as expectativas da comunidade acadêmica, sustentando e colaborando com a UFMG para que ela permaneça entre as mais bem conceituadas universidades do país.	Aprimorar cada vez mais os produtos e serviços visando atingir um patamar de excelência no suporte informacional e disseminação do conhecimento à comunidade acadêmica e à sociedade, proporcionando atendimento de qualidade condizente com os anseios dos cidadãos.	Não	https://www.bu.ufmg.br/bu/index.php/sobre-o-sistema/missao	27/04/2016
		Diamantina	37	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Sistema de Bibliotecas	http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/	A missão do Sistema de Bibliotecas é prover o acesso e uso da informação de forma eficiente e eficaz, subsidiando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a educação universitária e formação profissional do indivíduo, para que o conhecimento adquirido seja aplicado no desenvolvimento da sociedade.	Não localizado	Não	http://www.ufvjm.edu.br/biblioteca/apresentacao.html	30/04/2016
		Itajubá	38	Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	Biblioteca Mauá	http://www.unifei.edu.br/academico/bibliotecas/biblioteca_maua	A missão da Biblioteca é contribuir na geração do conhecimento, preservar e disseminar a informação, em consonância com a missão da UNIFEI.	Não localizado	Não	http://www.unifei.edu.br/academico/bibliotecas/biblioteca_maua	27/04/2016
		Juiz de Fora	39	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Biblioteca Universitária	http://www.ufjf.br/biblioteca/	A missão é centralizar e coordenar os serviços e produtos informacionais das bibliotecas da UFJF, tendo como finalidade reunir, organizar e difundir a informação documental necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.	Não localizado	Não	http://www.ufjf.br/biblioteca/	27/04/2016
		Lavras	40	Universidade Federal de Lavras	UFLA	Biblioteca Universitária	http://www.biblioteca.ufla.br/	Não localizado	A Biblioteca Universitária destina-se a disponibilizar recursos bibliográficos, informacionais, tecnológicos e acesso à informação, especialmente, ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da UFLA, para efeito das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Não	http://www.biblioteca.ufla.br/wordpress/wp-content/uploads/REGULAMENTO-FINAL_aprovado-Comiss%C3%A3o-T%C3%A9cnica-02.12.15.pdf	27/04/2016
		Ouro Preto	41	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Sistema de Bibliotecas e Informação	http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/	Não localizado	Não localizado	Não		27/04/2016
		São João Del Rey	42	Universidade Federal de São João Del Rey	UFSJ	Divisão de Biblioteca	http://www.dibib.ufsj.edu.br/site/	Não localizado	Finalidade promover a aquisição, organização, conservação e disseminação da informação à comunidade universitária, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão e reunir, organizar, manter e divulgar a produção intelectual da Universidade.	Não	http://www.dibib.ufsj.edu.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=53	28/04/2016
		Uberaba	43	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	Biblioteca	http://www.ufmg.edu.br/paginas/biblioteca/cod/1/1/A/PRESENTACAO	Viabilizar o acesso à informação através de seu acervo e estrutura, prestar serviços de informação técnico-científica e contribuir para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.	Tornar-se um centro de excelência no armazenamento, preservação e disseminação de conhecimentos e informações técnico-científicas, usando tecnologias de ponta.	Não	http://www.ufmg.edu.br/upload/biblioteca/REGULAMENTO_INT_ERNO_BIBLIOTECA.pdf	30/04/2016
		Uberlândia	44	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Sistema de Bibliotecas	http://www.bibliotecas.ufu.br/	Promover o acesso à informação, por meio de produtos, serviços e difusão da produção intelectual da Universidade Federal de Uberlândia, em contribuição ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, acompanhando as mudanças tecnológicas, culturais e sociais.	Ser referência regional, nacional e internacional na gestão da informação e do conhecimento, com padrão de excelência no atendimento às necessidades da Universidade Federal de Uberlândia, na valorização das relações humanas e na promoção do desenvolvimento sustentável e tecnológico.	Sim	http://www.bibliotecas.ufu.br/missao	28/04/2016
	Viçosa	45	Universidade Federal de Viçosa	UFV	Biblioteca Central	http://www.ufv.br/	Não localizado	A Biblioteca Central tem por objetivos a aquisição, o armazenamento, a organização, a recuperação e os serviços de documentação, informação e disseminação bibliográficas.	Não	http://www.ufv.br/	28/04/2016	

Região	Estado	Local	Item	Universidade	Sigla	Sistema/Biblioteca	Página eletrônica do Sistema/Biblioteca	Missão	Visão/Outros	Questões ambientais	Página eletrônica Missão/Visão/Outros	Data da consulta
Sudeste II	Rio de Janeiro	Niteroi	46	Universidade Federal Fluminense	UFF	Superintendência de Documentação	http://www.ndc.uff.br/	Organizar, preservar e dar acesso a informação fornecendo produtos e serviços que apoiem as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade.	Buscar a excelência no atendimento utilizando ferramentas para a satisfação das necessidades informacionais dos usuários.	Não	http://www.ndc.uff.br/content/institucional	30/04/2016
		Rio de Janeiro	47	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Sistema de Bibliotecas	http://www.biblioteca.unirio.br/	Fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional da Universidade, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo o acesso e a preservação dessa informação, esteja ela registrada em qualquer tipo de suporte.	Não localizado	Não	http://www.biblioteca.unirio.br/historia/missao	28/04/2016
			48	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Sistema de Bibliotecas e Informação	http://www.sibi.ufrj.br/	Não localizado	É finalidade do SIBI coordenar ações que visem integrar as bibliotecas à realidade educacional e administrativa da universidade. De forma geral, implementamos políticas de planejamento, fomento à pesquisa, gerenciamento de tecnologias e desenvolvimento de acervos e serviços de informação.	Não	http://www.sibi.ufrj.br/sobre-o-sibi.htm	30/04/2016
		Seropédica	49	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Biblioteca	http://institucional.ufrrj.br/biblioteca/	Não localizado	Objetivo e finalidade: Desenvolver programa de atividades de prestação de serviços ao corpo discente, docente, pesquisadores em geral, pessoal administrativo e funcionários da Universidade, através de informações contidas em material bibliográfico pertencente ao acervo da Biblioteca ou de outras Instituições congêneres.	Não	http://institucional.ufrrj.br/biblioteca/files/2016/02/estatuto.pdf	30/04/2016
	São Paulo	São Carlos	50	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Biblioteca Comunitária	http://www.bco.ufscar.br/	A Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos tem como missão contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de todo cidadão por meio do livre acesso ao seu espaço físico e virtual, do treinamento e formação, da participação em eventos e da constante oferta de novos produtos e serviços.	A Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos tem como visão de futuro ser uma referência nacional no apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de cada cidadão.	Não	http://www.bco.ufscar.br/a-bco/apresentacao	28/04/2016
		Santo André	51	Universidade Federal do ABC	UFABC	Sistema de Bibliotecas	http://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/	A finalidade do Sistema de Bibliotecas da UFABC é fornecer informações técnico-científicas à comunidade acadêmica, por meio de seus acervos e instalações, servindo como suporte aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e possibilitando o acesso à informação, tanto armazenada quanto gerada pela Universidade, à comunidade científica do país.	Não localizado	Não	http://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/images/Publicacoes/REGULAMENTO%20DA%20BIBLIOTECA%20DA%20UFABC%20-%20Vers%C3%A3o%2010jul2014.pdf	28/04/2016
		São Paulo	52	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Coordenadoria da Rede de Bibliotecas	http://www.unifesp.br/institucional/conselho-universitario-consu/coordenadoria-da-rede-de-bibliotecas	Consolidar as bibliotecas como Recurso Educacional para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão da universidade e proporcionar uma efetiva interação com o meio acadêmico e instituições congêneres nacionais e internacionais.	Não localizado	Não	http://www.unifesp.br/institucional/conselho-universitario-consu/coordenadoria-da-rede-de-bibliotecas	28/04/2016

APÊNDICE B - Proposta de intervenção para aplicação da sustentabilidade na Biblioteca Central Santa Mônica da UFU/MG

RESUMO

Bibliotecas são espaços para organização do conhecimento, guarda da cultura e preservação histórica dos povos e nações. Diante de todo contexto representativo no qual as bibliotecas estão envolvidas podemos dizer que as mesmas são imprescindíveis para desenvolvimento social, cultural e ambiental das comunidades onde estão inseridas. Esta proposta objetiva: Propor ações sustentáveis que poderão proporcionar à BCMON um ambiente de estudo e de trabalho participativo, inclusivo, acessível e ambientalmente engajado; Estabelecer a educação ambiental na BCMON; Tornar os servidores e usuários ambientalmente envolvidos; Promover a sustentabilidade na BCMON; Aplicar a sustentabilidade social na BCMON; Aplicar a sustentabilidade econômica na BCMON; Aplicar a sustentabilidade ambiental na BCMON e Construir um projeto de intervenção para a BCMON. A metodologia envolverá o diálogo e a participação serão o ponto de partida para a definição da proposta final, inicialmente serão realizadas reuniões com a equipe do SISBI/UFU e representantes da comunidade universitária e vários segmentos que poderão ser parceiros no desenvolvimento do projeto. Será realizado levantamento bibliográfico relacionado à temática sustentabilidade ambiental e bibliotecas sustentáveis para definição das melhores práticas. Pode-se constatar que a grande maioria das bibliotecas não aborda diretamente o desenvolvimento sustentável em suas atividades, a sustentabilidade social e econômica é sutilmente aplicada, por meio do acesso à informação, da inclusão social e digital e do retorno, aos investimentos recebidos, à sociedade na oferta de produtos e serviços. Porém, o cuidado com o meio ambiente e a prática da educação ambiental ainda são objetos de desatenção. A construção de um projeto de intervenção para a promoção da sustentabilidade na BCMOM, que terá como ponto de partida o diálogo em busca da conscientização ambiental e da participação de toda equipe e comunidades interna e externa de forma voluntária, democrática e autônoma.

Palavras-Chave: Educação ambiental crítica. Bibliotecas universitárias. Desenvolvimento sustentável. Bibliotecas sustentáveis.

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Central Santa Mônica (BCMON) está entre as oito bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia/MG (SISBI/UFU). Como o próprio nome já a caracteriza, a BCMON é a biblioteca central que concentra toda a administração superior do SISBI/UFU, serviços de seleção, aquisição, catalogação e classificação de todo acervo das bibliotecas. Atualmente, 2017, a biblioteca apresenta algumas iniciativas direcionadas para a sustentabilidade social, econômica e ambiental, porém estas ações podem ser fortalecidas, ampliadas e divulgadas para conquistar o apoio de toda comunidade.

Pensar o futuro das bibliotecas é um compromisso do bibliotecário que vai além da disseminação da informação, também é preciso se comprometer com a sociedade e a sua realidade. A proposta tem os seguintes objetivos:

- d) Propor ações sustentáveis que poderão proporcionar à BCMON um ambiente de estudo e de trabalho participativo, inclusivo, acessível e ambientalmente engajado;
- e) Estabelecer a educação ambiental na BCMON;
- f) Tornar os servidores e usuários ambientalmente envolvidos;
- g) Promover a sustentabilidade na BCMON;
- h) Aplicar a sustentabilidade social na BCMON;
- i) Aplicar a sustentabilidade econômica na BCMON;
- j) Aplicar a sustentabilidade ambiental na BCMON;
- k) Construir um projeto de intervenção para a BCMON.

As ações de sustentabilidade devem ser implantadas na BCMON considerando o grande valor social e institucional que a mesma representam para a comunidade acadêmica e comunidade externa, de Uberlândia/MG e região.

2 JUSTIFICATIVA

Analisando a situação da BCMON relacionadas ao tripé sustentável, sustentabilidade social, econômica e ambiental, podemos constatar que em relação à sustentabilidade social, a estrutura física da BCMON possui algumas barreiras arquitetônicas, não sendo favorável à acessibilidade. O acesso aos pavimentos superiores por pessoas com deficiência é possibilitado apenas por meio de um

elevador que na impossibilidade de uso do mesmo a circulação é prejudicada, pois a biblioteca não possui rampas. Outro dificultador de circulação é a ausência de sinalização tátil e visual. Observamos também outras iniciativas necessárias como a formação continuada de servidores para o atendimento às pessoas com deficiência, a disponibilização dos recursos de acesso à informação em maior quantidade e os softwares instalados em todos os computadores, bem como a disponibilização de um local específico para melhor acolher e ampliar a possibilidade de novos serviços.

A sustentabilidade econômica se justifica por meio do investimento financeiro aplicado diretamente para manutenção das necessidades essenciais da biblioteca, o mesmo é compensado mediante a concessão de produtos e serviços à comunidade interna e externa, desta maneira identificamos as características da sustentabilidade econômica exercida pela BCMON. Devemos considerar que quanto maior o investimento maior a possibilidade de ampliação e de criação de produtos e serviços, ampliando a abrangência e a qualidade dos mesmos.

As ações de sustentabilidade ambiental até então, 2017, adotadas foram criadas para promover a conscientização ambiental, o consumo sustentável e a diminuição de gastos com materiais de manutenção e escritório. Estas ações envolveram a implantação do SIGAMI, a normatização do recebimento e do desfazimento de material informacional, o recolhimento de lâmpadas inservíveis, a distribuição de canecas, o envio de recibos de empréstimo por e-mail, a disponibilização de equipamentos de reprografia sem custos, distribuição de papel para rascunho, a campanha “Asas do Silêncio” nas dependências da BCMON e coleta de pilhas e baterias. Não é possível implantar projetos de sustentabilidade ambiental sem o envolvimento da equipe e o estabelecimento de parcerias com os demais órgãos da instituição, pois o resultado final será sempre satisfatório com a dedicação e o conhecimento que é pertinente a cada um em sua respectiva competência.

As iniciativas citadas estão bastante aquém das possibilidades e das necessidades de tornar a BCMON um ambiente de convívio sustentável, com o oferecimento de produtos e serviços que evitem o impacto ambiental no presente e no futuro. Embora conscientes do seu compromisso social, cultural, econômico e ambiental, nem todas as bibliotecas estão preparadas para assumir tal responsabilidade. O conhecimento das melhores práticas e ações em prol da sustentabilidade é relevante instrumento de apoio para os servidores.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Indicar algumas ações sustentáveis que poderão tornar a Biblioteca Central Santa Mônica um ambiente de estudo e de trabalho participativo, inclusivo, acessível e ambientalmente engajado.

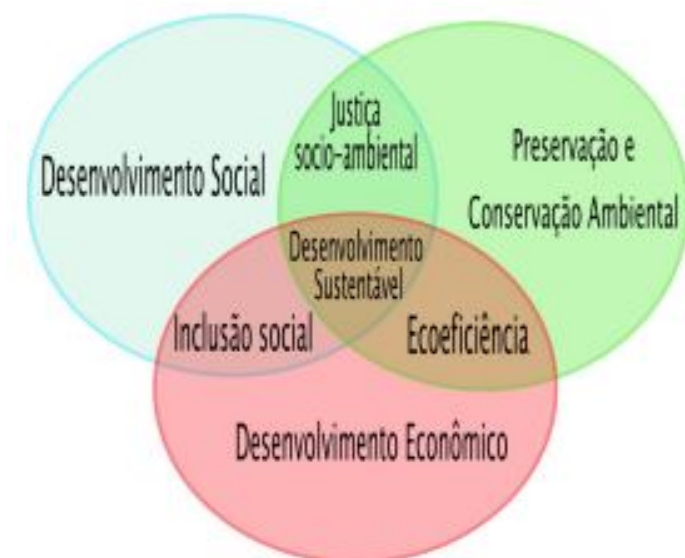
3.2 Objetivos específicos

- a) Estabelecer a educação ambiental na BCMON;
- b) Tornar os servidores e usuários ambientalmente envolvidos;
- c) Promover a sustentabilidade na BCMON;
- d) Aplicar a sustentabilidade social na BCMON;
- e) Aplicar a sustentabilidade econômica na BCMON;
- f) Aplicar a sustentabilidade ambiental na BCMON;
- g) Construir um projeto de intervenção para a BCMON.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A sociedade deve se desenvolver economicamente e socialmente em harmonia com o meio ambiente. Barbosa, em 2008, apresentou um desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme a figura 1.

Figura 1 – Desenho esquemático relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.



Fonte: (BARBOSA, 2008, p. 5)

Kelly e Ratcliffe (2004) afirmam que essencialmente, o desenvolvimento sustentável é multidimensional, ou seja, apresenta várias facetas e vários pontos de vista, o DS também incorpora diferentes aspectos da vida, buscando a proteção do ambiente e manutenção da sua capacidade natural, para alcançar a prosperidade econômica e a equidade para as gerações atuais e futuras.

As bibliotecas não são instituições meramente responsáveis pela guarda e disponibilização de livros, estas devem se encarregar também pela formação da população por meio da disponibilização da informação em seus variados formatos, bem como por estar no centro educacional das instituições as quais estão inseridas devem agir de forma paradigmática. Para promover a formação de indivíduos informados, conscientes e participantes, as bibliotecas devem oferecer um ambiente propício e favorável para despertar o conhecimento. Os autores abaixo alertam para essa necessidade

O ser humano é fonte inesgotável de inovação, porém para que consiga acessar sua criatividade, seu potencial natural, necessita um ambiente adequado. Surge então o tema da sustentabilidade: não se pode avançar no desenvolvimento sem *preservar* e *desenvolver* o ambiente, entendido aqui como micro e macroambiente, isto é, o ambiente de contato imediato do sujeito (a empresa) e ambiente de contato social (o local onde a empresa está inserida) (SCHUTEL; MORO; WAZLAWICK, 2010, p. 1).

Conservar o meio em que se vive tornou-se uma das principais atribuições sociais de todo ser humano. Esta afirmação enfatiza o papel da humanidade em modificar sustentavelmente o ambiente em que o mesmo está inserido.

A Biblioteca e os profissionais da informação que nela trabalham passam a ter uma responsabilidade social, tanto geradores do conhecimento, como facilitadores e disseminadores da informação para que dela possam se beneficiar, percebida pela organização como um instrumento que dispõe para exercer sua função de cidadania e desenvolvimento social (SILVA et al., 2012, p. 5).

Crestana et al. (2013, p. 1) sustenta que “tornou-se pressuposto da qualidade para as bibliotecas universitárias, assim como para outras empresas públicas e privadas, a adoção de ações de responsabilidade socioambiental, para atender a demanda com padrões de excelência nos serviços oferecidos e no cumprimento da missão destas instituições.”.

Por meio da orientação e informação a educação ambiental é uma das formas de disseminar e difundir o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a consciência ambiental. As pessoas precisam ser alfabetizadas para viver e sobreviver em um mundo que requer mais resiliência de todos e principalmente sabedoria para tratar e enfrentar os problemas de convivência e respeito ao próximo.

É urgente e necessário que aconteçam mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos sujeitos e da sociedade. A educação é um dos meios que podem alcançar estes objetivos, por isso, a Educação Ambiental como um novo processo educacional.

A educação ambiental é um dos caminhos para a mudança, para a conscientização e para tornar a sociedade melhor e mais comprometida em cuidar do mundo em que vive. Para incentivar esta ótica é necessário o movimento das autoridades e educadores em prol da reforma dos processos e sistemas educacionais que estabeleçam diretrizes concretas, novos rumos para um desenvolvimento que seja sustentável.

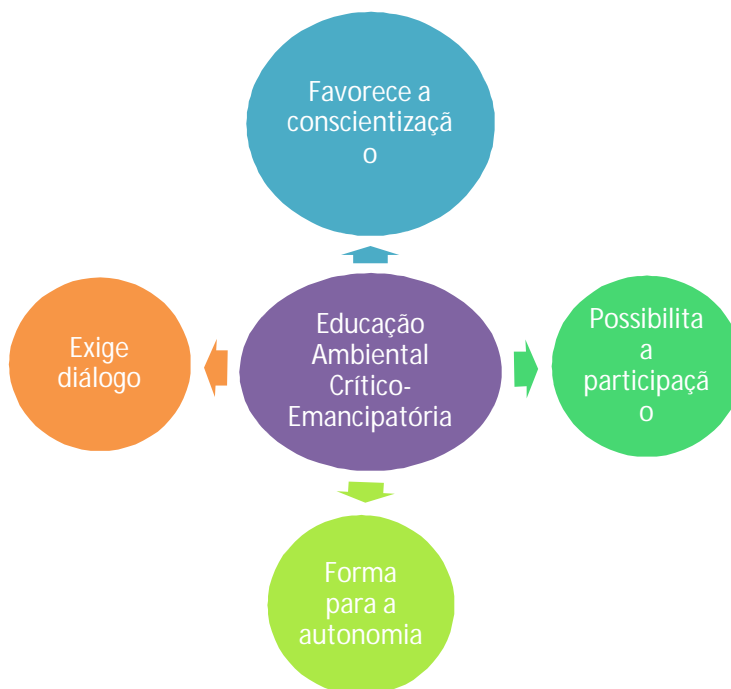
Dias (2004, p. 100) “acredita que a Educação Ambiental seja um processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade.”.

Em uma perspectiva de humanização, de uma ética humana e ambiental, é que se pretende desenvolver a presente proposta, com a possibilidade de construção de uma educação ambiental em uma biblioteca sustentável, fundamentada no

pensamento e na obra de Paulo Freire. Para isso, foi construída uma trama com os conceitos: conscientização, participação, autonomia e diálogo.

Na direção desse pensamento, apresenta-se na figura 4 a trama conceitual que orienta e fundamenta esta proposta:

Figura 2 - Trama Conceitual



Fonte: A autora (2017).

O sujeito de posse de autonomia deve estar consciente do seu poder de modificar o ambiente em que vive, do quão importante é a liberdade de participar de mudanças que promovam principalmente o bem-estar de todos, bem como assumir as consequências da autonomia que deve ser utilizada com responsabilidade. Devidamente compreendidos, os princípios e conceitos freireanos, serão fundamentais para respaldar o tripé do desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade social, econômica e Ambiental.

5 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PARA A BCMON

As sugestões iniciais serão dialogadas com a equipe do SISBI/UFU, parceiros institucionais e poderão ser ajustadas, excluídas ou ampliadas:

- a) divulgar na página eletrônica do SISBI/UFU as ações sustentáveis já realizadas pelo SISBI/UFU;

- b) criar o Programa de Sustentabilidade SISBI/UFU e instituir uma Comissão Programa de Sustentabilidade SISBI/UFU com objetivo de implantar a responsabilidade socioambiental na BCMON e realizar a gestão ambiental, com ações que envolvam:
- ✓ formar servidores em uma perspectiva conscientizadora;
 - ✓ divulgar o programa e as ações sustentáveis estabelecidas;
 - ✓ dialogar e incentivar a participação da comunidade interna e externa acolhendo sugestões de melhoria do programa;
 - ✓ organizar eventos;
 - ✓ executar e estabelecer parcerias e políticas, promovendo a participação de todos os interessados em contribuir com o projeto;
- c) implantar a política dos 5R's, que deve priorizar a redução do consumo e o reaproveitamento de materiais:
- ✓ Repensar: despertar a consciência ambiental no ser humano e repensar os hábitos de consumo;
 - ✓ Reduzir: diminuir a quantidade de lixo produzido, consumir apenas o necessário, priorizar os produtos com maior durabilidade;
 - ✓ Reaproveitar: utilizar novamente, dar nova utilidade aos materiais;
 - ✓ Reciclar: transformar materiais considerados inservíveis em novos produtos, reduzindo resíduos;
 - ✓ Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos: utilizar apenas produtos certificados ambientalmente e que não agredem o meio ambiente, não recicláveis.

Estas condutas reduzem os gastos no tratamento do lixo, a extração de recursos naturais, a quantidade de resíduos nos aterros, o uso de energia elétrica nas indústrias e prestigia as cooperativas de catadores, recicladores, entre outros;

- d) implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)¹¹⁵, a A3P tem como objetivo de incorporar o programa de sustentabilidade na Administração Pública, por meio da implantação de princípios da responsabilidade socioambiental, estimulando mudanças de rotinas na administração pública, como modificação nos investimentos, compras e

¹¹⁵ Cf. http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/10_12_22_16_43_26_cartilha_a3p.pdf

contratações de serviços pelo governo, sensibilização e capacitação dos servidores, gestão adequada de recursos naturais utilizados e resíduos gerados e a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A agenda é um projeto, criado em 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2002 recebeu da UNESCO o prêmio O Melhor dos exemplos, demonstrando a reconhecimento da sua importância na área ambiental. A mesma foi estruturada em 5 eixos temáticos, conforme demonstrados na figura 3:

Figura 3 – 5 eixos temáticos prioritários da A3P



Fonte: (BRASIL, 2009, p. 36)

É necessário comprometimento e envolvimento institucional para a implantação da agenda, os passos para implantação envolvem: criar e regulamentar a Comissão Gestora da A3P; Realizar diagnóstico ambiental; Desenvolver projetos e atividades; Mobilização e sensibilização; Avaliação e acompanhamento.

- e) obter certificação ambiental para construções das novas bibliotecas: é sabido que é necessário a construção de novos prédios para abrigar algumas bibliotecas da UFU, atualmente, 2017, as únicas bibliotecas que estão em prédios definitivos são a Biblioteca Central Santa Mônica e a Setorial Umuarama. Desta forma, há demanda de construção de pelo menos 6 edificações.

Como sugestão também apontamos a contratação de profissionais com *expertise* neste tipo de construção e se necessário uma empresa de consultoria na área;

- f) implantar novas ações e ampliar as existentes: desenvolver parcerias com demais órgãos da instituição para o desenvolvimento de projetos de implantação de ações sustentáveis, incluindo substituição de mobiliários e equipamentos e adequação da estrutura física, elétrica e hidráulica;
- g) mensurar o impacto das ações sustentáveis: efetuar o gerenciamento do impacto das ações sustentáveis adotadas pelo SISBI/UFU, por biblioteca, para aprofundar análise e tomada de decisão;
- h) promover e garantir a formação contínua da equipe;
- i) construir Kits com os usuários que contemplem materiais que contribuam com a conscientização ambiental. Os kits podem incluir: copos ou *squeezes* para serem utilizados em substituição aos copos descartáveis, folders informativos sobre o projeto e a importância da preservação ambiental e como reciclar o lixo e economizar água e energia, entre outros e
- j) criar bazar solidário, o qual voluntários podem doar materiais e equipamentos a serem repassados aos alunos em vulnerabilidade social e/ou econômica devidamente indicados pela Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) da UFU.

Com a implantação das sugestões espera-se que a BCMON e as demais bibliotecas da UFU sejam ambientalmente engajadas, ofereçam retorno à comunidade perante os investimentos financeiros recebidos, bem como sejam promotoras da inclusão social e digital.

6 METODOLOGIA

O diálogo e a participação serão o ponto de partida para a definição da proposta final, inicialmente serão realizadas reuniões com a equipe do SISBI/UFU e representantes da comunidade universitária e vários segmentos que poderão ser parceiros no desenvolvimento do projeto.

Será realizado levantamento bibliográfico relacionado à temática sustentabilidade ambiental e bibliotecas sustentáveis para definição das melhores práticas.

7 CRONOGRAMA

Atividades	2º sem. 2017	1º sem. 2018	2º sem. 2018	1º sem. 2019	2º sem. 2019
Apresentar a proposta inicial para a gestão do SISBI/UFU					
Ajustar a proposta					
Reunir com a comunidade universitária					
Oficializar parcerias					
Realizar pesquisa institucional					
Divulgação do resultado da pesquisa					
Finalizar o projeto de intervenção					
Apresentar o projeto de intervenção para a administração do SISBI/UFU					
Apresentar o projeto de intervenção para a administração da UFU					

8 RECURSOS NECESSÁRIOS

Não serão necessários recursos financeiros para construção do projeto de intervenção.

9 RESULTADOS ESPERADOS

Por meio da educação ambiental, envolver e conscientizar a comunidade universitária em relação à relevância de implantar a sustentabilidade social, econômica e ambiental na BCMON.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, p. 1–11, jun. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: MMA, 2009. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P_.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CRESTANA, M. F. et al. Programa de sustentabilidade como estratégia na biblioteca universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em:

<<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1591/1592>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

KELLY, R.; RATCLIFFE, J. Futures Thinking to Achieve Sustainable Development at Local Level in Ireland. **Foresight**, v. 6, n. 2, p. 80–90, 2004.

SCHUTEL, S.; MORO, A. M. M.; WAZLAWICK, P. A sustentabilidade como resultado da gestão empresarial fundamentada na responsabilidade social. **Revista INGEPRO**, v. 2, n. 3, p. 1–11, mar. 2010.

SILVA, A. M. N. H. et al. Educando para práticas sustentáveis em uma biblioteca universitária: o caso da biblioteca do UNIPÊ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 17., 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/9654921-Educando-para-praticas-sustentaveis-em-uma-biblioteca-universitaria-o-caso-da-biblioteca-do-unipe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

ANEXO A – Plataforma Brasil – Parecer Consubstanciado do CEP



UNIVERSIDADE CAMILO
CASTELO BRANCO -
UNICASTELO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Avaliação da Sustentabilidade Ambiental na Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia

Pesquisador: Kelma Patrícia de Souza

Área Temática:

Versão: 1

CAA E: 63136416.8.0000.5494

Instituição Proponente: Universidade Camilo Castelo Branco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.903.629

Apresentação do Projeto:

O projeto tem como proposta investigar ações de sustentabilidade ambiental adotadas pelas bibliotecas brasileiras.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos adequados

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequados e esclarecidos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para o momento atual.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo de consentimento esclarecido e adequado de acordo com as exigências do CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Especificar o número de sujeitos que irão participar do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado aprovou o parecer do relator ficando o projeto na condição de Aprovado.

Endereço: RUA CAROLINA FONSECA, 554
Bairro: ITAQUERA
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)2070-0167

CEP: 08.230-000

E-mail: comite.etica.sp@unicastelo.edu.br



UNIVERSIDADE CAMILO
CASTELO BRANCO -
UNICASTELO



Continuação do Parecer . 1.202.022

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_814478.pdf	12/12/2016 17:43:52		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Proposta_de_Projeto_Kelma.pdf	12/12/2016 17:42:39	Kelma Patrícia de Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_de_uso_de_dados.pdf	12/12/2016 17:42:11	Kelma Patrícia de Souza	Aceito
T.CLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_Kelma.pdf	12/12/2016 17:41:08	Kelma Patrícia de Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_Kelma.pdf	12/12/2016 17:40:35	Kelma Patrícia de Souza	Aceito
Brochura Pesquisa	BPE_Entrevista_Roteiro.pdf	23/10/2016 11:17:32	Kelma Patrícia de Souza	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	23/10/2016 11:17:10	Kelma Patrícia de Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO PAULO, 01 de Fevereiro de 2017

Assinado por:
SILVIA CRISTINA NUNEZ
(Coordenador)

Endereço: RUA CAROLINA FONSECA, 554
Bairro: ITAGUERA
UF: SP Município: SÃO PAULO

CEP: 08.230-000

Telefone: (11)2070-0167

E-mail: comite.etica.sp@unicastelo.edu.br

ANEXO B – Certificação LEED no Brasil

2017-5-11

Roundcube Webmail - Re: Informações sobre LEED

Assunto **Re: Informações sobre LEED**
 De Marketing GBC Brasil <marketing@gbcbrasil.org.br>
 Para <kelma@ufu.br>
 Data 2016-03-24 11:26

Prezada Kelma, bom dia.

Segue planilha das bibliotecas que buscam a Certificação LEED no Brasil.

Fora do Brasil, há apenas um projeto buscando LEED. No total são 341 projetos no mundo, sendo 246 já certificados.

Nome do Projeto	Cidade	Estado	Sistema	Data Registro	Certif	Data certificação	Nível Certif.	Pontos Certif.
Centro de Cultura Max Feffer	Pardinho	SP	LEED NC	17/06/2008	Yes	20/01/2010	Gold	47
MAR - Museu do Rio de Janeiro	Rio De Janeiro	RJ	LEED NC	27/06/2011	Yes	28/05/2014	Silver	57
Biblioteca Publica Estadual do RJ	Rio De Janeiro	RJ	LEED NC	21/09/2011	Yes	18/11/2014	Gold	65
Centro de Cultura Max Feffer	Pardinho	SP	LEED EB_OM	26/05/2010	No			
Museu da Imagem e do Som	Rio de Janeiro	RJ	LEED NC	09/07/2010	No			
Museu do Amanha	Rio De Janeiro	RJ	LEED NC	20/08/2010	No			
Centro Cultural FGV	Rio De Janeiro	RJ	LEED NC	10/06/2011	No			
Biblioteca Plataforma de Encontro	Itabora	MG	LEED NC	12/08/2014	No			

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

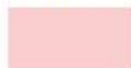
Atenciosamente,
 Equipe GBC Brasil

55 11 4191-7805 / 4195-6267

www.gbcbrasil.org.br

Construindo um Futuro Sustentável

Building a sustainable future



Em 23 de março de 2016 22:50, <kelma@ufu.br> escreveu:



Contato via site GBC

Segue informacoes enviadas Via Site

Nome: **Kelma Patrícia de Souza**

Email: kelma@ufu.br

Telefone: **34 99114-8233**

https://www.mail.ufu.br/?_task=mail&safe=0&uid=3&inbox=INBOX.Recebidos+++&importante&action=print&extwin=1

1/2

2017-5-11

Roundcube Webmail - Re: Informações sobre LEED

CEP: **38408-268**País: **Brasil**Endereço: **Rua Lourdes de Carvalho**Número: **94**

Complemento:

Bairro: **Santa Mônica**Cidade: **Uberlândia**Estado: **MG**Assunto: **Informações sobre LEED**

Mensagem: **Sou bibliotecária e estou iniciando pesquisa para o Curso de Mestrado em Ciências Ambientais, para colaborar com a minha pesquisa eu gostaria de saber quais são as bibliotecas brasileiras e da América Latina de possuem Certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design).**

Receber informações sobre a GBC Brasil:



ANEXO C – Biblioteca Parque Estadual – Certificação LEED



construção civil.

Tecnologia e sustentabilidade na

BIBLIOTECA PARQUE ESTADUAL EM PARCERIA COM A CASA DO FUTURO CONQUISTA CERTIFICAÇÃO LEED OURO

A Biblioteca Parque Estadual foi reaberta em março de 2014, com um projeto de construção mais eficiente e sustentável, com a consultoria da Casa do Futuro. Em função de todas as características sustentáveis do projeto, a **Biblioteca passa a ser a 1ª no Brasil a alcançar a Certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) ouro**, um selo ambiental conquistado por edificações que baseiam projetos e obras nos princípios da sustentabilidade.

Entre algumas características da Biblioteca, podemos ressaltar que o prédio possui produção de energia elétrica proveniente de fontes renováveis e reaproveitamento das águas das chuvas na irrigação, vasos e mictórios. Em termos práticos, a biblioteca verde reduzirá o consumo de energia elétrica em aproximadamente 28%, e o de água em 45%.

Os custos operacionais de um edifício sustentável são reduzidos de forma significativa. Além disso, são minimizados os impactos ambientais associados à geração e consumo de água e energia – afirma a arquiteta Danielle Garcia, da Casa do Futuro.

Segundo a arquiteta da Casa do Futuro, no caso da Biblioteca Parque Estadual, a performance será garantida pela implantação de tecnologias como os painéis fotovoltaicos, que vão gerar uma economia de energia de aproximadamente 50.000 megawatts por ano; o uso de vidros duplos de proteção solar e baixa reflexão, que reduzem em até 52% a entrada de calor; e a instalação de telhados verdes com área total de mais de 2.000 metros quadrados, que vão contribuir para o maior conforto térmico da edificação, além de reduzir o efeito “ilha de calor”, comum em centros urbanos.

Além disso, a madeira do piso do salão principal da biblioteca é certificada FSC, que garante o manejo responsável das florestas. Toda essa tecnologia será devidamente explicada aos cerca de 1,5 milhões de visitantes que passarão pelo prédio de 15 mil metros quadrados a cada ano.

No Rio de Janeiro, são exemplos de grandes projetos que contam com a consultoria da Casa do Futuro na área de sustentabilidade (tanto na fase de projeto quanto na fase de acompanhamento da obra) o Museu do Amanhã e o Museu da Imagem e do Som, o Moinho Fluminense (Porto Maravilha) e as redes de Hotéis ARENA, VENIT e Grand Hyatt, que estão sendo construídos na cidade. Conheça nosso portfólio completo.

Informações para a imprensa:

Leonardo Pessanha – C3 Comunicação

(21) 99603 1717

leonardo@c3comunicacao.com

leonardoc3comunicacao@gmail.com

ANEXO D – Manifesto Contra o Fechamento das Bibliotecas



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

MANIFESTO CONTRA O FECHAMENTO DAS BIBLIOTECAS PARQUES E DEMAIS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e o Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Paraná (SINDIB-PR) vêm, por meio deste Manifesto, ressaltar a importância das Bibliotecas Públicas como equipamentos culturais e informacionais a serviço da população brasileira, em razão dos serviços que prestam à democratização da cultura, da educação, da leitura, da informação e da cidadania. **POR ISSO SÃO EQUIPAMENTOS CULTURAIS QUE NECESSITAM DE APOIO E INVESTIMENTOS PARA NÃO SUCUMBIREM.**

A rede de Bibliotecas Parques do Estado do Rio de Janeiro, implantada no Brasil em 2010, com a inauguração da Biblioteca Parque de Manguinhos, materializa o conceito moderno de que a biblioteca não deve ser apenas um espaço silencioso de leitura, mas um ambiente que no plano operacional não se diferencia dos centros culturais e informacionais.

Concebidas para atuar como uma rede de serviços e convivências de culturas, com amplas condições em termos de acessibilidade e de oportunidades de troca de conhecimentos, informações e de experiências humanas, as Bibliotecas Parques oferecem salas para reuniões, estudo e leitura, espaço infantil e jardim de leitura, onde os seus usuários podem acessar livremente as estantes de livros e a Internet, assistir filmes, ouvir músicas, participar de atividades culturais diversas, ou solicitar o empréstimo de DVDs e livros, entre os muitos exemplares disponíveis em seu acervo (mais de 31mil exemplares só na Biblioteca de Manguinhos).

Estrategicamente localizadas em áreas de risco, essas bibliotecas públicas multifuncionais têm contribuído significativamente para a diminuição da violência, tendo rapidamente se transformado em espaços de práticas socioculturais positivas e edificantes para as pessoas que moram nas comunidades por elas atendidas. **POR ISSO CUMPREM UMA FUNÇÃO IMPORTANTE NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO CRÍTICO E CONSCIENTE DE SEU PAPEL CRIADOR NA SOCIEDADE.**

As Bibliotecas Parques do Rio de Janeiro são um dos poucos exemplos de política pública de sucesso e repercussão positiva junto à sociedade, pois os serviços que a ela prestam justificam cada centavo pago pelo contribuinte, mas a continuidade das suas atividades está seriamente ameaçada. Isto porque, como os jornais e as redes sociais vinham informando, o fechamento das suas portas estava entre as medidas que o Governo do Estado do Rio de Janeiro pretendia adotar para reduzir gastos e estancar a sangria dos cofres públicos.



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

As últimas informações noticiadas nos dão conta de uma realidade ainda mais danosa à cultura, à educação, ao conhecimento, à informação e à leitura em nosso País: além das Bibliotecas Parques, o Governo do Estado do Rio de Janeiro já começou a fechar outras bibliotecas públicas. A QUASE CENTENÁRIA BIBLIOTECA PÚBLICA DE NITERÓI E SEUS GRUPOS DE USUÁRIOS SÃO AS PRIMEIRAS VÍTIMAS.

Nesse contexto, como ficam as esperanças e os projetos de ascensão social e de uma vida mais digna dos grupos de usuários que integram as comunidades atendidas por essas Bibliotecas, por intermédio da cultura, da educação, do conhecimento, da informação, do livro e da leitura? O que acontecerá como os profissionais de todas as áreas da cultura e da educação que trabalham nessas Bibliotecas, que direta e indiretamente dependem dos seus empregos para sustentarem suas famílias?

Ainda que a história nos ensine que em nosso País é prática recorrente os governantes tratarem com desídia o atendimento aos interesses e necessidades da população brasileira, ensinamento sugestivo de que tanto as esperanças e projetos dos grupos de usuários das Bibliotecas Parques e Públicas, quanto às condições de vivência e sobrevivência dos seus empregados podem ser desconsiderados, não podemos ficar só assistindo essas afrontas à cidadania.

Ante o exposto, as entidades que representam a categoria profissional dos Bibliotecários no Brasil – CFB, FEBAB, ABRAINFO, ABECIN, ANCIB e SINDIB-PR – vêm oficializar os seus desacordos com o fechamento das Bibliotecas Parques e Bibliotecas Públicas do Estado do Rio de Janeiro, na expectativa de que as medidas tomadas sejam anuladas e as medidas que estão em processo sejam suspensas, a fim de que os efeitos danosos desses passivos de cultura e de educação não sejam cobrados das futuras gerações de brasileiros.

Brasília, 21 de dezembro de 2016.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul do Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima.

Prof. Dr. Raimundo Martins de Lima
Presidente do CFB
CRB-11/039

ANEXO E – Precificação dos Serviços Informacionais

Serviço		Medida	Preço	Fonte de consulta - Valor	Fórmula
Empréstimo	Livros	Exemplares	R\$ 176,15	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2015)	Σ Valor total dos pedidos de livros nacionais e estrangeiros / Σ Número de exemplares
	DVD	Exemplares	R\$ 90,33	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2014)	Σ Valor total de DVD empenhados / Σ Número de exemplares adquiridos
	CD	Exemplares	R\$ 99,87	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2012)	Σ Valor total de CD empenhados / Σ Número de exemplares adquiridos
	Partituras	Exemplares	R\$ 65,82	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2014)	Σ Valor total de partituras empenhadas / Σ Número de exemplares adquiridos
	Empréstimo Interbibliotecas UFU (EIB)	Exemplares	R\$ 176,15	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2015)	Σ Valor total dos pedidos de livros nacionais e estrangeiros / Σ Número de exemplares
	Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB)	Exemplares	R\$ 176,15	SISBI/UFU: preço médio de livros solicitados (2015)	Σ Valor total dos pedidos de livros nacionais e estrangeiros / Σ Número de exemplares
	Dispositivos móveis	Unidades	R\$ 762,94	SISBI/UFU: preço médio de itens adquiridos (2013)	Σ Valor total de equipamentos empenhados / Σ Número de unidades adquiridos
Consulta	Livros	Exemplares	R\$ 176,15	SISBI/UFU: preço médio de livros solicitados (2015)	Σ Valor total dos pedidos de livros nacionais e estrangeiros / Σ Número de exemplares
	Revistas	Fascículos	R\$ 0,00	SISBI/UFU: preço médio de itens assinados	Σ Valor das assinaturas/renovações empenhadas / Σ Número de fascículos adquiridos
	Jornais	Fascículos	R\$ 0,00	SISBI/UFU: preço médio de itens assinados	Σ Valor das assinaturas/renovações empenhadas / Σ Número de fascículos adquiridos
Reprografia	Páginas	R\$ 0,10	UFU (Bloco 50 - Campus Santa Mônica): preço da cópia (2015)	Valor da cópia por página	
Comutação bibliográfica	Artigos	R\$ 6,60	COMUT: valor médio por artigo (2016)	Valor cobrado pelo Comut (R\$2,20 a cada 5 páginas/artigo) - Média: 15 páginas/artigo	
Acesso	Audio books	Acesso	R\$ 2,18	SISBI/UFU: valor da assinatura da base de dados <i>Naxos Spoken Library</i> (2015)	Σ Valor da assinatura/aquisição / Σ Número de títulos assinados/adquiridos
	Música	Acesso	R\$ 3,49	Itunes e Amazon: preço médio por <i>download</i> (2016)	Valor médio de cada <i>download</i>
Download	E-books	Downloads	R\$ 101,81	SISBI/UFU: preço médio de itens solicitados (2013)	Σ Valor total de <i>e-books</i> empenhados / Σ Número de títulos adquiridos

Serviço		Medida	Preço	Fonte de consulta - Valor	Fórmula
	Documentos - Bases de Dados assinadas	Downloads	R\$ 6,60	SISBI/UFU: valor da assinatura das bases de dados <i>Naxos Sheet Library, Jstor e UpToDate</i> (2015)	Valor cobrado pelo Comut (R\$2,20 a cada 5 páginas/artigo) - Média: 15 páginas/artigo
	Artigos - Portal de Periódicos Capes/MEC	Downloads	R\$ 6,60	COMUT: valor médio por artigo (2016)	Valor cobrado pelo Comut (R\$2,20 a cada 5 páginas/artigo) - Média: 15 páginas/artigo
	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Downloads	R\$ 39,60	COMUT: valor médio por dissertação/tese (2016)	Valor cobrado pelo Comut (R\$2,20 a cada 5 páginas/trabalho) - Média: 90 páginas/tese ou dissertação
Uso de salas de estudo em grupo, multimídia e de videoconferência		Horas	R\$ 35,00	B2B Virtual Office: preço do aluguel da sala por hora (2016)	Valor médio cobrado, por hora, por uma sala climatizada e equipada com <i>data show</i> , telão, <i>flip chart</i> , quadro branco e internet.
Capacitação	Visita orientada	Participantes	R\$ 11,25	Content Mind: preço médio de cursos (2016)	Valor médio de curso de capacitação na área, por hora
	Bases de dados	Participantes	R\$ 10,00	Content Mind: preço de curso na área (2016)	Valor médio de curso de capacitação na área, por hora
	Normalização	Participantes	R\$ 8,33	Content Mind: preço médio de cursos (2016)	Valor médio de curso de capacitação na área, por hora
Formação	Bibliotecários e assistentes	Participantes	R\$ 0,00	Divisão de Capacitação (DICAP)/UFU: preço médio de cursos	Σ Valor investido em curso de capacitação / Σ Número de participações
	Participação em eventos e reuniões	Participações	R\$ 1.303,57	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)/UFU: preço médio de diárias, passagens e inscrição em eventos (2015)	Σ Valor investido em participação em eventos / Σ Número de participações
Uso de computadores para pesquisa acadêmica		Horas	R\$ 3,00	Cibercafés: preço médio estimado por hora (2016)	Valor médio cobrado, por hora, em cibercafé
Serviços de Referência		Atendimentos	R\$ 22,92	Média remuneração/hora bibliotecário (nível E) - Edital UFU (2015)	Média da remuneração de um bibliotecário, por hora
Catalogação na publicação		Fichas	R\$ 132,00	ABMG (2016)	15% do salário mínimo
Informações por meio da página eletrônica		Horas	R\$ 22,92	Média remuneração/hora bibliotecário (nível E) - Edital UFU (2015)	Média da remuneração de um bibliotecário, por hora

Fonte: (FRANÇA; SOUZA; PORTELA, 2017, p. 275)

RESENHA BIOGRÁFICA DO AUTOR

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Formiga (1999). Especializada em Biblioteconomia pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2009). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017). Bibliotecária da Universidade Federal de Uberlândia-MG (2008-). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Bibliotecas – Serviço de aquisição. Gestão da inovação. Bibliotecas – Automação. Bibliotecas sustentáveis.